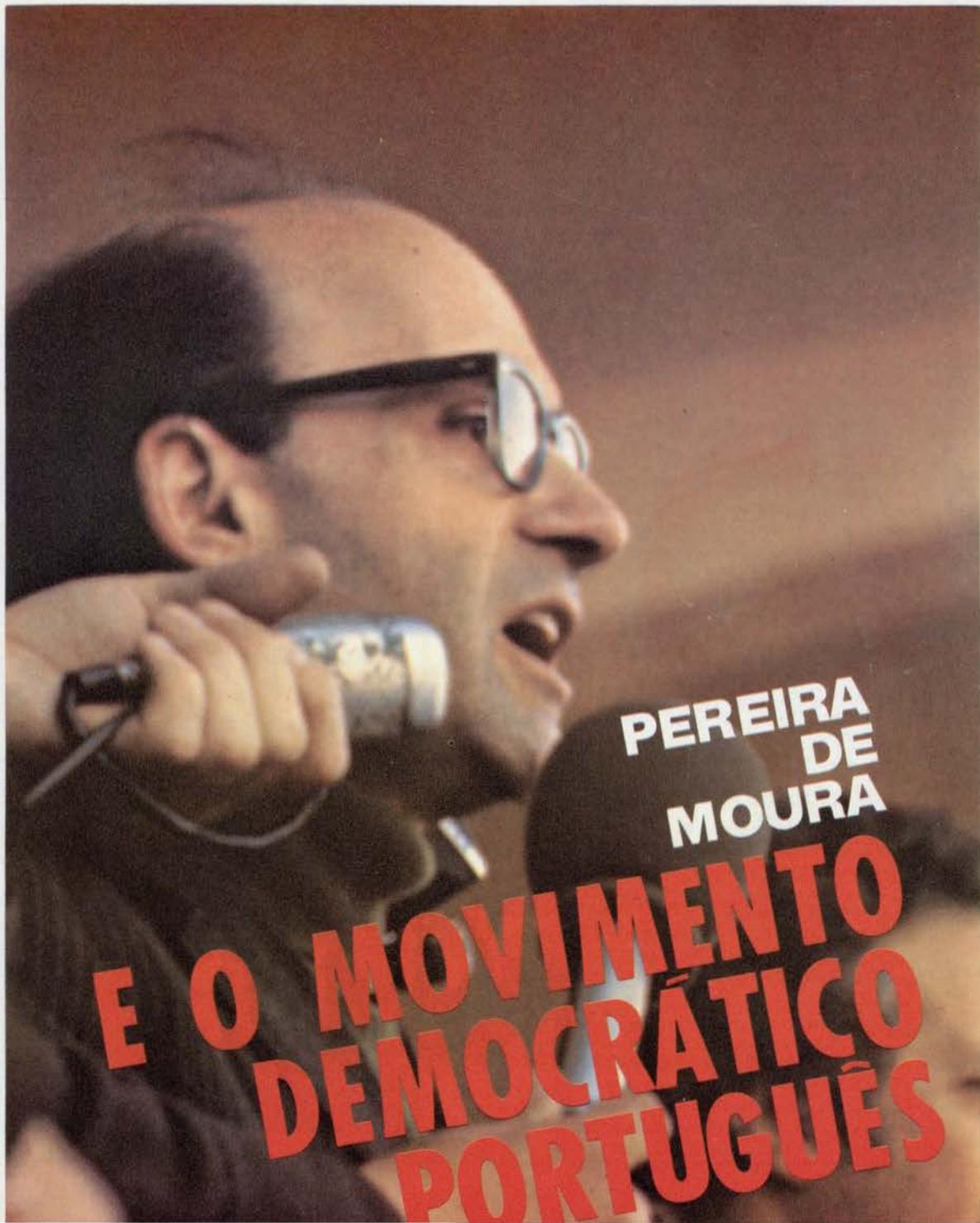
vida mundial

Nº 1822 • 10-5-74 • preço 5$00

por avião ANGOLA .... 12$50 FRANÇA 2 Fr. Canadá 45 Cts.
MOÇAMBIQUE ...... 15$00

LIVROS A NÃO ESQUECER

novamente à venda

distribuidora O SECULO Rua de "O SECULO", 41 a 63 LISBOA-2

A CRIANÇA DOS 6 AOS 15 ANOS (segunda edição)
Pierre Galimard
Moraes

Preço: 65$00

SOBRE LITERATURA E ARTE
Marx-Engels
Estampa

Preço: 70$00

O MERCADO COMUM
a integração e Portugal
Sérgio Ribeiro
Estampa

Preço: 50$00

REFORMA OU REVOLUÇÃO?
Rosa Luxemburgo
Estampa

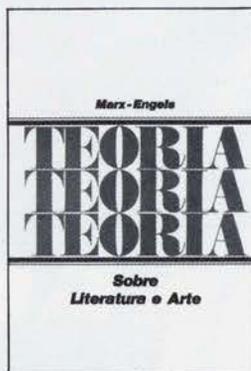
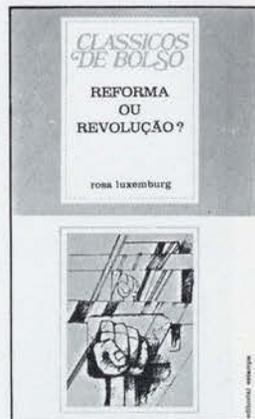
Preço: 30$00

CURSO PRÁTICO DE CONTABILIDADE
(segunda edição) Mário do Carmo Peres
Valdemar Monteiro de Oliveira
Editorial O Seculo

Preço: 205$00

UM SOCIALISMO DO POSSÍVEL
François Mitterand
Moraes

Preço: 55$00

vida mundial
O MUNDO NUMA SEMANA

SAI SEMANALMENTE

SUMÁRIO

ANO XXXV – N. 1822 – 10 de Maio de 1974 – Preço 5$00

PORTUGAL NA EUROPA

O desejo de restabelecer relações diplomáticas com Portugal, no mais curto prazo, formulado pela U. R. S. S., constituiu, de certo modo, um dos pontos mais importantes da conferência de Imprensa que o secretário-geral do Partido Socialista, Mário Soares, deu, no regresso de uma viagem de três dias que o levou a vários países da Europa. Falando a dezenas de jornalistas portugueses e estrangeiros, na sede provisória do P. S., em Lisboa, Mário Soares fez aquela afirmação com base nas declarações expressas do embaixador da U. R. S. S. em Bona, com o qual se avistou.

Segundo afirmou, "a viagem foi feita por recomendação da comissão directiva do Partido Socialista e na qualidade única de secretário-geral". "Não fui porta-voz de ninguém, a não ser do meu Partido; não foi uma viagem oficial nem oficiosa." Em última análise, a viagem teria correspondido ao desejo do Partido Trabalhista inglês e de outros partidos e Governos de inspiração socialista de conhecerem em pormenor o significado do 25 de Abril, antes de tomarem qualquer atitude em relação à Junta de Salvação Nacional, presidida pelo general Spínola.

De qualquer modo, a viagem de Mário Soares surgiu aos olhos dos observadores como a de um "ministro dos Negócios Estrangeiros". Acompanhado por Jorge Campinos, secretário internacional do P. S., e por Maria Barroso, membro do conselho directivo, esteve em Londres, Bruxelas, Bona, Amesterdão, Helsínquia, Roma e Paris, tendo-se avistado, sucessivamente, com o primeiro-ministro, Harold Wilson, e com o ministro dos Negócios Estrangeiros britânico; com o Presidente do Senegal, Leopold Senghor, que se encontrava em Paris, e com Agostinho Neto, presidente do M. P. L. A.; com o ministro dos Negócios Estrangeiros da Bélgica; com a Comissão das Comunidades Europeias; com dirigentes socialistas da Bélgica e da Itália; com dirigentes sindicais; com o chanceler Willy Brandt e com o ministro dos Negócios Estrangeiros da R. F. A.; com os embaixadores da U. R. S. S., dos E. U. A., da Argélia e da Jugoslávia em Bona; com os primeiros-ministros sueco, norueguês, dinamarquês e finlandês, reunidos em Helsínquia; com o secretário de Estado do Vaticano; com o director das relações internacionais do Conselho Ecuménico das Igrejas.

O novo regime instaurado em Portugal pelo Movimento das Forças Armadas vai ter, sem dúvida, abertos muitos caminhos que até agora estavam fechados na sociedade europeia, e muitos países, como os escandinavos, encaram já a hipótese de organizar fórmulas de cooperação técnica e financeira com o nosso país. Por outro lado, e de acordo com palavras de Mário Soares, são agora mais favoráveis para Portugal as nossas perspectivas perante o Mercado Comum.

- **DIRECTOR INTERINO: MANUEL FIGUEIRA**
- **REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:** Rua de «O Seculo», 63 — Telefs. PBX 36 27 51/5.
- **COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO:** Rua de «O Seculo», 41 — Lisboa-2.
- **PROPRIEDADE:** Sociedade Nacional de Tipografia, S. A. R. L.

NACIONAL

OS ACONTECIMENTOS DA SEMANA

Desde a madrugada vitoriosa de 25 de Abril que os acontecimentos se sucedem a um ritmo marcado pela marcha imparável de um movimento que a cada passo manifesta a solidez de uma frente coesa e firme a abrir novos rumos ao Portugal que se pretende renovado. O filme do momento histórico ao longo da semana documenta o que tem sido essa evolução na multiplicidade e na diversidade das suas manifestações.

DIA 29 DE ABRIL

Mais três países reconhecem a Junta de Salvação Nacional que assumiu o Poder em Portugal. É o caso da Espanha, da França e dos Estados Unidos da América do Norte, que, assim, resolveram, de imediato, anunciar o propósito de manter as relações diplomáticas com o país. A França e os E. U. A., aliás, não reconhecem Governos, mas, sim, Estados.

O general Francisco da Costa Gomes volta a chefiar o Estado-Maior General das Forças Armadas e no cargo de Quartel-Mestre-General do Exército o general Fernando Louro é substituído pelo brigadeiro João António Pinheiro, antigo subsecretário de Estado do Exército.

— É anunciada, catorze anos depois de se ter evadido de Peniche, a chegada de Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido Comunista Português. Anuncia-se, também, a próxima saída, como diário da tarde, de um novo jornal: "Avante", órgão oficial do Partido Comunista.

— O "Diário do Governo" publica as primeiras edições com leis da Junta: O Primeiro de Maio passa a ser feriado nacional, ficando consagrado como o Dia do Trabalhador; outro diploma determina a amnistia para crimes políticos e infracções disciplinares da mesma natureza e a reintegração nas suas funções, se o requererem, dos servidores do Estado, militares e civis que tenham sido demitidos, reformados, aposentados ou passados à reserva compulsivamente e separados do serviço por motivos de natureza política. É abolida a censura aos espectáculos, mas mantém-se a classificação etária.

— É particularmente significativa a decisão espanhola anunciada em Madrid pelo Ministério dos Assuntos Exteriores, numa nota em que acusa uma mensagem portuguesa recebida no sábado e afirma tomar conhecimento da Junta de Salvação Nacional. O Governo de Espanha continuará, pois, a manter as plenas relações diplomáticas "felizmente existentes entre os dois países", como acentua o comunicado.

— A Junta de Salvação Nacional faz um apelo para que o povo afirme a sua maturidade cívica no Primeiro de Maio. O povo responderia a esse apelo com uma das mais expressivas manifestações de júbilo popular que jamais se viram em Portugal, ultrapassando mesmo as celebrações por ocasião do fim do segundo conflito mundial.

— É assinado um decreto-lei a exonerar os reitores e vice-reitores das Universidades de Lisboa, Técnica de Lisboa, Porto, Coimbra, Luanda e Lourenço Marques, e os directores e subdirectores das faculdades, escolas ou institutos universitários e, ainda, os das Escolas Superiores de Belas-Artes de Lisboa e Porto. As funções das autoridades demitidas passam a ser desempenhadas pelos respectivos substitutos legais.

DIA 30 DE ABRIL

— O Dia do Trabalhador, como passou a ser consagrada a data do Primeiro de Mario, proclamado feriado nacional obrigatório por decisão da Junta de Salvação Nacional é a grande jornada para o dia seguinte. O País inteiro prepara-se para momentos inesquecíveis. Pela primeira vez em Portugal se comemoraria o Primeiro de Maio.

— O dia voltou a ser assinalado por intensa actividade política. Um dos factos mais salientes é o regresso a Portugal do secretário-geral do Partido Comunista Português, Álvaro Cunhal, que, do aeroporto da Portela, onde o aclamaram alguns milhares de pessoas, se dirigiu para a Cova da Moura, para contactos com a Junta de Salvação Nacional. "Tenho confiança em que o povo em união íntima com os militares de 25 de Abril conduzirão o nosso país no caminho da Liberdade e da Paz, através de um regime democrático em que todas as correntes progressistas possam expressar-se." O encontro de Álvaro Cunhal com a Junta prolongar-se-ia por cerca de 3 horas.

— É anunciada a decisão da Junta de Salvação Nacional que estabelece a imediata passagem à situação de reserva de generais dos três ramos das Forças Armadas, que ocupavam funções de comando ou de outra responsabilidade, incluindo dois membros do Governo deposto. Na Marinha passaram à reserva o vice-almirante Eugénio Ferreira de Almeida e os contra-almirantes Manuel Pereira Crespo, Aníbal Barros de Almeida Graça, Jaime Lopes e Luciano Ferreira Bastos da Costa e Silva; no Exército, os generais, de quatro estrelas, João de Paiva de Faria Leite Brandão e Joaquim da Luz Cunha, e os generais Arnaldo Schulz, Edmundo da Luz Cunha, Fernando Viotti de Carvalho, Fernando Louro de Sousa, Eduardo Joaquim Magalhães Soares, João Tiroa, José Sacadura Moreira da Câmara, Pinto Bessa, Alberty Correia e Horácio Pais Brandão, e os brigadeiros Pedro Serrano e José Junqueira dos Reis; e na Força Aérea os generais, de quatro estrelas, Mário Tello Poleri e Armando Correia Mera, e os generais Ivo Ferreira e Rui Tavares Monteiro e o brigadeiro Alberto Fernandes.

— Outro acontecimento de particular relevância no último dia de Abril: o encontro dos mandatários dos sindicatos com o general António de Spínola, que aproveitou para chamar a atenção para a necessidade de o País respirar um clima de autêntica ordem e disciplina. Não deixou, a este respeito, de advertir de que não se podem acelerar actos de força e atropelos, como alguns cometidos nos últimos dias. "Seria verdadeiramente desagradável — proclamou — que a Junta de Salvação Nacional tivesse de actuar pela força."

— O general António de Spínola confere posse ao general Costa Gomes do cargo de chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas e, acompanhado de outros membros da mesma Junta, comparece no acto, realizado no Ministério da Marinha, para assinalar a entrada em funções do chefe do Estado-Maior da Armada, vice-almirante Pinheiro de Azevedo, tendo igualmente proferido algumas palavras para vincar o propósito de não se consentir que os objectivos do Movimento possam sofrer qualquer desvio.

— Paralelamente, a Junta de Salvação Nacional designa mais três delegados junto de Ministérios Civis. Assim, o dr. Vasco Vieira de Almeida, antigo administrador do Banco Português do Atlântico e da Sonap e actual presidente do conselho de administração do Crédito Predial Português, é escolhido para assegurar a ligação da Junta com o Ministério das Finanças, até à nomeação do Governo provisório. Para o Ministério da Educação a Junta designa o dr. Alberto Machado, secretário-geral do mesmo departamento, e para o das Corporações e Segurança Social também o respectivo secretário-geral, dr. Cid Proença, que, simultaneamente, tem exercido as funções de director-geral do Trabalho.

TOMADA DE POSSE DO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA FORÇA AÉREA

— A normalização da vida bancária é anunciada para breve ao mesmo tempo que um informador da Junta garante que tudo está preparado para tornar impossível qualquer sangria em grandes quantidades de dinheiro sem o conhecimento dos responsáveis bancários.

— "Para já, para já, não interessa fazer declarações à Imprensa. Penso que vocês, dos jornais, também devem pensar nisso. O tempo das "vedetas" acabou. É tempo de analisarmos os acontecimentos e reagirmos colectivamente." São palavras de José Mário Branco, o cantor, autor de letras, o intérprete, no exílio, de muitas das nossas palavras, na "Pátria Ocupada". Regressa e com ele Luís Cília e Fanhais juntamente com mais 42 portugueses há longos anos afastados do País, no mesmo avião em que vinha Álvaro Cunhal.

— Intensa actividade dos movimentos académicos. Com reuniões de professores e alunos em diversas Faculdades. Por deliberação unânime do Conselho Escolar da Faculdade de Direito de Lisboa, o prof. Adelino da Palma Carlos é designado para exercer as funções de director daquele estabelecimento de ensino. Um plenário de estudantes de Lisboa, efectuado no I.,S. T., entretanto, reúne cerca de 8 mil jovens, que discutiria, durante mais de 4 horas, os problemas dos estudantes face à nova conjuntura académica. Em cena, as mais variadas tonalidades ideológicas e as propostas mais diversas, oriundas de todas as escolas da capital, do ensino médio, secundário e superior.

Também os organismos ex-corporativos desenvolvem actividade intensa no sentido de uma reforma imediata das respectivas estruturas ao mesmo tempo que têm sido numerosos os organismos de serviço público que, das mais diversas formas, afirmam o seu apoio ao Movimento das Forças Armadas.

ÁLVARO CUNHAL NO PALÁCIO DA COVA DA MOURA, ONDE SE AVISTOU COM O GENERAL SPÍNOLA

GRANDE MULTIDÃO AGUARDAVA ÁLVARO CUNHAL, SECRETÁRIO-GERAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, À SUA CHEGADA A LISBOA

nacional

— Chegam a Lisboa representantes dos movimentos sindicalistas de todo o mundo; e no Hospital de Santa Maria, médicos, enfermeiros e funcionários destituem o director e a comissão directiva. No Porto, os médicos pedem a democratização da estrutura hospitalar e lança-se uma nova luz sobre o caso do guarda da P. S. P. assassinado, no aeroporto, semanas antes. Uma informação marcada "secreta", enviada à ex-P.I.D.E. pelo Comando-Geral da P. S. P., assinala que o móbil do crime seria um caso de droga, mas nele não seriam incriminados os seus autores, em virtude de um deles ser filho de uma alta personalidade.

— Um conselho de programas totalmente formado por trabalhadores é o resultado da greve levada a cabo pelo pessoal dos estúdios da Rádio Renascença, como protesto contra a continuação da censura interna. A Junta apoia as reivindicações. Os serviços de noticiário iniciaram o movimento, depois de terem sido proibidas quaisquer reportagens da chegada de Álvaro Cunhal e Mário Soares, líderes, respectivamente, dos Partidos Comunista e Socialista. Eram 18 horas, às 19, o resto dos trabalhadores aderia, ficando a emissão interrompida até às 22 horas. A partir de então, a pedido da Junta, passou a ser transmitida música clássica, assim como a leitura de um comunicado a explicar a situação. À 1 e 34 ia para o ar a emissão normal. Apoiados pela J. S. N., os grevistas começaram por escolher uma comissão administrativa, formada por Joaquim Pedro e pelo padre António Rego. O respeito pela doutrina católica não tem que ver com a obstrução ao desempenho da função informativa dada por aquela estação emissora, eis em síntese a posição assumida pelos serviços de noticiários.

DIAS 1 E 2 DE MAIO

Não sobram os objectivos para qualificar as manifestações populares com que um novo Portugal assinalou o Primeiro de Maio. Apesar de múltiplos receios repetidamente manifestados e que acobardaram alguns, o povo unido demonstrou jamais poder ser vencido. Com flores, com alegria, com entusiasmo e, sobretudo, com civismo — aquilo em que o anterior regime sempre esperava (e declarara) que viria a claudicar.

A manifestação de Lisboa, mercê da concentração populacional que a cidade e os seus arredores representam, terá sido a mais significativa. Flores, aplausos, "slogans". Mas por todo o País a mesma nota do entusiasmo popular, oo mesmo frenesim e a mesma consciência participativista que animou o povo nas ruas e se exprime bem neste cartaz a resumir o que estava a passar-se em contraste com todas as manifestações a que o País se habituara: "Ninguém nos pagou. Viemos porque quisemos!."

OS SECRETÁRIOS-GERAIS DO PARTIDO SOCIALISTA E DO PARTIDO COMUNISTA USAM DA PALAVRA DURANTE AS COMEMORAÇÕES DO PRIMEIRO DE MAIO

Outros acontecimentos assinalados: é amnistiado o crime de deserção previsto nos artigos 163 e 176 do Código de Justiça Militar, considerando que muitos militares, quer pertencentes aos quadros permanentes quer no âmbito do serviço militar obrigatório, se ausentaram por motivos de natureza ideológica ao regime então vigente, deixando de cumprir as suas obrigações militares e ainda que muitos jovens se ausentaram do País recusando-se, pelos mesmos motivos, a cumprirem as disposições da Lei do Serviço Militar; são anunciadas novas medidas para normalizar o sistema bancário e sanções para delitos económicos e financeiros; outro decreto-lei estabelece as condições da passagem à reserva de militares que a requeiram e o regresso aos quadros dos que se encontram nessa situação e podem ainda voltar ao activo; o dr. Mário Soares chega a Paris, vindo da Inglaterra, onde se avistara com o primeiro-ministro, Harold Wilson, e o ministro dos Negócios Estrangeiros britânicos, James Callaghan; regressam a Lisboa Piteira Santos e Manuel Alegre, dirigentes da Frente Patriótica de Libertação Nacional (F. P. L. N.) que, após dez anos de exílio em Argel, foram recebidos, na Cova da Moura, pela Junta de Salvação Nacional; Óscar Lopes, antigo professor dos liceus de Vila Real e Alexandre Herculano, no Porto, e actual docente do Liceu D. Manuel II, é nomeado director da Faculdade de Letras local (entre 1955 e 1958 estivera preso pela P.I.D.E.).

DIA 3

O dia político voltou a ser particularmente intensivo, continuando não só a febril actividade da Junta de Salvação Nacional e dos vários gabinetes que lhe estão

UM ASPECTO DA MEMORÁVEL JORNADA CÍVICA DO PRIMEIRO DE MAIO

adstritos, como as reuniões e diligências dos principais responsáveis pelas várias correntes de opinião. Assim, paralelamente a novas resoluções da Junta, justificadas pelo momento que se atravessa, tudo faz indicar que se entrou já numa fase decisiva para a formação do Governo Provisório civil, que, de harmonia com o programa do Movimento, ficara de se estabelecer no prazo máximo de três semanas.

Entretanto, os oficiais que integram a Junta de Salvação Nacional, um dos quais irá assumir provisoriamente os poderes do Presidente da República, instalam-se no Palácio de Belém, juntamente com os oficiais que lhes têm prestado apoio. Foi, portanto, já na Presidência da República que o presidente da J. S. N., general António de Spínola, e outros membros receberam, durante o dia, personalidades representativas dos vários movimentos políticos e, ainda, outras entidades de diversos sectores, bem como, para decisão sobre assuntos mais urgentes, delegados da Junta em vários departamentos.

Entretanto, o general Spínola determina que seja dada por finda a comissão de serviço que o coronel Silva Sebastião estava a exercer como presidente da Câmara Municipal de Lisboa, devendo apresentar-se no Ministério do Ultramar, a fim de ser dado cumprimento ao despacho da Junta de Salvação Nacional, que coloca aquele oficial, na qualidade de inspector superior da Administração Ultramarina, no Estado de Moçambique, onde ficará adstrito ao respectivo governo-geral. Para delegado da Junta no Município de Lisboa é designado o coronel de Engenharia João António Lopes da Conceição.

Um dos acontecimentos mais significativos do dia consistiu no anúncio da formação de um Partido de Centro-Esquerda por iniciativa dos antigos deputados "liberais" drs. Sá Carneiro, Magalhães Mota e Francisco Balsemão e eng. Correia da Cunha, alguns dos quais, bem como o poeta Rui Belo, tiveram novos contactos com os representantes da Junta de Salvação Nacional. Com a organização do Novo Partido, o que se aguardava com grande expectativa, pretende aquele grupo corporizar uma aspiração de larga corrente de opinião, fazendo intervir na vida política do País um movimento com o propósito de atender aspirações de vários sectores, em que se inclui o estudantil.

Igualmente, centenas de sócios da S.E.D.E.S. participaram numa assembleia em que se começou a discutir um programa de actuação política de índole socialista. Duas tendências se afirmaram no decurso do encontro: uma socialista e outra de centro moderada. Foi, inclusivamente, referida a formação do Partido de Centro-Esquerda, que originou apoio de alguns sedistas, embora a assembleia não chegasse a pronunciar-se sobre a adesão da associação. Paralelamente, os elementos da Convergência Monárquica, que vão também intervir na política nacional, estão em reunião permanente, preparando as linhas do seu programa de acção e a forma em que se concretizará essa actuação.

OS PROFS. RUI LUÍS GOMES E JOSÉ MORGADO À CHEGADA A LISBOA

No mesmo dia chega a Lisboa, menos de ano e meio depois de ter sido impedido pela D. G. S. de entrar em Portugal, o prof. Rui Luís Gomes, matemático, professor jubilado da Universidade de Pernambuco. Saudado por centenas de pessoas, Rui Luís Gomes considerou que o "problema colonial era o primeiro que se colocava ao País" e que não podia imaginar-se uma democracia portuguesa sem a resolução daquele problema, com a independência dos povos coloniais. "Não era preciso ser génio para prever a queda do fascismo", declarou numa conferência de Imprensa. Recorda-se que Rui Luís Gomes, antigo candidato à Presidência da República pela Oposição Democrática, em 1951, foi forçado a abandonar o País em 1958, a seguir a declarações públicas acerca dos territórios portugueses de África. Nessas declarações, defendia já a autodeterminação dos povos colonizados, o que irritou particularmente o regime.

Entretanto, em Luanda, o almirante Tierno Bagulho teve o primeiro contacto oficial importante, ao mesmo tempo que se tomava conhecimento de terem sido libertados 1200 presos políticos, que se encontravam num campo prisional numa zona remota do Sul angolano. Por outro lado, o secretário-geral do Partido Socialista Português, Mário Soares, prosseguiu os seus contactos em Bona e Bruxelas, avistando-se nomeadamente com o chanceler da Alemanha Federal, Willy Brandt, encontro durante o qual se apreciaram as futuras relações entre Portugal e o Mercado Comum Europeu.

Intensifica-se simultaneamente a actividade dos sindicatos, das escolas e dos grupos profissionais, incluindo funcionários públicos, e numa reunião da Ordem dos Advogados foi decidido solicitar à Junta de Salvação Nacional o congelamento imediato de todos os bens, quer imobiliários quer

MANUEL ALEGRE E PITEIRA SANTOS (À DIREITA) NA HORA DO REGRESSO A PORTUGAL

nacional

mobiliários, incluindo acções ou quotas de sociedade e depósitos de qualquer título, ou cofres bancários, pertencentes a todos os responsáveis pela criação, existência e funcionamento das polícias políticas e seus executores (em especial P.I.D.E./D.G.S. e serviços secretos da L. P.), quer da Metrópole quer do Ultramar, designadamente os pertencentes ao almirante Américo Tomás, prof. Marcelo Caetano, ministros do Interior, da Justiça e do Ultramar. A acção proposta tem em vista garantir as indemnizações que eventualmente terão de prestar nos processos que, para o efeito, venham a ser instaurados pelas vítimas de tal sistema.

DIA 4

"Teremos de garantir a ordem e a tranquilidade para que, livremente, sem temores, nem pressões, o Povo venha a escolher as soluções que sirvam os seus verdadeiros interesses. Na busca de soluções do Povo, sempre havemos de considerar quanto a união e dimensão de cada povo condicionam os destinos dos seus filhos pela sua menor ou maior projecção no mundo novo que a Humanidade vai lentamente construindo."

Estas palavras foram proferidas em Luanda, onde chegou na manhã de sábado, em visita inesperada, pelo general Costa Gomes, membro da Junta de Salvação Nacional e chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas que, segundo se afirma em vários círculos, deslocou-se a Angola para sondar opiniões, sobre o futuro do território. Afirmou o general Costa Gomes sentir-se obrigado a referir o facto de "o anterior regime, onde homens se constituíam em classes depositárias da verdade, absoluta, não saber resistir à tentação de considerar inimigos todos aqueles que, por palavras ou por actos, afirmaram a sua discordância dos objectivos então prosseguidos". Ainda na mesma declaração aos órgãos da Informação, disse o general Costa Gomes: "Porque me encontro em Angola, não resisto à tentativa de referir certas interrogações que o Movimento de 25 de Abril de 1974 aqui possa ter projectado. Houve quem admitisse que pedaços de Portugal, irmãos do nosso Povo, seriam abandonados às suas próprias dificuldades. Houve quem sonhasse com independências unilaterais, proclamadas com base numa classe, numa cor, num credo ou numa etnia. À luz da vontade popular, o senso, o equilíbrio, a justiça, a autêntica autodeterminação dos povos não permitirá a uma classe impor uma solução não prévia e validamente sufragada.

"Em Angola, em todo o espaço onde flutua a nossa bandeira, o Povo terá de acelerar o estudo, o trabalho, a politização válida que permita construir na ordem a verdadeira liberdade, a liberdade de consciência dos povos. O ano proposto no programa do Movimento das Forças Armadas para as eleições livres de um Governo representativo exige colaboração intensiva de todos os portugueses, de todos os grupos, partidos, associações e correntes de pensamento. Esse Governo será o ponto de partida para a construção acelerada de uma verdadeira autodeterminação, tão verdadeira que cada um de nós não pode antecipadamente fixar para as parcelas de Portugal um figurino com cortes ou ligações preconcebidas entre essas parcelas".

Entretanto, o Partido Comunista e o M. D. P. divulgaram, respectivamente, uma resolução do "comité" sobre a situação política e o primeiro comunicado da comissão central. Ambos os documentos objectivam a constituição do Governo Provisório. O Comité Central do P. C. P. ratifica a posição tomada pelos seus organismos executivos quanto ao Governo Provisório: a participação de todos os partidos e sectores democráticos representativos (incluindo o P. C. P.) seria uma garantia para o prosseguimento da democratização e a realização de eleições livres. "Discriminações contra o P. C. P., o maior partido antifascista, contrariariam a democratização da vida política portuguesa. O Comité Central do Partido Comunista Português chama a atenção para os perigos reais da conspiração, provocação e acção contra-revolucionárias dos fascistas, assim como para as tentativas dos potentados do dinheiro para criar graves perturbações na economia, nas finanças e nos abastecimentos. O Comité sublinha a necessidade de, em estreita cooperação com as Forças Armadas, aumentar a vigilância das forças democráticas e das massas populares."

O M. D. P., por sua vez, considera que a política a executar pelo Governo Provisório terá de ser a que consta do Programa do Movimento das Forças Armadas, agora sancionado pela completa adesão popular, manifestada em todas as circunstâncias, aos princípios que informam esse programa. "O Governo a constituir deverá ter o carácter de um Gabinete político e não se enredando no mero expediente administrativo — o que orienta para um reduzido número de ministros. Esse Gabinete deverá ser aberto ao leque de correntes significativas de opinião que têm em comum o respeito pelas instituições e regras de democracia política e no sentido das exigências de progresso social do povo português."

No panorama político português surge entretanto novo agrupamento político — o Movimento Federalista Português, que divulga o seu programa: autodeterminação de Portugal através de uma federação integrada, com base ampla para a dinamização dos Portugueses numa tarefa comum; exercício das liberdades cívicas em regime de ordem e responsabilidades; garantias de efectiva liberdade económica; garantias de independência da economia portuguesa em face dos grupos internacionais e luta contra as situações monopolistas, reforma fiscal correctiva da distribuição da riqueza e dinamizadora da economia e anti-inflacionária.

Em Bruxelas, o dr. Mário Soares concedeu uma entrevista a "Le Peuple": "O perigo comunista não existe em Portugal. Não vai instalar-se um Governo de Frente Popular em Lisboa, mas um Governo de Salvação Nacional, onde terão lugar tanto os elementos do centro como os conservadores liberais." Em Paris, mais de dois mil portugueses elegeram uma comissão nacional incumbida de ultimar os preparativos para a criação do Partido Democrático Socialista Português. Entre as várias razões apresentadas para a criação deste Partido, salientou-se a necessidade de haver em Portugal um partido ideologicamente socialista, sem compromissos com as esquerdas comunizantes, e em que a preocupação democrática seja preponderante.

O bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes publica em "Voz Portucalense" uma tomada de posição política: "Vamos a caminho do estado de direito, como povo; devemos ser adultos como cidadãos. Que, de futuro, a moral pública reflicta, eduque e promova a moral privada! Que a esquizofrenia entre o homem-cidadão e o homem-pessoa deixe de ser o escândalo permanente a que vínhamos assistindo! Que termine o culto do facto contra o direito, da força contra a legitimidade, da aparência contra a verdade, da mentira colectiva (...) contra a verdade conhecida por tal, da tranquilidade contra a consciência, da segurança contra a moralidade, da fobia contra a coragem civil, do económico contra o social, do nacional contra o humano, da Pátria contra o Evangelho."

DIA 5

O momento político continua a caracterizar-se por intensa actividade dos vários agrupamentos em presença, tanto em múltiplas reuniões e contactos como na divulgação das linhas dos seus programas de intervenção. Por sua vez, a Junta de Salvação Nacional instalada no Poder e os seus delegados em vários departamentos, bem como os militares que integram a Comissão Coordenadora das Forças Armadas, a actuar ao lado da Junta, continuaram a receber as mais diversas representações e mandatários dos partidos constituídos ou em formação.

Mais um agrupamento acaba de surgir,

O GENERAL COSTA GOMES DURANTE A CONFERÊNCIA DE IMPRENSA DEPOIS DE REGRESSAR DE ANGOLA

MÁRIO SOARES E O SECRETÁRIO-GERAL DO PARTIDO TRABALHISTA BRITÂNICO

com o propósito de intervir na cena política portuguesa. Dois elementos fundadores — dr. Nuno Calvet de Magalhães e eng. António Cunha Coutinho — avistaram-se com representantes da J. S. N. Chama-se Partido Cristão Social Democrata, e a sua formação concretiza aspirações de um representativo sector de opinião, que de há muito se vinha manifestando através de várias organizações católicas.

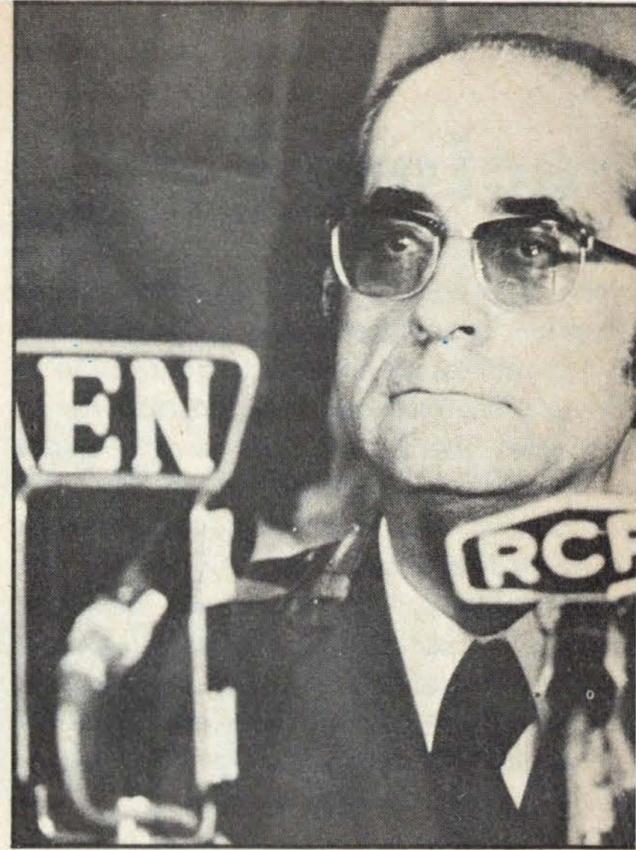
O novo Partido afirma que, interpretando "o sentir da grande maioria do Povo Português", se apresenta ao País como "expressão livre do seu pensamento e acção e com o dinamismo de movimento organizado para a realização das suas justas aspirações nos diversos domínios da vida político-social". E exprime o propósito de lutar pelo desenvolvimento integral do Povo Português, pelo exercício dos seus direitos e liberdades fundamentais e pela instituição de condições político-sociais que assegurem o bem comum.

Entretanto, a Convergência Monárquica promoveu uma reunião de filiados e simpatizantes, para apreciação da conjuntura política e troca de impressões acerca das coordenadas do programa do Movimento. Foram vivamente criticadas a acção da Causa Monárquica e a posição assumida pelo semanário "O Debate" (suspendeu a publicação), e sugeriu-se a denúncia da Concordata; vincou-se que "é o povo do Ultramar quem deve decidir o seu destino".

Em Lisboa, Adolfo Ayala, exilado político, "militante antifascista", como ele próprio se definiu, colaborador de Humberto Delgado no assalto do quartel de Beja, regressa a Lisboa, após doze anos de ausência, durante os quais esteve em Marrocos, na Argélia, e em França. Houve festa na gare de Santa Apolónia.

Em Roma, o secretário-geral do Partido Socialista teve um encontro com o veterano socialista italiano e senador Pietro Nenni, durante uma inesperada visita a Itália, que parece ser a sua última etapa na volta pela Europa Ocidental. Em Helsínquia, numa conferência de Imprensa, o "leader" socialista português assinalou que os dirigentes sociais-democratas da Escandinávia lhe deram garantias de auxílio a Portugal, quando a democracia estiver completamente restaurada em Lisboa.

DIA 6

O dia político ficou assinalado com múltiplos acontecimentos que, segundo tudo indica, serão decisivos para as próximas resoluções e em muito contribuirão para pautar os rumos a seguir. Um deles foi o regresso de Angola do general Costa Gomes, que, ao deixar Luanda, revelara que o general António de Spínola iria assumir os poderes de Presidente da República. Essa designação, que se aguardava desde sexta-feira à noite, veio a ser confirmada, num encontro com os órgãos da Informação, por um dos militares da Comissão Coordenadora das Forças Armadas que mais directamente trabalha com a Junta de Salvação Nacional no Poder.

Na conferência de Imprensa concedida, algumas horas depois do seu regresso de Angola, sublinhou o general Costa Gomes que a actuação legal dos "partidos chamados emancipalistas", nas mesmas condições de outros partidos políticos, pressupunha que depusessem as armas. Depois, segundo se depreendeu das afirmações produzidas, poderão expor livremente os seus programas e fazer a sua propaganda junto das populações.

Serão estas, em última análise, quem decidirá do seu futuro — que aquele membro da Junta de Salvação Nacional espera que seja "num quadro variável de um portuguesismo pluricontinental", mas que também poderá conduzir à independência.

Reacções dos diferentes movimentos: a FRELIMO reafirma que a guerra só terminará em Moçambique quando a Junta Militar de Lisboa reconhecer o direito à independência do povo moçambicano, chefiado por aquele movimento; em Lusaka, a Coremo, outra organização de guerrilheiros de Moçambique, anuncia o desejo de negociar com a Junta, mas de modo nenhum deporá incondiconalmente as armas; em Copenhaga, Agostinho Neto, que dias antes se avistara com o dr. Mário Soares, presidente do M. P. L. A., o maior movimento de libertação angolano, declarou que a sua organização não atenderá ao pedido feito pelos novos dirigentes militares portugueses para depor as armas; em Estrasburgo, o Conselho da Europa,

nacional

manifestando a sua esperança numa democracia portuguesa, deu um primeiro e importante passo no sentido da inclusão de Portugal, ao recordar, a propósito, estarem as portas abertas a todas as democracias parlamentares europeias; e, por fim, mais três países reconheceram a Junta: a Itália, Bolívia e Austrália.

Em Lisboa, no Palácio de Belém, o movimento político foi intensissímo. Para consultas, segundo constou, deslocou-se ali, tendo conferenciado com o general António de Spínola, presidente da J. S. N., o prof. Adelino da Palma Carlos, que os jornalistas não puderam contactar no termo da entrevista, por aquele catedrático haver utilizado outra saída. Além de comparecer, mais uma vez, o prof. Veiga Simão, ex-ministro da Educação, estiveram, também, ali, várias representações profissionais e estudantis, o embaixador do Canadá e o secretário-geral do Partido Socialista, Mário Soares, pouco antes regressado da sua viagem por vários países europeus.

Delegações de vários agrupamentos avistaram-se, igualmente, com representantes da Junta, designadamente o Directório da Acção Democrática Social, os mandatários dos Partidos Monárquicos e do Congresso de Angola e os fundadores do Partidos Popular Democrático e Cristão Social-Democrata. O P. P. D., designação do agrupamento de centro-esquerda constituído por iniciativa de liberais, defende uma social-democracia europeia.

Entretanto, visando a criação de "um Estado livre e independente", nasceu em Moçambique uma nova força política, que pede negociações com os guerrilheiros, orientados pelo secretário-geral das Nações Unidas, para se preparar a total independência daquele território. Trata-se do Movimento para a Independência de Moçambique (MIMO), chefiado pelo dr. Francisco David Ferreira, o qual, de acordo com o programa divulgado em Lourenço Marques, deseja o estabelecimento imediato do cessar-fogo, embora condicionando a independência à decisão da população: "Apenas os moçambicanos decidirão o destino do território e aprovarão qualquer acordo de paz." Um Governo de coligação seria, depois, escolhido por meio de eleições livres.

Por outro lado, anunciou-se ter o apoio da J. S. N. a constituição de um sindicato que aglutine numa força cívica os 250 mil servidores do Estado e defenda, colectivamente, os seus interesses. Para obter esse patrocínio, uma comissão de funcionários contactou com o contra-almirante Rosa Coutinho que deu "luz verde" para a concretização do sindicato e sugeriu um encontro de servidores de todos os serviços públicos, com o propósito de elaborar um documento contendo os princípios gerais do organismo. ■

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS: 50 ANOS DE LUTA CONTRA O FASCISMO

Mais de 50 anos depois da sua fundação, o Partido Comunista Português saiu, finalmente, da clandestinidade, após o Movimento das Forças Armadas que, no dia 25 de Abril, derrubou o regime fascista que oprimia País. O "Avante", pequeno jornal clandestino desde 1934, poderá circular livremente num país livre e, de acordo com notícias já publicadas, os dirigentes do P. C. pensam mesmo em transformar o seu órgão oficial em jornal diário. Este objectivo não será, porém, concretizado a curto prazo: antes disso, há muitos problemas a resolver, o mais importante dos quais será, como afirmava há dias um militante, transformar uma organização clandestina em organização legalizada.

Constituindo, talvez, o alvo mais importante da actividade da extinta P.I.D.E.-D.G.S., nas últimas décadas, o Partido Comunista Português foi também a organização que mais lutou contra o fascismo em Portugal. Isto mesmo é afirmado por Mário Soares, secretário-geral do Partido Socialista, no relatório que apresentou em Abril de 1973, no congresso da Acção Socialista Portuguesa, realizado na República Federal da Alemanha: "(...) a partir da guerra de Espanha (1936-39), o Partido Comunista, fundado em 1921, começa a ganhar o favor da classe operária portuguesa, batendo simultaneamente o anarquismo e o socialismo. Essa ascensão foi confirmada com a reorganização do Partido Comunista, em 1941 (Álvaro Cunhal): desde então até 1958-59, pode bem dizer-se que o Partido Comunista — apesar das crises graves que atravessou — foi a força dominante da oposição ao salazarismo, gozando de longe de uma maior influência junto da classe operária."

Hoje, o Partido Comunista — já regressado a Portugal o secretário-geral, Álvaro Cunhal, e outros dirigentes que se encontravam exilados — procura organizar-se na legalidade, com sede na Rua António Serpa, ao Campo Pequeno, onde, antes de 25 de Abril, estava instalada uma força da organização fascista, a Legião Portuguesa.

Entretanto, o Comité Central apoia "calorosamente" o Movimento das Forças Armadas "pela sua decisiva intervenção para pôr termo à ditadura fascista e pela sua acção ulterior, em aliança com as forças populares", ao mesmo tempo que saúda "as medidas de urgência da Junta de Salvação Nacional para liquidar a ditadura fascista e instaurar a liberdade" e considerar "igualmente perigosos o oportunismo de direita, que se manifesta na tendência para abdicar de objectivos fundamentais do movimento democrático e o esquerdismo, que se expressa sobretudo na impaciência que não tem em conta a correlação de forças e em atitudes e acções divisionistas e desagregadoras". E acrescenta, a propósito: "O P. C. P., com plena consciência da sua responsabilidade, desaprova acções para que não estejam criadas condições e que não correspondem à correlação das forças existentes. Salvo casos muito particulares, iniciativas para a ocupação de juntas de freguesia e de câmaras municipais, por exemplo, não facilitam, mas, pelo contrário, criam neste momento graves entraves ao processo de democratização do aparelho administrativo e de democratização da vida portuguesa em geral."

ACÇÃO NO INTERIOR DOS SINDICATOS

Fundado em 1921 por ex-anarquistas e membros da Federação Maximalista, o Partido Comunista Português deve a sua reorganização a Bento Gonçalves, que nessa tarefa desenvolveu intensa actividade até 1931, ano em que surge o "Avante" como órgão do Partido. Dois anos depois, forte polémica no seio do Partido haveria de determinar toda a sua acção futura: são protagonistas do debate Bento Gonçalves (partidário da acção no interior dos sindicatos corporativos-fascistas, então criados) e José de Sousa (defensor da criação de sindicatos paralelos). Venceu a tese de Bento Gonçalves, aparentemente mais realista e eficaz, e que perdurou até aos nossos dias.

(Continua na pág. 38)

PEREIRA DE MOURA

E O MOVIMENTO DEMOCRÁTICO PORTUGUÊS

Entrevista conduzida
por FERNANDO ANTUNES

Como surgiu o Movimento Democrático Português no contexto das forças políticas em presença, depois do Movimentc libertador das Forças Armadas? Que se propõe e que postulados defende face a um país politicamente em estado de infância e que arranca firmemente ao encontro das vias que possibilitarão uma autêntica democracia? O M. D. P. não é un partido nem uma coligação, mas uma forma organizativa de participação política que procura corresponder às instante solicitações de uma população na sua maioria despolitizada — produto natural do obscurantismo em que o País mergulho em quase meio século de opressão —, a reflectir todo o peso de uma herança dolorosa que se pretende transmitida à gerações futuras livre e expurgada dos malefícios do fascismo ou das suas variáveis fascistizantes.

O prof. Francisco Pereira de Moura, membro activo do M. D. P., define o movimento, mas, para além da explicitaçã dos seus objectivos e enquadramento no leque das variadas correntes e tendências, traça o quadro histórico desta face nov da vida portuguesa, numa entrevista conduzida por Fernando Antunes.

Do memorando do M. D. P. entregue à Junta de Salvação Nacional, a 29 de Abril: "O Movimento Democrático Português considera que a sua cooperação com o Movimento das Forças Armadas é condição fundamental para a salvação nacional, objectivo comum de todos os patriotas que defendem os verdadeiros interesses do povo português." Sendo assim, que forças aglutina e de que modo pretende intervir na vida portuguesa?

— Penso que tem havido impossibilidade de esclarecimento, por falta de tempo nosso, acerca das origens e fundamentos do Movimento Democrático Português. Todos sabemos que, na origem do M. D. P., estão a C. D. E. de Lisboa, a C. D. E. de Setúbal e outros movimentos, umas vezes com as mesmas siglas, outras com siglas diferentes, movimentos que surgiram na campanha eleitoral de 1969. É preciso notar desde já o seguinte: a participação política que se oferecia à esquerda, em 1969, era a nível distrital, embora se tivessem promovido reuniões de delegados de distritos sem contudo se revestirem da forma de organização a nível nacional e isso pela impossibilidade de tal encontro se poder exprimir politicamente. Agora, é muito diferente, pois continua a haver necessidade de trabalho, ao nível dos distritos. Mas, simultaneamente, assume significado e viabilidade o trabalho político da esquerda ao nível nacional, nomeadamente, através de contactos com a Junta de Salvação Nacional ou da participação no Governo Provisório.

"Neste contexto, logo a seguir ao golp militar, foi convocado um encontro naciona com representantes de todos os distritos delegações numerosas onde se decidi formar o Movimento Democrátic Português. Embora com característica absolutamente semelhantes às que já tinha movimento da C. D. E. de Lisboa, apresent uma diferença, que é a de ganhar amplitud nacional sem deixar de manter organizaçõe aos níveis dos distritos, onde há imens trabalho a desenvolver.

"Quanto às correntes políticas en presença, suponho que irei directamente questão dizendo o seguinte: a dificuldad para quase toda a gente (e particularment entre os estrangeiros que vêm de paíse

politizados e vivendo em estruturas democráticas, a perplexidade é ainda maior) de entender a existência de um movimento como o M. D. P. quando se assinalam efectivamente partidos como o Comunista e o Socialista. Não se tratando na realidade de um partido nem de uma coligação de partidos, é natural essa perplexidade sobretudo entre os mais habituados ao contacto com organizações e estruturas democráticas. Simplesmente, o estado de politização da população parece que exige uma outra coisa e é isso que pretende ser o M. D. P. De facto, qual a situação em que estamos presentemente? Surgem um Partido Comunista à luz do dia, um Partido Socialista e mais um ou dois que irão aparecer, pois há lugar para mais grupos representativos que não se confundam com aqueles dois, embora afirmando-se como partidos da esquerda ou do centro. Ora, a maior parte da população não dispõe de formação política que lhe permita optar por qualquer desses partidos. Claro que há dezenas de milhar de pessoas que ou já estão inscritas ou o irão fazer nesses partidos, mas continuar a oferecer a esquerda unicamente o partido como forma orgânica de participação política, correm os que existem o risco de captar e de atingir apenas uma pequeníssima camada da população. E isto porque o engajamento num partido exige já trabalho e consciencialização políticos de certa profundidade com capacidade de análise e de comparação, nomeadamente, que não se atinge de um momento para o outro. E, portanto, considero essencial a existência de qualquer orgânica de trabalho e participação política, que não seja Partido nem com ele colida, embora o ajude.

"E, deste modo, o que é o M. D. P.? Naturalmente, uma organização onde se encontram pessoas já muito politizadas e até aderentes a partidos — incluindo as que têm alinhado em correntes de opinião e de expressão informal, como católicos progressistas e até um grupo que se apresentou no Primeiro de Maio como a esquerda democrática, embora se trate de designação provisória —, e pessoas isoladas, como é o meu caso, sem pertencerem a nenhum desses partidos ou correntes informais. Aqui tem a definição do que é o M. D. P. Pode ser que venha a ter algum programa — um programa aceitável que não entre em combate com os dos partidos socialista, comunista e outros. Mas neste momento não se esboça qualquer programa, embora, evidentemente, se tenha procurado encontrar pontos-chave definidores da esquerda unida: em primeiro lugar, a aceitação e a luta pelas instituições e pelas regras do jogo democrático, ou a liberalização ou democratização, em todos os aspectos; outro ponto dominante é a proposição do socialismo como futuro da sociedade portuguesa. Exactamente aí é que não está o encontro entre o M. D. P. e as várias correntes e partidos que congrega e, por exemplo, um grupo como a S. E. D. E. S. ou outros de centro ou centro-direita que não aceitaram até agora a socialização."

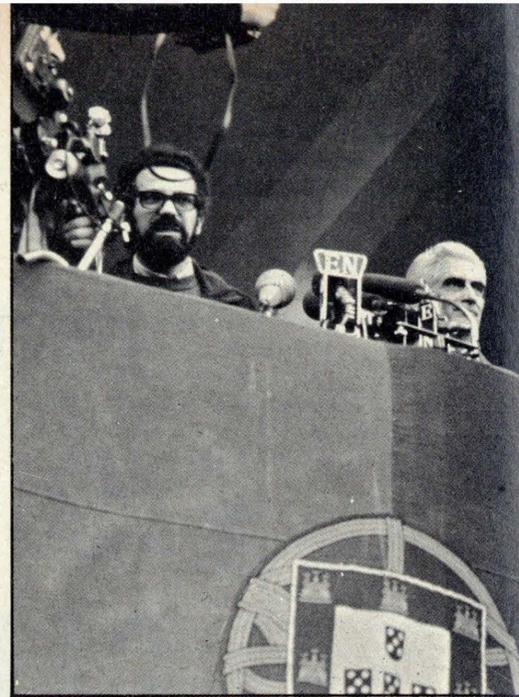
AS COLÓNIAS E O BASTIÃO BRANCO

No memorando do M. D. P. afirma-se claramente: "É indispensável acelerar a adopção de medidas conducentes à institucionalização de um regime democrático; é indispensável prosseguir e acelerar a desmontagem do regime fascista." É um memorando firmemente inserido no respeito pelas regras do jogo democrático. Partidos da direita de tendência fascista? Um não categórico.

— Partidos da direita no sentido em que não aceitem nem queiram trabalhar pela defesa das instituições democráticas nem das regras da democracia política, isso é totalmente inaceitável. Mas não somos só nós que não aceitamos — é o Movimento das Forças Armadas que no seu programa repudia todas essas formas. O leque de participação política organizada com vista às eleições e mais de imediato, por exemplo, ao Governo Provisório, sustém-se em certo ponto, ou seja, não pode ir até à extrema-direita.

A posição do M. D. P., quanto às colónias, está expressa em três pontos fundamentais, definidos em Abril do ano passado no Congresso da Oposição Democrática de Aveiro: fim da guerra, abertura de negociações com os representantes dos movimentos de libertação e reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação. A questão já havia sido posta na primeira conferência de Imprensa do Movimento Democrático Português, mas voltamos a formulá-la no encontro com o prof. Pereira de Moura, introduzindo assim o problema das colónias pela via das reacções provocadas nos territórios vizinhos, face ao Movimento vitorioso das Forças Armadas e ao reconhecimento pela África do Sul da Junta de Salvação Nacional.

— Atribuo o maior significado a esse reconhecimento rápido por isto: uma das reacções possíveis que se poderiam temer a partir de um movimento militar, aqui, em Lisboa, movimento que nitidamente se afirma com o sentido de pôr fim à situação colonial (seja por um caminho ou por outro, a guerra e quanto a envolve vai morrer), seria tanto da parte da África do Sul como da Rodésia a possibilidade de alargamento do bastião branco na África Austral. E não faltariam vontades colaboracionistas na parte sul de Moçambique, ambição que já vem do século passado e que poderia surgir agora, tanto mais que as ligações são íntimas.

Ora, o reconhecimento, se é que os sinais

políticos têm algum significado, não pode deixar de apontar para essa conclusão: a África do Sul não se propõe, portanto, nenhuma intervenção militar, em ligação com alguns colonos brancos do Sul de Moçambique.

A EXTREMA DIREITA RESPONSÁVEL PELO CAOS

A conquista da independência política pelas colónias ainda é interpretada em certos meios (esse foi o cavalo-de-batalha do regime deposto) como significando o risco da expulsão imediata ou a médio prazo dos brancos do continente africano. E daí a importância com que se acompanharam as reacções provocadas pelo Movimento das Forças Armadas entre os movimentos nacionalistas e o que as mesmas significam no momento presente.

— Quase me atrevo a avançar, embora não tenha podido acompanhar as reacções dos movimentos nacionalistas, o que naturalmente eles dizem. O ponto frontal de colisão com Portugal e a política portuguesa residia em a política de Lisboa se fundar na guerra e na manutenção coloniais. Portanto, uma vez que esse ponto se suprime, abrem-se efectivamente perspectivas no sentido de pôr termo à guerra e a esse estado de coisas, através de negociações e pelas vias da autodeterminação, optando-se por uma de duas soluções: ou os povos, ao autodeterminarem-se, optam pela independência total — independência política em relação a Portugal — ou por manter certos laços políticos, não os de agora, mas, por exemplo, os federativos. Pessoalmente, porém, estou convencido de que a possibilidade de opção pelos laços federais já passou. Talvez tivesse existido essa possibilidade — julgo mesmo que houve essa saída, que se perdeu talvez por falta de clarividência de Salazar ou de Marcelo

Caetano, também. Talvez essa saída tivesse constituído uma salvação, mas a verdade é que o enleio das forças da extrema-direita a tornou inviável.

"E insisto na extrema-direita e nas forças que ela representava porque foram estas as verdadeiras inimigas da Pátria e as causadoras de todas as dificuldades. E se há pessoas que entendem que a conquista da independência política pelas colónias significará o fim de Portugal e a perda de projecção no Mundo, trazendo ainda outras desgraças para o País (não é esta a minha opinião), mesmo que tal acontecesse a culpa não seria de mais ninguém. Foram elas que criaram essa situação como a História o regista."

AS POPULAÇÕES BRANCAS SÃO INDISPENSÁVEIS

"Voltando às soluções que se apresentam agora às colónias, estou convencido de que os povos se autodeterminaram (e em alguns casos mesmo claramente) no sentido de poderem afirmar: queremos ser independentes politicamente de Portugal. Isso não quer dizer que a independência ou transferência de poderes possa fazer-se repentinamente, dado que até para defesa dos novos Estados africanos, perante muitas coisas, será possivelmente necessário uma afirmação pública com ampla participação das populações, até agora impossível face à situação de guerra, a explicitar essa autodeterminação já vincada, aliás, através dos movimentos de libertação. Porém, só haverá vantagem na sua explicitação, o que demora evidentemente certo tempo. No entanto, estou convencido de que os movimentos de libertação que nunca quiseram a guerra (tantas e tantas vezes ofereceram a paz e só foram para a luta armada, porque se lhes fecharam todas as outras portas), nem expulsar os brancos, não deixarão de os aceitar. Evidentemente, haverá um ou outro branco que terá de ser expulso; naturalmente aqueles que não queremos aqui, sempre prontos a explorar-nos e que cometeram as maiores violências e, portanto, indesejáveis a uma nova luz.

Contudo, e em relação à maior parte das populações brancas ou de origem branca, em Angola e também em Moçambique, os líderes africanos têm sido sempre os primeiros a dizer que essas pessoas não só têm o direito de ficar (porque também é terra deles) como é preciso que fiquem. Na realidade, os movimentos africanos são os primeiros a reconhecer que têm falta de quadros e de muitas pessoas de qualificação em variados campos e que todos eles são necessários à construção dos novos estudos. Agora, com uma certeza: em Moçambique onde há cerca de 8 milhões de pessoas das quais 150 mil serão de origem branca e um pequeno número pertencente às comunidades asiáticas; e em Angola, onde há à volta de 5 a 6 milhões de pessoas das quais 500 mil de origem branca ou brancos, não fará sentido que essas minorias pretendam o Poder, em Estados independentes.

A DEMONSTRAÇÃO MAIS POSITIVA

Na primeira conferência de Imprensa do M. D. P., enunciou-se um ponto de desacordo entre a posição do Movimento Democrático Português e a que é atribuída ao general Spínola, ainda no tocante às vias a adoptar para a solução do problema africano. O presidente da Junta de Salvação Nacional, aceitando o princípio da autodeterminação, seria a favor de uma fixação de prazos ou, mais concretamente,

JOSÉ MANUEL TENGARRINHA E FRANCISCO PEREIRA DE MOURA

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE IMPRENSA NA SEDE DO M. D. P.

de uma espécie de compromisso nacional no sentido de preparar as populações africanas para que no futuro ficassem ligadas a Portugal. Isso seria, segundo a sua opinião, a verificação da capacidade dos portugueses para obterem resultados políticos, ao invés de uma independência que, irremediavelmente, afastaria esses povos para sempre. Ao contrário desta posição, o M. D. P. considera que as populações se afirmaram já capazes de se autodeterminarem.

— Já estive por duas vezes no Brasil, e o português que tenha lá ido não pode aceitar que a independência de uma antiga colónia constitua a prova da incapacidade e do fracasso da política de colonização portuguesa. Eu entendo que é, bem ao contrário, a prova do êxito dessa política. E, portanto, se no futuro tiver oportunidade de me deslocar a Angola ou a Moçambique (sempre me recusei) e ali encontrar estados independentes politicamente de Portugal, mas onde se falará português, se depararão traços bem vincados da cultura lusíada e onde se cimentarão os laços entretanto estabelecidos com o Brasil (económicos e culturais, nomeadamente, só possíveis entre Angola e o Brasil, quando a primeira se tornar independente), então terei o gosto de afirmar: está aqui a demonstração do êxito da política de desenvolvimento e de colonização portuguesa que teve como período sombrio a guerra colonial.

ACÇÃO CONCENTRADA NA LUTA ANTI-INFLACIONISTA

A constituição do Governo provisório tem sido objecto de reuniões sucessivas da Junta de Salvação Nacional com diversas individualidades de representação dos partidos políticos e agrupamentos políticos formados. Para lá da constituição desse gabinete, sobre o qual o M. D. P. já emitiu um comunicado no princípio da semana, importaria conhecer a possível orientação a seguir pelo Governo em matérias tão importantes como as que se agitam no campo social e económico.

— Penso que há que distinguir entre o curtíssimo prazo que é o de agora e as primeiras semanas do Governo provisório e o curto ou médio prazo que há-de ser o período daquele Governo com o que virá a seguir, já depois de normalizada a vida política. Julgo que esta primeira fase, e concretamente no campo social e económico, vai ser centrada, essencialmente, na luta anti-inflacionista. Poderia acontecer, por um fracasso em matéria de inflação, que a abertura extraordinária conseguida pela acção das Forças Armadas viesse a ser perdida. Mas estas não o admitiriam. É por essa razão que os políticos que estiverem no Governo provisório vão ter de lutar tão duramente nesse campo como o fizeram as Forças Armadas, justamente para impedir a derrota aí. E, portanto, não se poderá contemporizar com nada nem com ninguém; medidas drásticas e imediatas impor-se-ão no conjunto da acção a empreender. Quem começar com açambarcamentos ou puser entraves no abastecimento público ou noutros campos, pode ter a certeza que será tratado em termos militares. É que não pode ser de outra maneira, pois, se não forem os civis a empreender uma acção drástica, fá-lo-ão com certeza os militares. E têm toda a razão, pois de outro modo não valeria a pena fazer a revolução.

"Claro que isso não significa nem nacionalizações nem socialização, mas assegurar a normalidade da vida económica, ainda no fundo dentro dos quadros anteriores, praticamente. Ganha, no entanto, e nesta altura, relevância particular um tipo de debate de interesse claramente geral, que é o da definição da linha política futura do Governo provisório. Penso, em primeiro lugar, que esse programa terá de ser o do Movimento das Forças Armadas, e, por alguma razão, nas celebrações do Primeiro de Maio, lhe chamei o Programa das Forças Armadas e do povo trabalhador, pois mal de nós se a par daquele surgia agora mais um programa, construído pelos civis, com pontos comuns, claro, mas divergente noutros. Nesse caso, às Forças Armadas assistiria o direito de dizerem: não foi isso que nós mandámos fazer, pois assumimos perante o País um compromisso, que é o da

FRANCISCO PEREIRA DE MOURA

O dr. Francisco Pereira de Moura, membro activo do M. D. P., nasceu há 49 anos, em Lisboa. Foi professor do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras e do Instituto Superior do Serviço Social e regeu uma cadeira de Desenvolvimento Económico do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, em Lisboa; foi ainda professor visitante em universidades brasileiras. Procurador à Câmara Corporativa em duas legislaturas (1957-1965), actuou como relator dos pareceres sobre o sector industrial no II Plano de Fomento, a respeito da Convenção de Estocolmo, acerca da Junta de Planeamento Económico Regional e sobre o Plano Intercalar de Fomento. Tem participado em numerosos congressos, colóquios e sessões de trabalho acerca de problemas nacionais.

Candidato a deputado pela C. D. E. de Lisboa em 1969, foi demitido de professor do I. S. E., em Janeiro de 1973, por decisão do Conselho de Ministros (caso da "Capela do Rato"), depois de ter sido nomeado, por convite, professor catedrático a 22 de Dezembro de 1972.

Entre os trabalhos publicados contam-se nomeadamente "Estrutura da Economia Portuguesa" (em colaboração), "Estagnação ou Crescimento da Economia Portuguesa?"; "Estudo sobre a Indústria Portuguesa" (orientação e colaboração); "Localização das Indústrias e Desenvolvimento Económico"; "Problemas Fundamentais da Economia", obra traduzida em França; "Lições de Economia"; "Planeamento Industrial e Desenvolvimento Regional"; "Análise Económica da Conjuntura"; "Para onde Vai a Economia Portuguesa?"; "A Inflação e os Trabalhadores" e "A Banca, Estado Social e a Expansão dos Lucros".

execução desse programa, e se não podem ou não são capazes os elementos que o constituam, nesse caso outros o conseguirão e em derradeira hipótese, nós, os militares, disso nos encarregaremos. Claro que seria uma solução péssima para os militares, dado que estes não querem intervir na política, e mesmo a prova da incapacidade total dos civis em Portugal. Mas não há, evidentemente, razões para assim pensar."

"NÃO VEJO NECESSIDADE DE UM PROGRAMA AMPLO DE NACIONALIZAÇÕES"

Um Governo destinado à gestão, embora honesta, do sistema capitalista ou um Governo de transição para o socialismo?

— Questão importante, sem dúvida. Ora, eu creio que o próprio programa das Forças Armadas responde com a segunda hipótese. Ali se afirma que a luta contra a inflação obriga e tem de ser encarada numa perspectiva de luta antimonopolista. Não no sentido de pôr termo à concentração do poder económico e muito menos das grandes fábricas e empresas, que terão de existir. Vai, no entanto, ter de se começar pelo controlo dessas actividades, e talvez ainda no período do Governo provisório, por medidas que visem discipliná-las. Em relação ao Banco de Portugal, por exemplo, que um grupo de jornalistas espanhóis ignorava tratar-se de uma empresa privada, embora com contrato de concessão e controlada pelo Estado, nacionalizá-lo não altera grandemente a estrutura já existente. Mas é um acto do maior significado político a que se deve proceder.

"Não estou a ver, porém, a necessidade de nenhum programa amplo de nacionalizações nesse período e até porque as coisas carecem de certa preparação. Agora, é inevitável que em vários campos irá ser necessário tomar medidas de abertura para a via socialista, sob pena de se comprometer os resultados do Movimento. Se a alternativa é conservar o capitalismo intacto e só posteriormente decidir, nessa altura teremos de nos lembrar que o capitalismo é implacável. Vimo-lo no Chile e o que é capaz de fazer quando desfere golpes. Não costuma actuar como os militares o fizeram no dia 25. Se a Junta daqui tivesse procedido como a do Chile, no sentido contrário, onde é que estariam os dirigentes das nossas empresas. E, portanto, eles terão de estar atentos a todas essas circunstâncias."

AS RELAÇÕES COM O MERCADO COMUM

As relações com o Mercado Comum tenderão a intensificar-se ou sofrerão algum retraimento?

— O Governo, como se sabe, nunca revelou a verdade. Neste caso, o que propôs à Comunidade Económica Europeia foi um estatuto de associação, ou seja uma das três modalidades possíveis: a adesão total, associação ou simples tratado comercial, embora com certas vantagens, esta a modalidade obtida pelo ex-Governo. A Comunidade Europeia, conforme foi explicado por parlamentares alemães que aqui se deslocaram e não pelos nossos negociadores, respondeu que o nosso país não está em condições políticas para um estatuto de associação com as comunidades europeias, nomeadamente porque não possui nem aceita as instituições e as regras de jogo democráticas e mantém uma guerra colonial completamente inaceitável do ponto de vista político para a C. E. E., composta por países que deram a independência às suas colónias.

"E, portanto, através deste movimento militar, eliminados os dois óbices, as relações com o Mercado Comum tornam-se extraordinariamente mais fáceis. De onde é que poderá vir a objecção? Quanto a mim, a objecção poderá vir de aqui se afirmarem muito fortemente as tendências socializantes, o que não me parece de estranhar. A Inglaterra e a Alemanha têm Governos socialistas, a França irá ter também um Governo socialista, a Itália para lá caminha, enfim, toda a Europa, e, deste modo, não se poderá estranhar que, eleita a Assembleia Constituinte, a esquerda unida viesse a assumir o Poder.

"Mas, ainda dentro da C. E. E., assiste-se hoje a um fenómeno importante: um movimento de interesse e de crescente participação das centrais sindicais e dos partidos, mesmo os mais esquerdistas, como o italiano ou o francês. Esses movimentos estavam completamente alheados, sustentando, e com razão, que o Mercado Comum não era mais que um instrumento ao serviço do capitalismo, visando a criação da Europa dos monopólios. Foi assim na verdade e durante muito tempo, precisamente, em minha opinião, porque as forças e organizações de esquerda e os sindicatos, fora do jogo, se recusavam e esqueciam no fundo o princípio básico de toda a construção socialista internacional, que é precisamente o internacionalismo. E assim como os capitalistas e as grandes empresas viram rapidamente o proveito que disso poderiam tirar, também ao nível do trabalhador, pondo de lado o chauvinismo habitual, será possível um grande encontro à escala europeia, em relação ao qual estou firmemente esperançado. Já se vê que nessa altura a posição dos grupos e sindicatos de

esquerda, em Portugal, ficará extremamente facilitada.

UMA ADMINISTRAÇÃO QUE NÃO ENLEIE O PAÍS

No seu primeiro comunicado, o M. D. P. enunciou as linhas gerais a que, em seu entender, deverão obedecer a constituição e a política do Governo Provisório. Entende-se que o gabinete deverá ser aberto ao leque de correntes significativas de opinião que têm em comum o respeito pelas instituições e regras de democracia política e no sentido das exigências do progresso social do povo português.

— Os princípios contêm-se, com efeito, num documento já divulgado. Basicamente: o cumprimento do programa das Forças Armadas, a sua linha política, em íntima ligação com a Junta Militar. Prevê-se um Conselho de Estado, composto por militares, e, claro, o gabinete provisório, órgãos que têm de actuar intimamente. Não se pretende, de maneira nenhuma, viver no divórcio anterior, em que o Conselho de Estado reunia só em circunstâncias muito especiais. Também como condição extremamente importante, entende-se que o Governo provisório tem de ser um gabinete político com um número restrito de membros e capaz de constituir uma equipa que defina o modo de cumprimento daquele programa das Forças Armadas. Não será fácil, naturalmente, pelos inúmeros problemas que levanta a execução desse programa. Além dos ministros, também incluiria um conjunto de secretários de Estado, não competindo a estes, porém, a definição política, que pertence ao gabinete. Cada ministro com os respectivos secretários de Estado se encarregará da execução. Mesmo assim, pretende-se uma execução que não enleie o País, como o fazia a Administração anterior, em que tudo se resolvia ao nível do ministro ou do secretário de Estado, pois nem os directores-gerais assumiam qualquer poder de execução.

"O que se pretende é deixar muita liberdade para a execução a nível local, regional ou de sector, ou ao nível de serviço público e da empresa. Claro que se poderão levantar problemas difíceis de entrada — operários numa empresa, empresários ou quadros técnicos ligados com o capital. Não vamos admitir que seja o Ministério do Trabalho a resolver todos esses problemas, pois apenas lhe competirá traçar as linhas gerais e intervir, duramente quando necessário. A maior parte das soluções virá a definir-se dentro desses quadros, completamente diferentes dos actuais, em que avultavam o cooperativismo e a absurda ideia de que os trabalhadores se punham de acordo com os capitalistas para construir o bem comum. Isso significava, na prática, a legalização das forças de repressão, sempre prontas a oprimir os trabalhadores, que nunca puderam erguer a voz. Presentemente, já estamos a assistir a um levantamento de voz dos trabalhadores. Mas é preciso que os problemas sejam resolvidos, em pequena escala e onde surjam. Não será tarefa para o ministro ou para o secretário de Estado e muito menos para a Polícia."

Consolidar o presente e caminhar para formas que moldarão o futuro é agora a palavra de ordem ouvida um pouco por toda a parte. O prof. Pereira de Moura não esconde a importância de se acelerar o indispensável saneamento económico.

— O essencial é a construção do futuro e isso pressupõe uma actuação enérgica e imediata. Não podemos esquecer, porém, que há muita gente comprometida, crimes que constituem uma afronta ao povo português. Claro que, de um modo geral, nada disso exige inquéritos amplos e exaustivos, que seria a melhor maneira de deixar as pessoas impunes. O seu julgamento far-se-á dentro de uma justiça perfeitamente correcta que assegure direitos de defesa e um quadro legal definido, o que é essencial, pois, se assim não for, atraiçoar-se-ão os princípios e as regras do jogo democrático.

"Nos serviços públicos, por exemplo, não duvido da existência de indivíduos muito bem pagos e cheios de benesses e que se fartaram de corroer e corromper a máquina do Estado, pondo-a ao serviço de interesses privados. Claro que esses terão de ser castigados. Mas interessa, sobretudo, penalizar o alto funcionário, o responsável na cúpula do sistema, e não o pequeno funcionário e as suas humanas fraquezas, ele próprio vítima do regime em que se vivia e que tantas situações desse tipo favorecia, até pelo pouco que se lhe pagava. Quando o funcionário via que o chefe, mais alto, porventura até membros do Governo metiam ao bolso quantias bastante grandes e que não se mediam pelos vinte escudos, pois ele também se sentia no direito de aceitar aquela ou outras importâncias. Mas não é isso que interessa, mas, sim, situações perfeitamente escandalosas criadas em vários campos." ■

FERNANDO LOUREIRO FALA DO PARTIDO SOCIALISTA

Numa pequena sala da sede provisória do Partido Socialista, obtivemos de Fernando Loureiro, responsável daquela organização, e na circunstância seu porta-voz, alguns esclarecimentos sobre a posição do P. S. perante os mais recentes acontecimentos.

Fernando Loureiro, que tem 39 anos, tirou o curso de Medicina na respectiva faculdade da Universidade de Lisboa. Está fora de Portugal desde Janeiro de 1965. A 1 de Maio regressou. No interior do P. S., desempenha o papel de delegado permanente junto do Grupo Socialista do Conselho da Europa, em Estrasburgo, e membro do Secretariado do Exterior, encarregado dos problemas de emigração. Ingressou na Acção Socialista, matriz principal do P. S., há 4 anos.

MIGUEL SERRAS PEREIRA — Os socialistas aparecem agora ao lado do Partido Comunista, perante um povo, que dadas as condições em que decorreu a nossa vida política nos últimos anos, está, de um modo geral, forçosamente mal informado, por um lado sobre o que vos distingue, e, por outro lado, sobre o que vos une. Qual é a base da vossa "aliança" com os comunistas?

F. L. — Dadas as condições de clandestinidade em que ambos os partidos trabalhavam, torna-se difícil pormenorizar os nossos acordos. Estes, com efeito, eram estabelecidos de acção para acção e não envolveram quaisquer compromissos de fundo. Em rigor não há qualquer aliança: do que se tratava era de um acordo de princípio, destinado a possibilitar o empreendimento de acções conjuntas a derrubar o Governo fascista. Neste momento, tudo se alterou e tudo está por definir. Há discussões bilaterais e o P. S. está disposto a um diálogo sem quaisquer exclusões com outras formações de esquerda...

M. S. P. — Com os grupos ditos "pró-chineses" também?

F. L. — Sim, com todos os que aceitarem esse diálogo.

M. S. P. — Qual é a posição do P. S. perante a autogestão?

F. L. — A autogestão é uma posição de

princípio do P. S. Mas trata-se de uma autogestão adaptada às condições do País. Assim, neste momento, o que parece fundamental é a luta política, com um partido de massas legal. O sindicalismo deve ser absolutamente livre, independente de estruturas partidárias. Ao nível político, o P. S. defende o pluripartidarismo numa democracia representativa de tipo parlamentar. Do leque devem ser excluídos apenas os partidos fascistas, tendentes à reinstalação da ditadura. No entanto, acho que temos de ter cuidado, pois que um partido pode apresentar-se como democrático para, neste momento, esconder os seus verdadeiros desígnios.

M. S. P. — O P. S. participará no Governo Provisório que, mais dia menos dia, será formado sob os auspícios da Junta de Salvação Nacional?

F. L. — Ainda não sabemos, mas é possível.

M. S. P. — O P. S. aceitará participar nesse Governo, portanto, caso para isso seja convidado pela Junta — é isto o que V. quer dizer?

F. L. — Não exactamente. Não basta que nos convidem para que aceitemos participar. Não participaremos sem condições, embora estas sejam mais flexíveis agora do que seriam se se tratasse de participação num Governo formado já sob uma normalidade constitucional democrática. Por agora, a única condição que pomos é a da reconhecida e comprovada democraticidade das outras correntes ou partidos representados eventualmente no Governo provisório.

M. S. P. — Aceitarão entrar num Governo em que participem monárquicos, por exemplo?

F. L. — Depende. Se forem monárquicos liberais, democráticos, sim. Não, no caso de serem uma máscara de ocultação para o fascismo.

M. S. P. — Finalmente, renovo uma das partes em que se desdobrava a minha pergunta inicial: o que vos distingue do P. C.

F. L. — Ideologicamente, o P. C. define-se quase senão exclusivamente por uma certa interpretação do marxismo. Para nós, o marxismo é uma inspiração, é mesmo a inspiração fundamental do P. S.; mas fazemos questão de aceitar os ensinamentos de outras correntes socialistas e de esquerda, que enriqueceram em nosso entender, a par do marxismo livremente discutido e desenvolvido, o património cultural e ideológico da classe trabalhadora. Perante todas as correntes mantemos disponibilidade e uma atitude crítica. Além disso, se somos pelo Poder dos trabalhadores, pelo Poder da classe trabalhadora, não somos pelo que se chama ditadura do proletariado. A nossa posição é de respeito pelas liberdades democráticas. Inclusivamente, pensamos que a classe operária poderá dividir-se por diversos partidos políticos, perante os quais pensamos que deve ser sempre salvaguardada a autonomia dos sindicatos.

M. S. P. — E sobre a questão do Estado?

F. L. — O Estado deve intervir cada vez menos autoritariamente na vida nacional, limitando-se progressivamente a papéis administrativos de coordenação de actividades e planeamento. Mas isto é uma perspectiva a longo prazo evidentemente. Por outro lado, a liberdade sindical deve verificar-se não só no plano da independência perante qualquer estrutura partidária como perante a hierarquia burocrática do Estado. Igualmente, o P. S. pensa que deve ser mantida uma distinção de facto entre as estruturas do Estado e as de qualquer partido, mesmo que este governe sem partilha, na sequência de eleições democráticas.

M. S. P. — E quanto à disciplina interna do P. S.? Este admite o direito de tendência, por exemplo e dentro de que limites?

F. L. — Cada militante do P. S. terá não só o direito como o dever de expressar as suas eventuais divergências com a direcção. O direito de tendência será, portanto, plenamente assegurado. No entanto, estes direitos terão alguns limites evidentes. Assim, socialistas membros de um futuro Governo, por exemplo, continuarão vinculados à linha geral do P. S. nas suas decisões. O mesmo se diga relativamente às assembleias políticas representativas da Nação. Aí, será exigida aos militantes socialistas disciplina parlamentar de voto.

M. S. P. — Qual a vossa posição sobre a guerra colonial?

F. L. — Essa posição está já definida na Declaração de Princípios do P. S. Somos pela independência das actuais colónias portuguesas e pela abertura de negociações com os movimentos nacionalistas africanos. Não há nada que justifique moralmente a opressão de um povo por outro.

M. S. P. — Quanto à eventualidade de uma reacção fascista, entende o P. S. que haverá formas de luta mais directas, correctas e eficazes, do que as constituídas pela tomada de posições de carácter socialista definida a curto prazo, embora estes não possam visar nem ser confundidas com a imediata transformação socialista global da sociedade portuguesa?

F. L. — A curto prazo, mas depois em todo o caso da realização de eleições livres, o P. S. defende a nacionalização de todos os sectores-chave da economia nacional, deficitários ou não deficitários. Mas como não somos adeptos de um "capitalismo de Estado", entendemos que estas nacionalizações devem ser acompanhadas pela transformação das estruturas hierárquicas e autoritárias das empresas e pela instalação de uma democracia de base, na produção e gestão, entre os trabalhadores dessas mesmas empresas. Mas repito que, embora encaremos estas medidas como urgentes e de necessidade imediata, elas só poderão ser tomadas após a livre expressão da vontade popular.

M. S. P. — No entanto, mesmo antes de quaisquer eleições, os sindicatos têm já criado situações de facto irreversíveis que a Junta de Salvação Nacional acaba por sancionar a **posteriori**, e que correspondem a embriões de poder trabalhador, sendo desencadeadas segundo uma perspectiva de classe nitidamente autónoma e anticapitalista. As declarações feitas pelos representantes sindicais presentes no primeiro de Maio foram também no mesmo sentido. O P. S. não achará correctas estas posições dos sindicatos, e que são já acções socialistas por natureza? Estou a referir-me, por exemplo, à formação de conselhos de trabalhadores ao nível de empresa, com poderes deliberativos, embriões de autogestão no interior da produção capitalista, articulados diversamente com as estruturas sindicais mais amplas. Para ser mais preciso, e para lhe dar o exemplo que conheço melhor até agora por ser vivido por mim também: os jornalistas portugueses conquistaram, com confrontos ou sem que estes tenham sido para já necessários relativamente às entidades patronais, os seus conselhos de redacção deliberativos, independentes das administrações e, em última análise, autónomos no que se refere à elaboração e publicação de textos e notícias. O mesmo processo se verifica noutros sectores, noutras unidades de trabalho, bem mais decisivas para a economia nacional e envolvendo uma participação de massas considerável que, no nosso caso, se não verifica. O P. S. não achará correctas, desde já, estas acções, tendentes a impor um poder de classe autónomo perante o capital privado no interior das empresas?

F. L. — Evidentemente que o P. S., considerando que o sindicalismo deve ser livre, considera também essas acções, que utilizam formas de luta democraticamente decididas, como expressão da vontade dos trabalhadores. Aprova-as, portanto, como

conquistas democráticas de sindicatos que o P. S. não pretende dirigir, mas que deve reconhecer como manifestando a vontade popular. Para além dos nossos objectivos políticos, o movimento sindical pode e deve ter iniciativas próprias que, sendo embora também políticas, não se podem confundir com uma perspectiva partidária. Quanto aos regimes socialistas de Leste, as nossas objecções principais e que nos levam a repudiá-los como modelos são precisamente o sistema de partido único e o entendermos que, ao contrário do que neles sucede, ou só sucede imperfeitamente, deve haver uma distinção entre as estruturas do Partido e o aparelho de Estado e os órgãos sindicais. A identificação total destas instâncias, que se verifica nos países de Leste, não é desejável. Mesmo quando um partido se considera como detentor dos interesses fundamentais da classe operária, deverá reconhecer os sindicatos independentes do seu aparelho como organizações legítimas, e com os respectivos poderes de decisão, dos trabalhadores. Por outro lado, o P. S. não é exclusivamente um partido da classe operária. Pretende ser um partido de todas as classes dominadas pela exploração capitalista, considerando que a classe operária é apenas a principal de entre estas. Bem como a sua força principal. O objectivo do P. S., como se faz notar na nossa Declaração de Princípios, é a sociedade sem classes.

M. S. P. — O P. S. tem alguma posição, enquanto tal, perante o conflito sino-soviético?

F. L. — Não.

M. S. P. — Quais são as perspectivas do P. S. sobre o problema das relações internacionais?

F. L. — Portugal deve, em nosso entender, estabelecer relações internacionais abertas com todos os países democráticos. Devem apenas ser excluídos aqueles países que, como o Chile, sejam presas de ditaduras fascistas. Mas este critério terá de ser estabelecido caso a caso.

M. S. P. — Se isso dependesse da sua vontade, o P. S. acharia que Portugal deveria manter relações com um país dominado por um regime semelhante ao que foi derrubado a 25 de Abril?

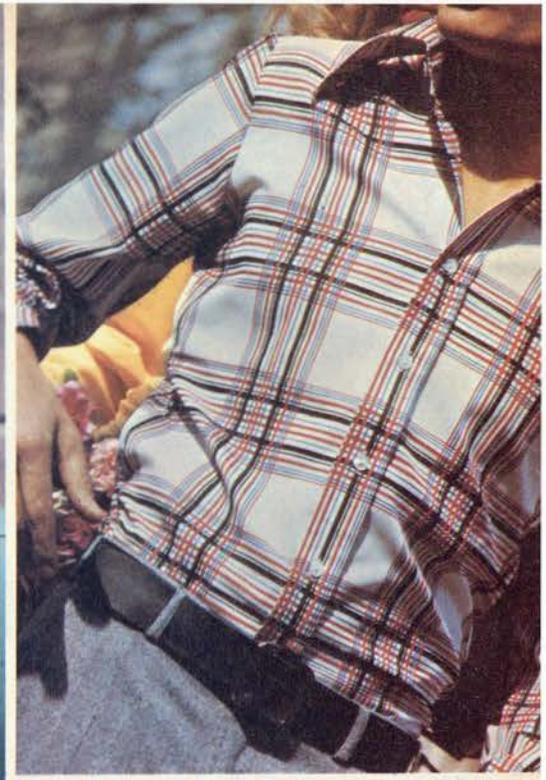
F. L. — Não, de modo nenhum. Embora o P. S. entenda que o país deve ter uma posição aberta em matéria de relações internacionais, entende também que neste domínio as preocupações tácticas ou eleitoralistas não devem prevalecer, em caso algum, sobre a sua Declaração de Princípios e nomeadamente sobre os seus deveres de apoiar a solidariedade internacional dos trabalhadores. Aliás, consta da mesma Declaração de Princípios a nossa atitude crítica que repudia todos os partidos, membros ou não da II Internacional, que dizendo-se sociais-democratas ou mesmo socialistas actuam objectivamente nos interesses da exploração ou do imperialismo. Além disso, mantemos boas relações não apenas com partidos da II Internacional, como com outros. Alguns destes são partidos comunistas. Refiro-me nomeadamente ao P. C. Italiano e ao P. C. Espanhol.

M. S. P. — E sobre o Movimento das Forças Armadas?

F. L. — Penso que a intervenção do Movimento das Forças Armadas foi um acto positivo. Também a Junta de Salvação Nacional, até agora pelo menos, só tem tomado atitudes democráticas, em que o P. S. não pode deixar de a apoiar. A democratização parece, neste momento, prioritária.

M. S. P. — Tendo sido até aqui um partido clandestino, o P. S. deve sentir a urgência de proceder a uma reestruturação mais ou menos profunda...

F. L. — A nossa estruturação era clandestina, mas de tipo extremamente flexível, até por razões de segurança. Dividia-se em Exterior (do país) e Interior. Os contactos entre Exterior e Interior eram igualmente flexíveis, embora por vezes difíceis. A Direcção do P. S. era integrada colegialmente por 28 membros, dos quais, contrariamente talvez a certas ideias feitas, apenas 8, entre os quais o secretário-geral, residiam fora de Portugal. Agora exige-se uma reestruturação não só da organização, como convém a um partido de massas, como ainda uma actualização do nosso Programa. Nesse sentido, esperamos realizar dentro de meses, um Congresso do Partido Socialista, cuja importância poderá vir a ser decisiva. ■

(Entrevista conduzida por MIGUEL SERRAS PEREIRA)

SICCO MANSHOLT: "inventar uma nova sociedade"

Há cerca de dois anos que explodiu aquilo a que, na altura, se chamou a "bomba Mansholt". Numa carta endereçada ao presidente da Comissão do Mercado Comum, de que era membro, Sicco Mansholt convidava os europeus a tomarem o lugar de uma América "em vias de declínio", substituindo a procura sistemática do aumento do P. N. P. (produto nacional bruto) que caracteriza as sociedades industriais, pela procura, mais preocupadas com o homem, da "felicidade nacional bruta". As suas reflexões, inspiradas, por um estudo do M. I. T. (Massachussets Institute of Technology), defendiam o "crescimento zero", a diminuição voluntária do bem-estar material, uma repartição mais justa e menos esbanjadora dos recursos do globo. Estas ideias suscitaram mais paixão do que raciocínio a frio. Os acontecimentos do Outono e do Inverno últimos vieram colocar a discussão num contexto mais sério. Que pensa actualmente Sicco Mansholt? Foi o que procurou averiguar o jornalista Pierre Dresgraupes, na entrevista que a seguir reproduzimos.

PIERRE DESGRAUPES — Pode dar-me uma definição de si próprio? Considera-se um economista, um homem político, um moralista ou um profeta?

SICCO MANSHOLT — Sou um homem político, nada mais, nada menos. Naturalmente, após 27 anos passados na política e no Mercado Comum a estudar principalmente as questões agrícolas, tive muitas vezes, como professores, ministros que, eles sim, eram economistas. Eu, porém, sou acima de tudo um homem político.

P. D. — Digamos que é um homem político que faz filosofia.

S. M. — Não sei Não será necessário, hoje, ser um pouco filósofo para ser um homem político? É realmente uma necessidade, parece-me. Sobretudo se algumas coisa de novo aparece no mundo, como é o caso.

P. D. — Portanto um pouco profeta, também...

S. M. — Não. A profecia não é uma atitude realista e eu procuro ser realista. Bem entendido, quando se é um homem político, pode-se — deve-se mesmo — raciocinar sobre o futuro, dizer: chegar-se-á a isto ou àquilo, se se fizer isto ou aquilo.

SICCO MANSHOLT — "São os próprios números que anunciam catástrofes"

Mas não se trata aqui de profecia; é simplesmente de uma tentativa de previsão.

P. D. — Mas as coisas que V. prevê, não se contenta com anunciá-las calmamente. Procura sempre convencer. É esta força de convicção que, por vezes, me faz pensar no tom dos profetas.

S. M. — Quer saber uma coisa? Sempre pensei que um homem político devia ocupar-se, primeiramente, do longo prazo, e, depois, do curto prazo, Eu, pela parte que me diz respeito, sempre procedi assim ou, pelo menos, sempre o tentei, quando era possível. Nunca pensei no que devia fazer nos três ou quatro anos do meu mandato, mas sim no que se devia fazer nos próximos vinte anos. Para mim, a política é isto.

P. D. — Tem de reconhecer que, neste plano, V. pertence a uma espécie rara. Não me parece que isso seja próprio da França, onde, salvo uma ou duas excepções, os homens políticos se precocupam mais com...

S. M. — A sua reeleição? Isso é verdade, em relação a muitos deles, como, aliás, também entre nós, na Holanda.

Mas, em minha opinião, esses homens enganam-se. Subestimam os seus eleitores. Num país como os Estados Unidos, isso

chegou a tornar-se uma vergonha! Repugna-me realmente ver os políticos e mesmo os governadores dizer abertamente: "Não se pode tomar esta ou aquela medida antes das eleições." É repugnante, porque tais palavras significam: far-se-á isso depois de termos sido eleitos e quando os eleitores já nada puderem fazer. Por exemplo: Muitas vezes, no Conselho dos Ministros da Europa, discutimos para chegarmos a um preço dos cereais ou doutros produtos. Quantas vezes não ouvi dizer: "Nada de fixar o preço antes das eleições!" Era sempre: "Depois, depois, depois!"

P. D. — Sinceramente, nunca agiu da mesma maneira com os seus próprios eleitores? Poderia afirmá-lo sem hesitação?

S. M. — Compreendo que isso possa surpreendê-lo, mas comecei a minha vida política após a guerra e, desde então, não só nunca actuei dessa maneira como, muitas vezes, fiz até exactamente o contrário. Lembro-me que, uma vez, se tratava de baixar o preço do leite. Era antes das eleições e eu era ministro da Agricultura da Holanda. Disse no Conselho de Ministros: "Quero que a diminuição do preço se verifique antes das eleições, para que depois se não possa dizer que enganámos os eleitores."

P. D. — E o Conselho concordou?

S. M. — Os meus colegas hesitaram um momento, mas consegui convencê-los. E todos foram reeleitos...

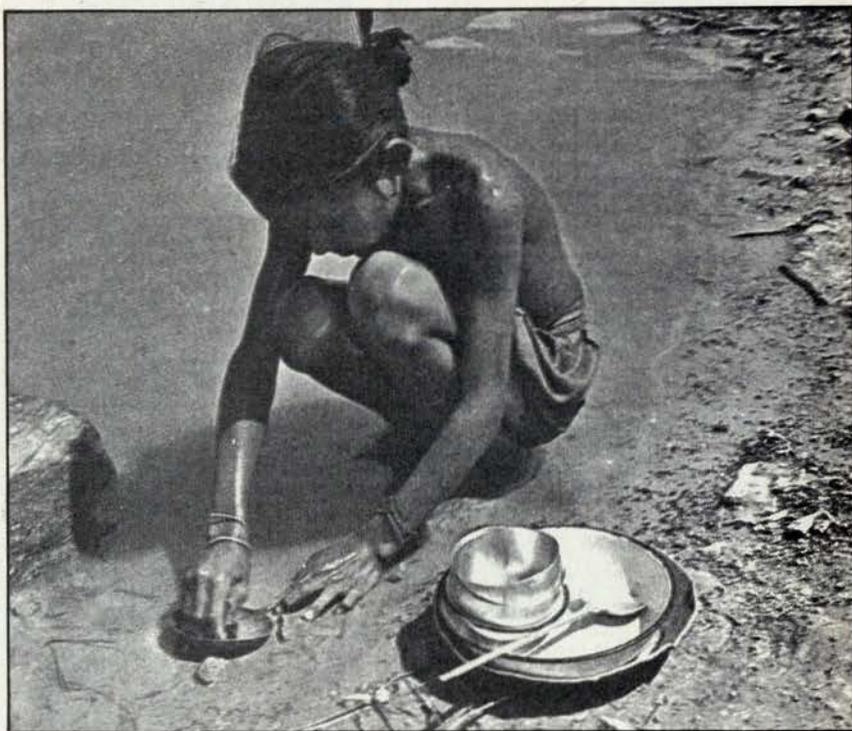
P. D. — Nas suas previsões vejo outra coisa que lhe confere, por vezes, um ar de profecia: ultimamente V. tem anunciado sobretudo catástrofes...

S. M. — Mas são os próprios números que anunciam catástrofes; eu baseio-me nos números. Os números não são profetas, são números.

P. D. — Por exemplo: há algum tempo ouvi-o dialogar com Pierre Mendès France. V. disse que, dentro de oito anos, o mundo conhecerá uma crise alimentar sem precedentes.

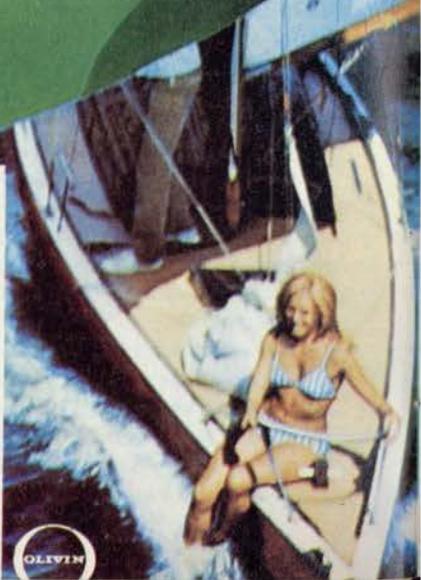
S. M. — Eu não disse "dentro de oito anos — disse — dentro dos oitos anos". Isso pode acontecer no próximo ano, se houver nos Estados Unidos, ou noutro país, uma colheita muito má. E isso será uma catástrofe. Não se trata de uma invenção, tudo é de uma grande nitidez. Actualmente, não existe no mundo nenhuma reserva de cereais. Não só os russos não conseguiram aumentar a sua produção como, pelo contrário, e como toda a gente sabe, eles próprios se tornaram nos grandes

"É chegada a altura de deixarmos de ser hipócritas"

"O auxílio prestado pelas nações industrializadas aos países subdesenvolvidos dirige-se não à massa dos pobres destes países, mas às suas classes ricas"

compradores no mercado mundial. Só existem, portanto, dois exportadores: os Estados Unidos e a Austrália. Todos os outros países — os países em vias de desenvolvimento, sem excepção, mas também o Mercado Comum — são hoje importadores de produtos alimentares. Sendo assim, não é preciso ser profeta para ver o que os números revelam: encontramo-nos numa situação próxima da penúria. Todas as pessoas que se ocupam deste problema, todos os agrónomos o sabem como eu. E posso dizer-lhe que dentro de poucos dias vou à FAO para dicutir com outros peritos o que se pode fazer de urgência perante tal situação.

P. D. — A sua previsão funda-se na hipótese de uma má colheita. Mas também há, muitas vezes, boas colheitas....

S. M. — Certamente, Ainda pode haver algumas boas colheitas; no entanto a situação em África pode ser ainda mais grave que no ano passado. E V. sabe-o não se trata de um mistério. A Cruz Vermelha publicou

onde há Bac
há Frescura
bac
448
bac
bac
fresh-deo
dry
bac
fresh-deo
natural
bac
novo Bac
Desodorizante
e Anti-Transpirante
DRY (castanho)
com luxuosa fragrância
DISCREET (rosa)
discretamente perfumado de acção agradável
NATURAL (verde)
proporciona uma frescura completamente natural
SEM ÁLCOOL (azul)
especialmente suave na sua acção em peles sensíveis
ANTI-TRANSPIRANTE (laranja)
regula eficazmente a transpiração
OLIVIN

testemunho

relatórios segundo os quais morrem centenas e centenas de pessoas diariamente. De fome. O ano passado tratava-se de cabeças de gado. Agora são homens...

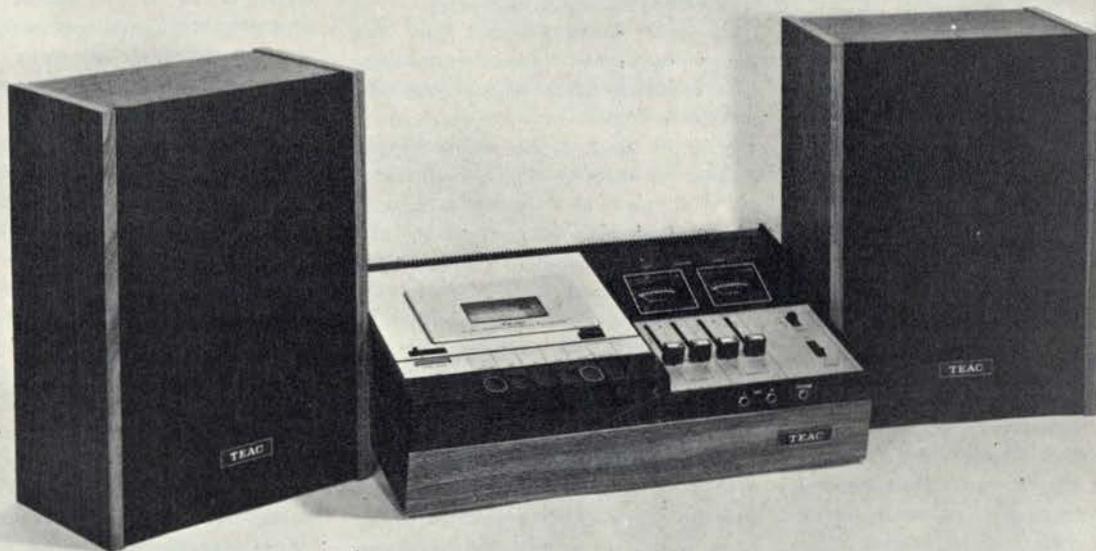
P. D. — Por muito escandalosa que seja, estaremos perante uma situação assim tão nova? Será que o mundo viveu, alguma vez, períodos longos sem conhecer fomes aqui ou ali?

S. M. — Claro que sempre houve fomes devidas a circunstâncias locais, como na Índia ou no Bangla Desh ou em África. Mas, até lá houve sempre, ao mesmo tempo e noutros lugares, excedentes que podiam ser encaminhados para essas regiões. Todos os programas mundiais organizados depois da segunda guerra mundial puderam sempre ajudar a combater essas fomes locais, apelando, simplesmente, para estes excedentes. Para responder, então, à sua pergunta, o que há de novo e trágico é que este ano, pela primeira vez, já não será possível fazer o mesmo, porque já não há reservas em parte alguma. O ano passado existia ainda uma reserva de 15 milhões de toneladas de cereais. Acabou-se. Os russos compraram tudo e, agora, continua a dizer que é pelo gosto das profecias que eu falo de catástrofes? Se nada se fizer com toda a urgência, elas chegarão fatalmente.

P. D. — Queria agora abordar um outro ponto. Há já alguns anos V. foi o autor de um plano de reforma da agricultura europeia que tinha o seu nome e provocou grande celeuma nos meios agrícolas franceses. Neste plano, preconizava o desaparecimento de um agricultor em cada dois. Pensa que seria essa a melhor maneira de nos precavermos contra a catástrofe alimentar mundial que V. prevê? Muitos dos dirigentes agrícolas não pensavam do mesmo modo.

S. M. — Em primeiro lugar, é preciso corrigir uma inexactidão no que acaba de dizer. O meu plano não "preconizava" a supressão de um emprego agrícola em cada dois; constatava que este êxodo rural era um facto desde há vinte anos e que ele seguia o processo mais desastroso possível. Em qualquer parte onde já não havia lugar para dois numa pequena exploração familiar, o pai ficava e o filho ia trabalhar para a cidade. Eu dizia que era a situação inversa que se tornava necessário encorajar. Era preciso ter como objectivo que os jovens continuassem na agricultura e se garantisse, através de um sistema de reformas, uma vida decente aos idosos que aceitassem deixar o seu lugar. E, ao mesmo tempo, propunha

NIXON — "Completamente ao lado da I. T. T."

que se dissesse aos jovens: "Vocês podeis ficar se fizerdes um plano de desenvolvimento para a vossa quinta. Tereis então os créditos, os financiamentos, as subvenções do que necessitardes." E isso era necessário, porque as quintas eram demasiado pequenas e, ainda por cima, muitas vezes divididas pelas heranças. Como se pode viver convenientemente numa exploração de 5 ou 10 hectares? Não se pode. O nosso programa visava diminuir o número dos agricultores para que aqueles

testemunho

que ficassem tivessem produções maiores e mais rentáveis. É preciso chegar a explorações familiares de 40 ou 50 hectares. E isso é possível, já existe mesmo na Holanda e até na França. Mas, para chegarmos a este resultado, seria necessário reconverter esse "êxodo do passado", em que as pessoas partiam para a cidade sem formação, sem educação, sem emprego garantido. Era isso o que eu preconizava e nada mais. Não compreendo por que motivo se quis interpretar o meu plano como um atentado contra o mundo agrícola. Eu próprio sou agricultor e só me sinto verdadeiramente feliz no meio dos agricultores...

P. D. — Isso não impede que, de uma maneira ou doutra, o êxodo rural continue e que muitos peritos pensem hoje que seria urgente travá-lo, se não quisermos assistir a uma verdadeira desertificação das terras cultiváveis.

S. M. — Creio que essa perspectiva é pessimista. Se isso chegasse a acontecer, é porque não se teriam tomado as medidas convenientes de que falei.

P. D. — Mas V. é o primeiro a constatar que já não existem no mundo excedentes alimentares. Ora não eram justamente estes excedentes, tanto quanto a pequena propriedade, uma das razões da crise agrícola? Quem diz excedentes diz desmoronamento dos preços.

S. M. — V. acaba de tocar num ponto crucial que está no centro das minhas preocupações actuais: a má repartição das riquezas no mundo. Não somente o actual princípio de crescimento dos países industriais lhes não permite ajudar os países onde há fome, como ainda contribui para lhe aumentar a fome. Vou citar-lhe um exemplo que dei recentemente aos agricultores holandeses e mesmo franceses e que os aterrorizou. Não falemos, por enquanto, da crise da energia, mas, para responder à sua pergunta, fiquemos no domínio alimentar, estritamente agrícola.

P. D. — Venha o exemplo.

S. M. — Você conhece o drama horrível da seca na região africana do Sahel. Falou-se de mortos, porque isso é espectacular, mas às vezes há coisas piores do que os mortos. Um recente relatório das Nações Unidas calculou que, nos países pobres, cerca de 150 milhões de crianças, entre 1 e 5 anos de idade, sofrem de graves doenças mentais. E o número aumenta muito depressa. Causa: a falta de proteínas. Ora esta situação é muito perigosa, porque essas crianças continuam a viver, de modo que, no futuro, teremos, uma parte cada vez maior da população dessas regiões formada por atrasados mentais. Perguntar-me-á: porquê crianças entre 1 e 5 anos? É simples: até 1 ano, não há dificuldades, é a mãe quem, amamentando-o, fornece proteínas ao seu filho. No outro extremo, passados os 5 anos, as crianças desses países caçam e comem ratos e outros animais. Mas, entre o primeiro e o quinto ano de vida, estão desprovidos de tudo. Ora a verdade é que há no mundo proteínas suficientes. Mas que fazemos delas? A maior parte das proteínas existentes no mundo são transferidas, sob a forma de alimentos para animais, para os porcos, os ovos, ou o leite, para o nosso consumo de "civilizados". E repare bem: essa transferência faz-se com uma perda de oito para uma!

P. D. — Que entende por "uma perda"?

S. M. — Pois bem, se transformamos a soja, que é um produto natural rico em proteínas, fazendo-o passar para um porco ou para um ovo, a perda, nessa passagem é de sete oitavos.

P. D. — E esses sete oitavos seriam consumíveis directamente pelas populações?

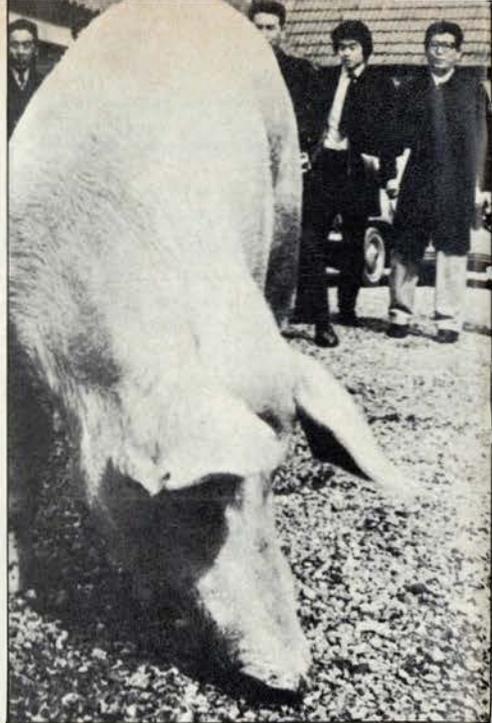
S. M. — Directamente, sim. A maior parte é directamente consumível, o que significa, portanto, que, até ao presente, temos feito uma opção a favor dos porcos e não do homem! Falo, evidentemente, dos porcos dos países ricos.

P. D. — Daqueles que nos dão os presuntos de Parma e da Vestefália...

S. M. — Exactamente. Acha que poderemos continuar durante muito tempo a seguir este caminho? O ano passado a TV apresentou reportagens aflitivas sobre a miséria no Sahel e em outras regiões. Todavia, ao mesmo tempo que olhávamos essas imagens, continuamos a comprar porcos, e pagámos preços cada vez mais elevados, para assegurarmos a nossa ração de carne, a nosso gosto. Digo que é chegada a altura de deixarmos de ser hipócritas. É preciso compreender que, se queremos continuar a comer sempre mais porcos, mais ovos...

P. D. — O que é bom...

S. M. — É bom para nós. Mas V. sente-se feliz ao saber, no momento em que come os seus ovos estrelados com presunto...

P. D. — Se fizesse essa pergunta a Dali, ele responderia logo que sim. Eu, não. A verdade é que nem se chega a pensar nisso. Ou talvez digamos, de um modo mais ou menos fatalista, que sempre assim foi, que o mundo, como dizem os físicos, é um

"Uma opção a favor dos porcos e não do homem"...

equilíbrio meta-estável entre formidáveis desigualdades...

S. M. — Sim, sim, sim, sim, mas há limites e é isso que é novo. E é por isso que digo que entramos, neste momento, numa nova era da humanidade. Até há uma dezena de anos, a Humanidade viveu apoiada na ideia de que não havia limites, que era possível manter um sistema económico compreendendo simultaneamente grandes riquezas e grandes pobrezas. Pensava-se que, pouco a pouco, os pobres poderiam enriquecer sem que os ricos empobrecessem. Até ao momento em que se tomou consciência deste facto: o mundo é limitado.

P. D. — Mas, sem dúvida, que esse limite não é absoluto. Mesmo no domínio da energia, de que ainda não falámos, a tecnologia e a investigação podem ajudar-nos a fazer recuar esse limite.

S. M. — Sim, é possível, mas, entretanto, a prudência deve incitar-nos a comportarmo-nos como se esse limite já tivesse sido atingido definitivamente em vez de nos embalarmos na esperança de podermos continuar a viver confortavelmente na nossa sociedade de riquíssimos e de paupérrimos. Aliás, sempre que se tratou de nós próprios e não dos países pobres, soubemos impor-nos essa disciplina e fazer sacrifícios.

P. D. — Em que circunstâncias?

S. M. — Depois da segunda guerra mundial, o mesmo problema, exactamente, se deparou à Europa. Não tínhamos cereais suficientes para nos alimentarmos e

alimentar o gado, sem limitações. Havia que escolher entre menos pão ou menos carne. Escolheu-se o pão. Eu era, nessa altura, ministro da Alimentação da Holanda e decidimos diminuir o crescimento normal do número de cabeças de gado, para que os homens tivessem cereais bastantes. O mesmo se fez em França. Eis uma maneira muito fácil de regular a distribuição que se poderia aplicar à escala mundial. Espero que lá chegaremos um dia. Se houvesse verdadeiramente uma grande dificuldade alimentar a nível mundial, teríamos de o fazer. E acabaremos por fazê-lo. Não se trata apenas de uma questão moral, mas de uma questão política. Não se podem deixar morrer centenas de milhões de pessoas no mundo como se nada fosse. Se o não fizermos, teremos também uma revolta dentro dos nossos próprios países. Nenhum Governo — na Holanda ou noutro país — se pode permitir hoje a não inclusão, no seu programa, de um aumento do auxílio aos países em vias de desenvolvimento. No meu país, por exemplo, a juventude, que assume cada vez maior importância — e isto é tão verdade para o partido católico, como para o protestante e o socialista — exige que os programas destes partidos prevejam o aumento do auxílio aos países em vias de desenvolvimento.

P. D. — Até aqui, estou inteiramente de acordo consigo. Se o tenho espicaçado com as minhas perguntas é para fazer o meu papel de advogado do diabo. Onde, sinceramente, estou menos de acordo com as suas ideias é quando se faz apóstolo do "crescimento zero", como o relatório do M. I. T. e Meadows. Em que é que o facto de parar o nosso desenvolvimento industrial nos colocará em melhores condições para ajudar o Terceiro Mundo a... desenvolver-se? Não será pelo contrário, continuando a desenvolver-nos a nós próprios que melhor poderemos ajudar os outros? Não será isto o que diz o bom senso?

S. M. — Essa objecção já me foi feita muitas vezes por economistas e peritos, a começar pelos do Clube de Roma que encomendaram o relatório do M. I. T.

P. D. — Por isso mesmo me permito fazê-la eu também, que não sou um perito.

S. M. — Poderia responder-lhe com considerações gerais sobre o esgotamento das riquezas do globo, inclusive a fauna e a flora, mas prefiro mais uma vez citar-lhe exemplos concretos. Em primeiro lugar, observo-lhe que, até agora não só a nossa taxa de crescimento não permitiu, contrariamente ao que se infere do seu raciocínio, colmatar o fosso entre a riqueza de uns e a pobreza de outros, como foi justamente o contrário que aconteceu. No que diz respeito ao futuro, reportando-nos a alguns números simples, o nosso rendimento, aqui, na Europa, é, neste momento, de 2400 dólares. Aumentará, com o crescimento actual, até 3600 dólares, em 1980. No mesmo momento, na totalidade dos países pobres, os mesmos números vão passar de 180 para 240. O fosso vai, portanto, crescer, em 5 anos, à razão de 1000 dólares por cabeça! Valerá a pena comentar?

P. D. — Compreendo, mas quem lhe diz que isto vai durar muito tempo? Que a nossa curva de crescimento, como se pode observá-la neste momento, não vai inflectir sob o efeito de diferentes factores, enquanto a dos outros países acentuará a sua ascenção?

S. M. — Isto durará enquanto não modificarmos a nossa política. Perguntava-me como é possível que, sem crescimento aqui, possa existir um crescimento no Terceiro Mundo. Pois respondo-lhe: é precisamente o nosso crescimento, a nossa indústria, o nosso sistema capitalista, o nosso sistema de produção e de consumo, que faz alargar o fosso. Porquê? Primeiro, porque se constata que a maior parte, mais de 80 por cento, e de todos os investimentos são investimentos internacionais que se efectuam nos países industrializados. O resultado é que o rendimento do crescimento é utilizado na parte rica do mundo e não na parte pobre. Mas há pior. Mesmo os restantes 20 por cento que são aplicados nos países pobres têm como resultado empobrecê-los ainda mais. Ou, mais exactamente, exportar para eles o mesmo tipo de desequilíbrio que existe, no plano mundial, entre eles e nós. Eis o meu exemplo concreto: uma grande companhia multinacional que eu conheço bem como holandês que sou — a Philips — vai montar no Peru uma indústria para fabrico de aparelhos de rádio. Começa-se, assim, artificialmente, por criar um mercado de aparelhos de rádio e de produtos electrónicos. Ora o Peru não precisa de aparelhos de rádio, mas sim de habitações, escolas, hospitais. E de víveres! A quem vai, pois, aproveitar a fábrica da Philips? À Philips, em primeiro lugar. E, depois, a uma pequena parcela da população, a uma elite de 10 a 15 por cento que, directa ou indirectamente, vai ficar interessada em tal comércio. Mas a grande massa, essa vai continuar na miséria e a endividar-se ainda mais com a compra de aparelhos de rádio a prestações!

P. D. — Quer V. dizer que é o nosso próprio sistema que produz a desigualdade em vez de suprimi-la?

S. M. — Exacto. Actualmente, os países ricos, que representam apenas um quinto da população do globo, consomem 24 vezes mais energia que os restantes 4 quintos. É uma proporção de 24 para 1.

P. D. — Compreendo perfeitamente, mas insisto: como é que o facto de parar, como V. deseja, o nosso desenvolvimento de países ricos provocará por si só, o desenvolvimento dos países pobres?

S. M. — Trata-se de uma questão de relação numérica. Se queremos reduzir, digamos em 40 anos, esta relação de desigualdade de 24 para 1 para uma desigualdade de 6 para 1 (ou de 24 para 4), será necessário aumentar durante esse período, o rendimento dos 4 quintos do globo em 400 por cento! Se isso já é difícil, no caso de nos conservarmos estáveis, é literalmente impensável, se continuarmos com o nosso crescimento.

P. D. — Suponhamos então que paramos com o nosso crescimento. Como poderão desenvolver-se os países pobres? Sózinhos?

S. M. — De maneira nenhuma! É preciso ajudá-los!

P. D. — Mas ajudá-los com quê?

S. M. — Com o nosso produto actual. É uma simples questão de repartição. Estou pronto a dizer que devemos, não continuar a dar, como actualmente, 0,7 por cento do nosso Produto Nacional Bruto aos países pobres, mas sim o dobro.

P. D. — Diga números.

S. M. — Digamos 1,5 por cento.

P. D. — Mas V. é o primeiro a dizer que o nosso auxílio actual produz efeitos inversos àqueles que procuramos alcançar...

S. M. — Não esqueça, porém, que estou muito longe de aceitar o método de desenvolvimento que hoje se pratica. O actual método de desenvolvimento está viciado. O auxílio que prestamos não se dirige à grande massa dos pobres desses países, mas às suas classes ricas. Neste momento só há um tipo de ajuda que chega à grande massa: 6 das organizações privadas — as igrejas, as missões, etc., e também a UNICEF. Mas o auxílio dos Governos (do meu, da Alemanha Federal, da França, etc.) com os 0,3 por cento que dão — é este o número autêntico: o objectivo é 0,7 e prometemo-lo, mas continuamos com os 0,3 — é, em grande parte, desviado da sua finalidade. Que fazemos neste momento? Estudam-se projectos de auxílio que executaremos segundo o interesse da nossa indústria e dos nossos empresários como já lhe disse. Dever-se-ia, antes, pensar no

testemunho

desenvolvimento da grande massa da população isto é, nos agricultores. Porque 60 por cento dos pobres desses países são agricultores. Mas também neste aspecto, não é financiando grandes plantações de bananas ou outras — como faz actualmente a UNILEVER — que se ajudará os agricultores. Isso aproveita unicamente aos comerciantes. Mas aumentar a produção agrícola dos pequenos agricultores, ensinar-lhes a utilizar outras alfaias, a aplicar adubos, a adoptar métodos de cultura que podem, em dez anos, por exemplo, duplicar a produção, eis a meta a que devemos chegar. Assim, creio eu, se poderia resolver o problema da alimentação.

P. D. — A este respeito, não pensa V. que é por um complexo um pouco masoquista que o Ocidente se acusa a si próprio deste pecado da desigualdade? Que esforço real fizeram muitos dos países que ajudamos para suprimir uma desigualdade social que, entre nós, já há muito tempo se não tolera? Ajudar países, cujas estruturas agrárias são ainda feudais, não equivalerá, sejam quais forem as somas que lhes dermos, a deitar dinheiro pela janela fora?

S. M. — Concordo perfeitamente consigo. Sou pelo aumento do auxílio, mas sou igualmente pelo estabelecimento de condições. Mesmo condições políticas.

P. D. — Sim?

S. M. — Se, por exemplo, neste momento, houvesse grandes dificuldades na Argentina e se a feudalidade argentina nos pedisse ajuda, eu responderia: "Não. A não ser que se submetam a certas regras e procedam a determinadas reformas no vosso sistema económico e social."

P. D. — Está bem, V. pode dizer isso, mas de que meios disporia para se fazer ouvir?

S. M. — Dir-lhe-ei, antes de mais, que são justamente as grandes companhias multinacionais, ocidentais, portanto, que ajudam a manter regimes feudais nos países pobres ou derrubam os regimes democráticos quando estes aparecem. Veja o exemplo de Allende! Allende cometeu erros, não conseguiu controlar a sua ultra-esquerda. Conversei com ele sobre este assunto, longamente. Mas, fosse como fosse, havia grandes forças capitalistas — pode traduzir I. T. T. — que não queriam que o seu Governo funcionasse. A isto se chama a influência extraordinária do capitalismo internacional. E o Governo de Nixon, que estava completamente ao lado da I. T. T. (a mesma filosofia, a mesma mentalidade), deixou de conceder créditos a Allende. Em tal situação, contrária a tudo o que se deveria fazer, compromete-se todo e qualquer plano possível de desenvolvimento. Mas, ao inverso respondo agora à sua pergunta — também não quereria que nós, os países democráticos como a França ou a Holanda, continuássemos a prestar ajuda sem constatar que ela chega verdadeiramente onde é necessária. Precisamos de ter a possibilidade de controlar. Muitas vezes me dizem que não deve haver condições políticas para a nossa ajuda. E eu digo que é impossível que as não haja. Há momentos em que temos de ser duros. Devemos pagar o preço da justiça. Mas é necessário que o paguem igualmente os ricos dos países pobres.

P. D. — No seu sistema de "crescimento zero", o preço que V. nos pede que paguemos não será demasiado elevado? Acredita que toda a gente está pronta para aceitar, como sugere, uma diminuição do seu bem-estar material?

S. M. — Sim, se em troca se lhe oferecer uma compensação num outro domínio. É uma questão de educação. E é pela escola que se deve começar.

P. D. — Que compensação nos promete?

S. M. — A igualdade. A verdadeira igualdade. Não mais classes. Igualdade de oportunidades, igualdade na educação, igualdade em toda a parte. Isto significa a igualdade instaurada e desenvolvida de maneira que todos se sintam passageiros do mesmo barco. Isto significa que, se não se quer diminuir o nível de vida material nas classes mais desfavorecidas (e é mesmo preciso aumentá-lo), são todos os outros que terão de reduzir o seu. É uma necessidade política.

P. D. — Ou psicológica?

S. M. — Psicológica e política. Não se poderá dizer a um operário que, pela primeira vez, tem a possibilidade de possuir um "dois cavalos" que isso já não é possível se não existir em toda a parte a verdadeira igualdade.

P. D. — O que é, nestas condições, a "verdadeira igualdade"? Deveria toda a gente renunciar mesmo a um "dois cavalos"?

S. M. — Pois bem, tomando como exemplo o automóvel, essa vaca sagrada da nossa sociedade, deverá dizer-se que, dentro de cinco anos, já não haverá automóveis com cilindradas superiores a um litro. Para toda a gente. Mas, ao mesmo tempo, será necessário desenvolver os transportes públicos, que serão os mesmos para todos. Por exemplo: não vejo qualquer justificação para a existência de duas classes nos comboios. Não há qualquer distinção entre X e Z. E será também necessário desenvolver uma vida cultural para todos. Porque a igualdade quer dizer também que todos podem beneficiar da cultura, que todos têm direito à mesma música, ao mesmo teatro, aos mesmos desportos. Verá então que passaremos a viver uma sociedade completamente diferente, que a nossa vida nada terá a ver com aquela que temos vivido até agora.

P. D. — Receio que essa sociedade não seja muito alegre...

S. M. — Mas por que motivo haveria de ser triste? E V. acha que a nossa é alegre? À parte uma elite tecnocrática e política, ninguém tem interesse por nada, a não ser pelos bens materiais. Temos, portanto, de ouvir a lição. Impõe-se construir uma sociedade em que a todas as pessoas seja dado o máximo de responsabilidade. Isto quer dizer a autogestão em toda a parte. Nas empresas, nos hospitais, nas escolas, nos teatros... Se, para estabelecer a justiça no mundo, se tem de chegar a uma diminuição dos bens materiais na sua parte mais rica, terá igualmente de estabelecer-se a justiça e a igualdade no interior dos países ricos. E, para isso, o capitalismo é um "handicap", porque precisa do crescimento. É necessário procurar uma outra sociedade.

P. D. — Será mais fácil encontrá-la num sistema socialista?

S. M. — Que quer dizer socialista? Não quereria utilizar etiqueta sem o saber. Se se trata do socialismo do Estado, verifica-se que ele resultou num capitalismo de Estado e que não garante ao cidadão nem liberdade nem responsabilidade.

P. D. — Então em que ficamos? Nem capitalismo privado e nem capitalismo de Estado. Que resta então?

S. M. — Desejaria que primeiro se inventasse uma outra sociedade e que só mais tarde se lhe arranjasse um nome.

P. D. — Creio efectivamente que isso não será o mais difícil. ■

produtividade
café puro

Textos integralmente cortados pela extinta comissão de exame prévio (censura)

ESPECIAL

CHILE

O REINADO DA VIOLÊNCIA

Uma pessoa que esteve detida no estádio do Chile, em Santiago, dá-nos o seguinte testemunho da sua experiência:

"Sois prisioneiros de guerra. Não sois chilenos, mas sim marxistas, estrangeiros. Estamos decididos a matar-vos. Até ao último. Quanto a mim, fá-lo-ei com grande prazer, com uma alegria muito particular. Não pensem que terei remorsos na consciência, se nenhum de vós sair vivo deste campo de prisioneiros."

A massa dos prisioneiros escutava em silêncio a voz do comandante do estádio do Chile. Nesse estádio, recentemente coberto, haviam sido internadas mais de 10 mil pessoas, no dia seguinte ao do bombardeamento do Palácio do Governo. Chilenos ou estrangeiros, todos ou quase todos tinham sido torturados no decurso das horas precedentes nos comissariados da Polícia ou nas casernas, no Ministério da Defesa ou nos seus centros de trabalho. Com os olhos reflectindo terror, esquecidos de que, na sua maioria, há vinte e quatro horas não comiam nem bebiam, escutavam o comandante Alvarado, do Exército do Chile:

"Para o caso de as não conhecerdes, vou explicar-vos algumas das características das metralhadoras situadas no topo do estádio, sobre as vossas cabeças. Na segunda guerra mundial, eram conhecidaspelo nome de "serras de Hitler", porque, quando atingiam o alvo, esfacelavam, cortavam em dois os adversários."

Com os olhos desorbitados, gozando o efeito que as suas palavras provocavam nos ouvintes, entre os quais se encontravam adolescentes com menos de 16 anos e mulheres, o oficial reiterou as suas ameaças em jeito de terrível "adeus":

"Tenho instruções especiais dos meus superiores da junta governamental. Posso fazer de vós o que quiser, mesmo matar-vos. Dai-me, por favor, um pretexto para o fazer. Bastaria que um de vós se mexesse, que fizesse o mínimo gesto suspeito, para sentir na sua carne como funciona a "serra de Hitler". Boa noite."

A guarda armada foi reforçada, logo que o comandante se foi embora. O silêncio que se seguiu à sua partida assemelhava-se à paz, à quietude dos cemitérios. O tumulto reanimou-se, porém, alguns instantes mais tarde, com a chegada de novos prisioneiros, empurrados e maltratados à entrada no campo. Entontecidos pelas pancadas, pela fome e pelo cansaço, foram levados para a parte do estádio ainda desocupada.

Embora a maior parte dos presos já tivessem chegado ao campo maltratados e feridos, os soldados obrigaram-nos a correr um par de horas em volta do estádio. Aqueles que não podiam suportar esses exercícios recebiam coronhadas, murros e pontapés. Os oficiais cumpriam à letra as instruções da Junta contra os marxistas, sem atenderem a que entre os detidos se encontrava um bom número de militantes democratas-cristãos, presos nos seus locais de trabalho.

Um capitão procedeu ao interrogatório de entrada dos prisioneiros e submeteu-os a novos vexames. Obrigou alguns deles a despirem-se ou a barbarem-se com tesouras de unhas. Os professores foram obrigados a mastigar papel.

Depois da meia-noite, o estádio ficou cheio. Os presos dormiam — sentados ou deitados literalmente uns sobre os outros. Intelectuais conhecidos ou altos funcionários do Governo de Allende foram arrumados no lado norte do estádio, a 1,5 km do Palácio de la Moneda, na parte alta. Em frente, encontrava-se uma centena de estrangeiros, contra os quais se desencadeava a violência das forças armadas e dos polícias de uniforme. A sala das torturas foi instalada nos subterrâneos, onde foi fusilado um número indeterminado de prisioneiros. Alguns dos presos, levados para os subterrâneos e depois trazidos para as bancadas, descreveram os processos utilizados contra eles.

Ao voltarem da sala das torturas, todos apresentavam no rosto e no corpo irrefutáveis marcas das torturas que lhes haviam sido infligidas.

Alguns deles, meio inconscientes, mal podiam falar ou andar.

Victor Jara, um dos melhores compositores e intérpretes chilenos da canção de protesto, foi preso no decurso de um assalto à Universidade Técnica do Estado. Entrou no estádio optimista, não apresentando qualquer sinal de pancadas. Foi levado para o subterrâneo numa quinta-feira de manhã. Quando, algumas horas mais tarde, regressou às bancadas, o seu corpo estava coberto de ferimentos e tinha as mãos dilaceradas. "Partiram-me as articulações dos dedos com coronhadas — explicou — para nunca mais poder tocar guitarra".

Victor Jara foi levado para fora do estádio na sexta-feira. Dois dias mais tarde, foi encontrado morto numa rua da capital. A Imprensa oficial — a única autorizada — declarou que Jara tinha sido vítima de um acidente...

O clima de terror nunca amainou no estádio coberto, enquanto foi utilizado como campo de concentração. Os primeiros alimentos recebidos pelos prisioneiros foram distribuídos na tarde de quinta-feira. Reduziu-se esta primeira refeição unicamente a uma chávena de água morna, com um pouco de café. A maior parte dos detidos não chegou sequer a receber pão. Muitos deles estavam presos desde terça-feira, tendo bebido somente um pouco de água. Comovido com o estado dos prisioneiros, um sargento deu-lhes algumas laranjas, que foram repartidas por mais de 100 pessoas, à razão dum quarto por cabeça. E uma outra centena teve de se contentar com as cascas.

As salvas de metralhadoras, cujo ruído chegava constantemente da rua e dos subterrâneos já não constituíam, desde o meio de quinta-feira, uma novidade para os presos. Na madrugada desse dia, contudo, um operário de 50 anos, incapaz de suportar por mais tempo este clima de terror, enlouqueceu. Atirou-se do alto de uma galeria para as bancadas inferiores, ocupadas por outros presos.

Apesar da violência do choque, embora gravemente ferido na cabeça ainda ficou vivo. Arrastado pelos militares, conseguiu libertar-se e atirou-se contra uma parede com tal força que fracturou o crâneo, caindo morto imediatamente.

Algumas horas mais tarde, um outro prisioneiro, também ele enlouquecido, foi dominado por uma dezena de militares que o espancaram. Conseguiu levantar-se e tentou escapar. Foi agarrado por três soldados que lhe ataram as mãos e o levaram para fora do estádio. O homem gritava numa voz patética: "Previnam Cuevas 1275, de que me vão matar!". Mais ninguém viu esse operário, nem no estádio nem em qualquer outro lugar.

A violência dos militares, em particular dos oficiais, provocou um movimento de protesto que foi rapidamente dominado pelos tiros de espingarda, que obrigaram os prisioneiros a atirarem-se para o chão. Não se registaram mortos nem feridos, pois os soldados disparavam a meia-altura.

O clima de terror não diminuiu e os prisioneiros tentavam encorajar-se mutuamente. Podia-se conversar em voz baixa. Cada um contava as circunstâncias da sua prisão. Os trabalhadores de uma fábrica do sector Vicuna Mackena narravam o assassinato de um venezuelano por um piquete de carabneiros, diante da I.R.T., uma fábrica de aparelhos de rádios, que fazia parte do sector socializado. O estrangeiro, que tinha sido duramente espancado, recebeu ordem dos militares para se afastar imediatamente, se não quisesse ser morto. Não foi necessário repetir-lho. Mas, mal tinha percorrido uma dezena de metros, foi derrubado por uma bala na nuca. Como um grupo de operários que acabavam de ser presos protestasse, um carabineiro aproximou-se do cadáver e urinou-lhe na cara.

Entre os prisioneiros do estádio do Chile, havia também muitas crianças. Duas delas tinham sido detidas quando se encontravam numa bicha diante de uma padaria e não se separavam do pequeno saco em que habitualmente colocavam os seus pães de leite. Eram naturalmente elas quem mais sofria. Perdendo a cabeça, uma delas atirou-se a um soldado. Sem ter em conta que a criança teria no máximo 13 anos, o soldado disparou sobre ela. A criança levou a mão ao peito ferido, cujo sangue começava a embeber-lhe a camisa branca. Deu uma volta sobre si mesma, agarrou-se às grades e olhou fixamente para as testemunhas desta cena. Tentou falar. Em vão. Escorregou lentamente, fazendo esforços inúteis para se levantar.

Estava estendida no chão quando um alferes se aproximou para a pisar num acesso de sadismo patológico. ■

GENERAL PINOCHET

GENERAL OSCAR BONILLA, ministro do Interior.

VIETNAME

AS PRISÕES DE THIEU

Enquanto decorria a guerra nas frentes de combate, milhares e milhares de pessoas eram encarceradas nas prisões do Vietname. Os prisioneiros que foram libertados após a assinatura do cessar-fogo narraram a sua experiência nessas prisões. São alguns destes testemunhos que Nguyen Khac Vien, director, em Hanói, do jornal "Correio do Vietname" e da revista "Estudos Vietnameses", recolhe no texto que publicamos a seguir.

1945. Terminava a segunda guerra mundial. Tinha vivido esses anos de guerra na Europa e, como todos os meus amigos europeus, não imaginava sequer o que se passava nos campos de concentração hitlerianos; sabia que a Gestapo não era branda para aqueles que prendia, mas estava longe de supor que milhões de homens tinham suportado os mais terríveis sofrimentos e que um regime e seres humanos pudessem praticar tamanhas crueldades. O regresso daqueles que escaparam dos campos nazis foi uma revelação para a Europa, a revelação de que um regime condenado podia chegar à pior das barbáries e de que era possível "educar" homens para cometerem os piores crimes. O grito de Julius Fucik, morto nesses pavorosos campos de concentração, soou como um aviso: "Homens! Estai vigilantes!"

Veio a paz. A Europa e a América, enredadas na teia da sociedade de consumo, pensavam em outras coisas. De vez em quando, um livro, um filme lembram o pesadelo a um público reticente. Muitos dos meus amigos europeus esqueceram quase tudo; para os jovens europeus, os crimes hitlerianos, tão longínquos como os de Nero, fazem parte da história que se estuda e não daquela que se vive.

Como vietnamês que sou, eu não podia nem queria esquecer.

1973. São cerca de duas dezenas de pessoas, saídas das prisões de Saigão, contando as suas recordações: um antigo guerrilheiro, que se desloca de muletas, uma mulher jovem, que foi professora primária em Saigão, muito pálida (diz que lhe restam apenas 2,5 milhões de glóbulos vermelhos no sangue), um velho de 68 anos com os cabelos completamente brancos, antigo padre caodaísta em My-Tho, um jovem estudante de Hué... Oiço todos os acentos das províncias do Sul; têm as vozes e a expressão típicas de muitas profissões e das mais diversas idades; há mesmo crianças entre eles; esta, com 2 anos, nasceu na prisão; aquela, com 7, foi presa quando tinha 5, em vez da mãe, que os polícias de Saigão não conseguiam prender.

Escuto, faço algumas perguntas e, em seguida, pouco a pouco, deixo de distinguir as caras, já não me lembro dos nomes e confundo as histórias: diante de mim, já não está este ou aquele homem, esta ou aquela mulher, mas sim o Sul, terra mártir. Vejo esses milhares de prisões, de campos de concentração, Poulo-Condore, Tan-Hiep, Phu-Quoc, Chi-Hoa, que inundam o Sul, com os seus arames farpados, as suas torres de vigia, cães-polícias, os seus conselheiros americanos.

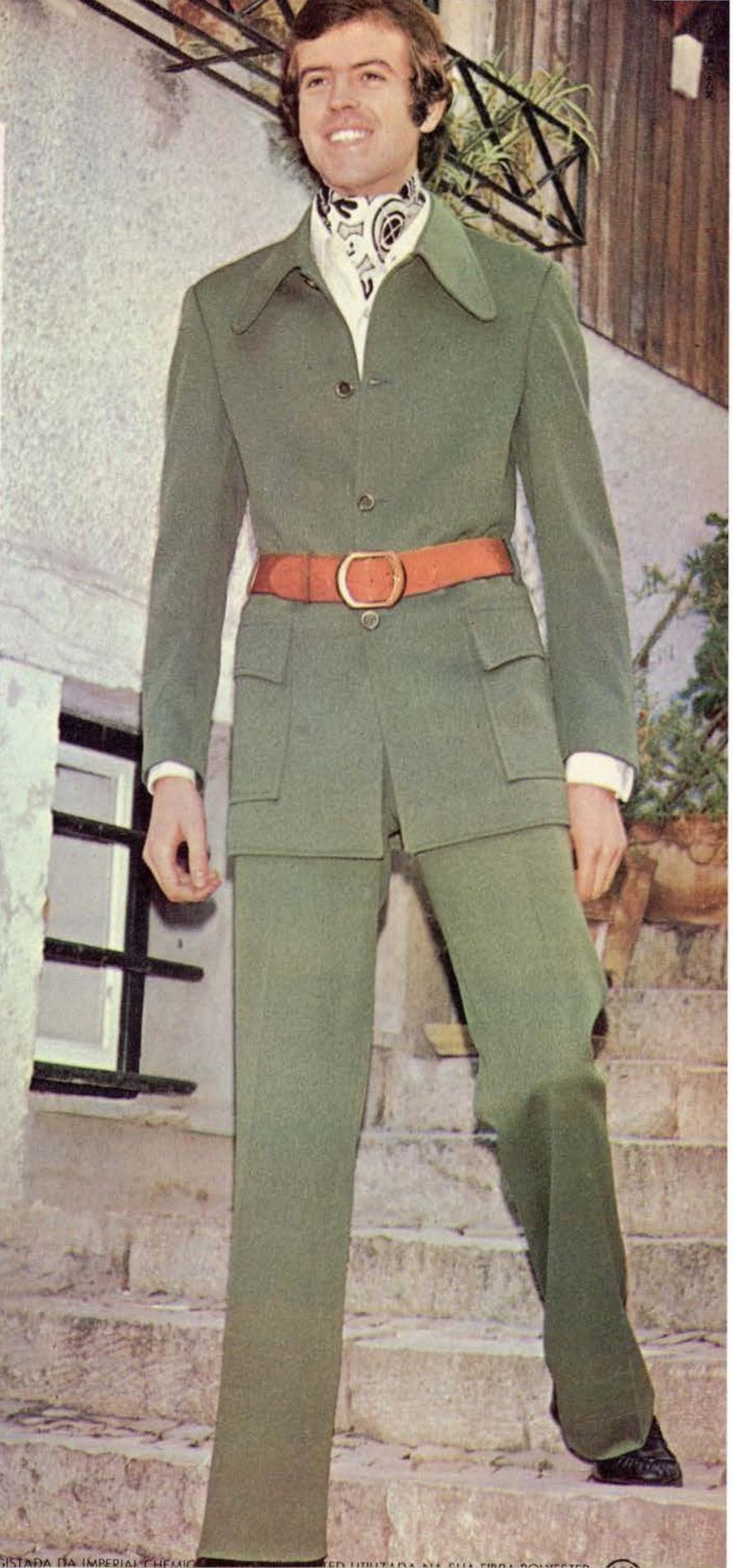
A MESMA HISTÓRIA

Contam todos, ou quase todos, a mesma história. "Espancavam-nos nas pernas, na cabeça, nos flancos, logo após a nossa chegada. Batiam sem discriminação, por uma insignificância, porque não os cumprimentávamos à sua passagem, porque se pedia um copo de água, porque se tossia, porque se cantava. Um deles mostrou uma vez um copo com água a um prisioneiro e perguntou-lhe: "Que forma tem? " "É redondo", responde o outro. Um golpe de matraca na cabeça. "És estúpido, é oval", diz-lhe o guarda. "Que forma tem? ", pergunta novamente. "É oval", responde o preso. Golpe de matraca na cabeça. "És estúpido, é redondo." Em cada compartimento algumas dezenas de presos. O guarda ordenou-lhes que dessem lustro ao chão até brilhar como um espelho. Em seguida tiveram de o dividir em numerosos quadrados que deviam colorir diferentemente. No meio do quarto, deixava-se uma banda estreita, apenas suficiente para pousar um pé. Ai do que andasse fora da banda e sujasse os ladrilhos coloridos. Podiam mesmo partir-lhe uma perna. À noite, era proibido sair da cela os guardas disparavam sem mais nem menos. Para não sujarem os ladrilhos, os prisioneiros escondiam as dejecções nas suas camisas enroladas.

"Batiam nos que estavam de pé, nos que estavam sentados, nos válidos, nos doentes, nos feridos, nas crianças, nas mulheres. Pretendia-se fazer compreender que a nossa vida dependia totalmente da vontade deles.

"Colocaram-me um eléctrodo perto da orelha, um outro no seio. O magneto girou, senti um choque, babei-me, a cabeça andava-me à roda. Prenderam-me pelos braços, suspenderam-me do tecto e cada pancada de matraca fazia-me andar à roda. Meteram-me num grande tonel cheio de água e começaram a bater com um martelo nas paredes, todo o meu ser vibrava, na minha cabeça perpassavam clarões. Apertaram-me as pernas num torno e bateram-me na planta dos pés."

Por vezes, a mulher que conta isto pára por momentos; pesa um imenso silêncio na sala onde nos encontramos. Uma das mulheres levanta-se com os olhos esbugalhados e põe-se a gritar: "Um, dois, três, quatro, cinco, seis." Aos seis desmaia. A sua companheira explica: "Era aos seis que a violavam." Uma rapariga tem uma crise de nervos quando lhe falam de cobras. Apesar das pancadas e dos choques eléctricos, não tinham conseguido que ela falasse. Atiraram-na para um recipiente cheio de cobras. Muitos tremem ao ouvir bater numa ponta de metal. No campo de concentração isso era o sinal de alguma coisa: o começo de uma sessão de espancamento ou de uma aspersão de cal viva ou a partida para um destino desconhecido.

"Tinham uma arte especial para nos fazerem sofrer o mais possível, sem nos matarem. Não queriam a nossa morte, mas sim que nos transformássemos em denunciantes. Torturavam-nos, desmaiávamos, tratavam de nós, davam-nos novamente de comer, retomávamos as forças e o gosto de viver; então, se não cedíamos, as torturas recomeçavam. Se se consentia simplesmente em mudar a maneira de

Crimplene
revolução na moda.
A malha Crimplene veste-se e
mantem-se impecável, não deforma,
não enruga, lava-se e seca rapidamente.
Insista para que lhe mostrem a etiqueta
ela é a sua defesa!
JERSEY
DUPLO
CRIMPLENE
FOR MEN
ICI
Fato em CFM
confeccionado por: COLSI
CRIMPLENE É UMA MARCA REGISTADA DA IMPERIAL CHEMIC

pensar, tinha-se à disposição comida, uísque, mulheres, artigos de luxo, o modo de vida americano. Um simples aceno de cabeça, uma mera assinatura e estava-se livre deste pesadelo quotidiano. Alguns cediam e, algum tempo mais tarde, víamo-los regressar à prisão, de matraca em punho.

"Trouxeram o meu filho à minha presença; tinha 5 anos. Recusei aceitar as condições deles. Bateram violentamente numa perna do meu filho, que caiu gritando. Bateram-lhe de novo, na cabeça, nos flancos. Desmaiei. Vi-me obrigada a inventar toda uma história para que a criança não continuasse a ser espancada."

"A minha filha, com 23 meses, ali estava, diante de mim. Um guarda tinha-lhe pegado na mão para a pôr em cima da mesa. "Fala", gritam-me. Digo: "Não! Não sei nada." O guarda pegou então num martelo e num alfinete e espetou-o no polegar da minha filha. O dedo ficou preso à mesa e a minha filha gritou. Dei um salto, peguei num pisa-papéis que estava em cima da mesa e atirei-o à cara do guarda, gritando: "Não torturem as crianças!" Desconcertado, o guarda e o seu chefe fugiram da sala. Tirei então o alfinete e tomei a minha filha nos braços."

A BATALHA DOS ARGUMENTOS

"Não pensem que eles podiam torturar à vontade. É que também se luta contra eles."

Perguntei: "Com que armas podiam lutar? "

"Não tínhamos nem matraca, nem espingarda, nem mesmo um prego. Tínhamos a nossa voz, os nossos cânticos, os nossos braços, podíamos opor-lhes uma recusa a tudo.

"Obrigavam-nos a saudar as cores do Governo de Saigão. Recusávamos. Mas quantos não morreram por essa recusa? Continuávamos sentados, voltávamos as costas, e não havia nada a fazer. Obrigavam-nos a gritar "slogans" contra os nossos amigos. Recusávamos. Recusávamos sempre. Levavam para celas, jaulas de tigre, aqueles que julgavam serem os líderes do movimento.

"Apresentávamos as nossas reivindicações, exigindo medicamentos para os doentes e tratamento para os feridos. Diziam que tínhamos de designar representantes para lhes falar, pensando que assim conseguiam desmascarar os orientadores. Levantavam-se centenas de mãos pedindo para falar. Já não sabiam em quem haviam de bater. Os guardas entravam nas celas e nós continuávamos sentados. Espancavam-nos. Fora de si, um deles gritava: "Nem sequer conhecem as regras de cortesia, têm de cumprimentar as visitas!" Resposta nossa: "É o que chega que deve cumprimentar o dono da casa!" Para nos imporem as suas doutrinas, serviam-se também de argumentos. Pois bem, combatíamos também no plano dos argumentos. Naturalmente pagávamos com espancamentos, estadas nas jaulas de tigres, etc. Sabíamos que isso fazia parte da guerra psicológica que os conselheiros americanos lhes tinham ensinado. Dessas lutas verbais saíamos com a cabeça e os membros doridos, alguns mesmo estropiados para sempre, outros pagaram com a própria vida, mas a verdade é que eles saíam de cabeça baixa, vencidos.

"Além de falarmos, gritávamos também. Imaginem centenas de prisioneiros, às vezes mesmo um milhar, a gritarem de todas as celas: "Não torturem os feridos! Queremos arroz que não esteja podre! Queremos medicamentos!" Isto durante horas e horas. Os guardas então enervavam-se e os vigilantes não sabiam que fazer. É evidente que tínhamos a nossa organização, os nossos líderes, as ligações necessárias para lançarmos uma campanha, elaborar as nossas palavras de ordem, preparar a nossa estratégia. Era preciso saber até onde se podia levar a ofensiva ou quando se devia parar, uma vez satisfeitas determinadas reivindicações."

AS GREVES DA FOME

"Nunca fazíamos greve da fome sozinhos, individualmente. Fazíamo-la às dezenas, às centenas, às vezes mesmo a prisão inteira. Nem sequer bebíamos. Às vezes tentavam abrir-nos a boca para nos darem água, lacticínios, para nos fazerem ceder. Apertávamos os dentes. Era essa vontade obstinada e colectiva que dava força a uma reivindicação. Podiam de tempos a tempos matar alguém que julgassem perigoso, deixar morrer um doente, um ferido, ou mesmo matá-lo, mas deixar morrer uma prisão inteira alerta a opinião pública e os seus superiores castigá-los-iam, dado que a sua missão não era matarem os prisioneiros, mas sim "convertê-los". Tanto mais que tínhamos o cuidado de começar por reivindicações aparentemente anódinas. Deixar morrer todos os prisioneiros porque estes pediam mais água! O essencial era fazê-los ceder, provar-lhes que eles não são os senhores.

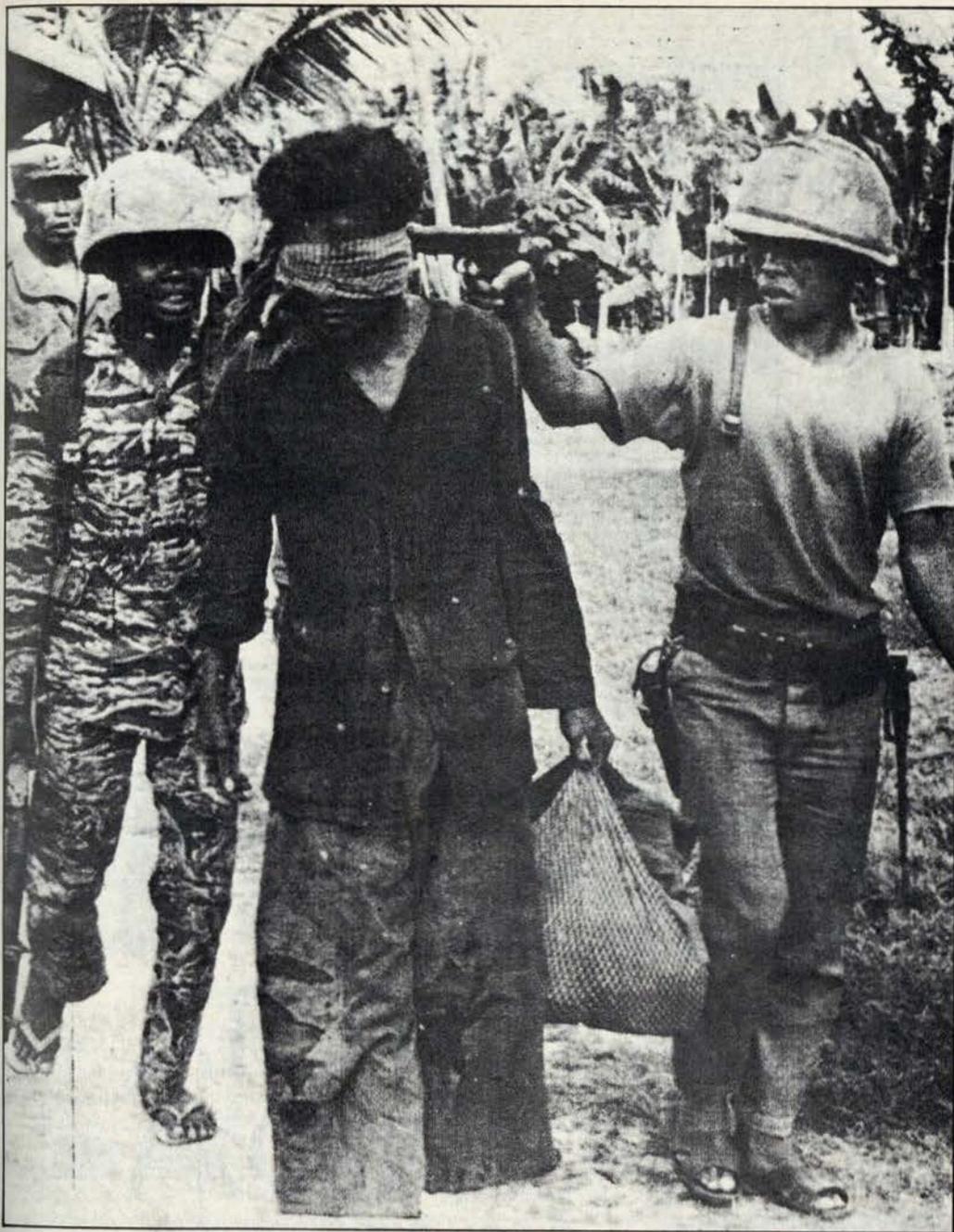
"Pouco a pouco chegávamos a convencer mesmo os não políticos, os condenados de direito comum e as pessoas que eles tinham prendido em massa durante as rusgas. O exemplo dos politizados, o apoio da colectividade, a educação que recebiam do movimento, a reacção natural de qualquer pessoa normal perante processos tão desumanos faziam com que muitos se tornassem finalmente tão corajosos como os verdadeiros militantes. Mesmo quando uma pessoa era levada para as salas de tortura ou para as jaulas de tigres era encorajada pelos clamores de todos. Deste modo chegavam até ela as notícias e os incitamentos.

"Não nos davam água para nos lavarmos; quando chovia, saíamos para os pátios para nos molharmos. Disparavam sobre nós. Passámos então a concentrar-nos, não saindo já um a um, mas todos juntos. Já não tinham coragem de disparar.

"E quando a palavra, o grito, o canto, a greve da fome não resultavam, recorríamos a formas mais elevadas de combate. Uma vez levámos uma dezena de feridos, que tinham sido torturados, em macas, seguidos pelos homens e mulheres válidos, num cortejo de cerca de 200 pessoas, até ao gabinete do director. Foi forçado a receber os nossos delegados e, no fim de contas, a aceitar verbalmente a cessação das represálias. Todos gritaram então: "Uma aceitação verbal não chega." Lívido, o homem teve de assinar o papel que lhe apresentámos. Estavam ali 200 pessoas dispostas a morrer, se necessário: o director da prisão, tomado de surpresa, sabia que também arriscava a vida.

"Uma outra vez, levaram alguns camaradas nossos suspeitos de serem os líderes da nossa organização. No dia seguinte, quando os guardas entraram nas celas, foram imediatamente detidos, amarrados e rodeados por filas de prisioneiros. Os nossos delegados foram então parlamentar com a direcção: "Se nos entregarem os nossos camaradas, os guardas terão a vida salva; caso contrário, morrerão connosco."

"Uma vez, como não tivessem cedido a uma greve da fome já longa, uma das nossas companheiras, com o consentimento de todos, pegou numa faca e abriu a barriga. Queriam levá-la. Resistiu e, pegando nas entranhas, mostrava-as aos guardas e ao director da prisão. Os guardas viraram a cara, sem coragem para olhar. Morreu pouco tempo depois, mas eles cederam. Via-se a sua desorientação nos olhos.

"Sabem que em Poulo-Condore existe uma zona libertada? É claro que continuávamos por detrás dos muros, do arame farpado, mas os guardas não ousavam entrar no sector. Não cumpríamos os

regulamentos da prisão: tínhamos as nossas reuniões, organizávamos publicamente os nossos cursos de formação cultural e política. Homens e mulheres feridos, alguns estropiados. Cada um pesando apenas 40 quilos. Sem qualquer matraca nas mãos.

"Fabricavam-se canetas com pontas de arame farpado, esquadros e transferidores com pequenos pedaços de madeira unidos por tiras de jornais velhos. Os mais cultos davam aos outros lições de Geometria. Os guardas confiscaram esse material, depois de nos terem batido. Fizemos novo material. Desta vez, lutámos abertamente pelo direito de nos instruirmos. Acabaram por ceder. Para o fim, organizámos aulas de Matemática, de Literatura e de História; fazíamos mesmo exames e muitos dos nossos companheiros, que, quando foram presos, eram analfabetos ou quase, iam aumentando assim os seus conhecimentos.

"Juntámos pedaços de mosquiteiros e de camisas; os que tinham paludismo davam-nos os seus comprimidos de quinacrina, que serviam para se tingir os tecidos de amarelo; raspámos as paredes para obtermos a cor vermelha, melhor dito, ocre e azul, e foi deste modo que fabricámos bandeiras da Frente Nacional de Libertação. E fizemos também pequenas bandeiras onde escrevemos: "Viva o G. R. P., viva a F. N. L.! Pela aplicação integral do acordo de Paris! Por uma política de união nacional!" Queriam confiscá-las, mas, perante a nossa firme reacção, desistiram. Deram-nos roupas novas para o regresso; deitámo-las fora e ficámos com os andrajos que tínhamos. Depois atravessámos o rio Thach Han (rio de Quang Tri onde se fez a troca de prisioneiros do acordo de cessar-fogo)..." ■

POR UM CINEMA LIVRE

Pela primeira vez, depois dos muitos anos em que as amizades de capelinha dividiam os cineastas e os trabalhadores de cinema portugueses, uns e outros compreenderam que o momento não era para mais birras individuais (apesar das jogadas de antecipação e dos recados pessoais que certos elementos, com o espírito oportunista que os caracteriza, não deixaram, tristemente, de revelar) e resolveram, de comum acordo, no dia 28 de Abril, portanto três dias depois do início dos acontecimentos históricos com que o Movimento das Forças Armadas libertava o País da ditadura fascista, ocupar o Sindicato Nacional dos Profissionais de Cinema, que até então tinha servido os propósitos reaccionários e de repressão aos trabalhadores que caracterizavam a atitude criminosa do regime derrubado.

Embora alguns elementos da direcção do Sindicato tenham comparecido voluntariamente no dia 28, a maior parte dos profissionais de cinema achou por bem dissolver a antiga direcção, apesar dos protestos dos três membros da ex-direcção presentes, que, equivocamente e por razões tácticas, passaram a fazer parte de uma comissão especial nomeada para reestruturar os estatutos e o funcionamento do Sindicato.

DA PALAVRA À ACÇÃO

No mesmo dia, decidiu-se também nomear outras comissões cujas finalidades eram pôr em prática as palavras de ordem do programa político da Junta de Salvação Nacional, no que dizia respeito à prática específica do cinema, nomeadamente em relação à "liberdade de reunião e de associação", à garantia de "liberdade sindical", à "liberdade de expressão e pensamento sob qualquer forma", à "abolição da censura e exame prévio", à "promulgação de uma nova lei de cinema", às "medidas que conduzam ao combate eficaz contra a corrupção e a especulação".

Ainda nesta reunião, sob a designação genérica de Comissão dos Profissionais de Cinema Antifascistas, foram redigidos vários comunicados, nos quais a referida Comissão vinha expressar o seu inteiro apoio ao Movimento das Forças Armadas e solicitar a imediata eliminação da censura ou exame prévio aos espectáculos, uma vez que tal actividade continuava a ser exercida e controlada pelas pessoas e pelos meios do regime fascista, exigindo que tais indivíduos fossem imediatamente destituídos dos seus cargos e que fossem eliminados os serviços de censura e concessão de vistos que eles continuavam a assegurar, sem o que as anunciadas medidas democráticas estariam gravemente comprometidas.

Assim, às 11 horas do dia 29 de Abril, a Comissão dos Profissionais de Cinema Antifascistas, entre os quais se viam representantes conhecidos da realização e da produção e ainda actores, profissionais da canção e elementos da C. D. E., ocupou as instalações da Direcção dos Serviços dos Espectáculos e do Instituto Português de Cinema. O ex-director dos Serviços de Espectáculos, José Maria Alves, que viria a ser destituído do seu cargo no dia seguinte, encontrava-se ausente. Os restantes funcionários da Direcção dos Serviços dos Espectáculos não ofereceram qualquer resistência aos ocupantes e alguns deles prontificaram-se imediatamente a colaborar, indicando aos homens de cinema e de teatro presentes os preciosos ficheiros onde eram arquivados os processos de proibição e de transgressão que, impunemente, aqueles serviços levaram a cabo durante anos e que contribuíram de modo decisivo para o estrangulamento das actividades cinematográficas e teatrais neste país. Um porta-voz da Comissão pôs-se imediatamente em contacto com os meios de Informação, que difundiram a notícia, e com a Junta de Salvação Nacional, que logo a seguir pôs à disposição da Comissão um pelotão das Forças Armadas comandado por um capitão, que tomou conta da ocorrência e ficou fiel depositário das chaves que dão acesso ao edifício e aos arquivos.

Pouco tempo depois, dava-se a ocupação do Instituto Português de Cinema, onde o secretário daquele departamento, o sr. Carlos Assis de Brito, saudou a entrada da Comissão dos Profissionais de Cinema Antifascistas e das Forças Armadas, pondo à disposição dos cineastas presentes a sua boa vontade e os seus conhecimentos para a custódia do edifício e da biblioteca da Cinemateca Nacional.

A TELEVISÃO AMEAÇADA

Compreendendo que, apesar de o Governo ter sido deposto, o regime fascista ainda não foi completamente destruído, uma vez que sobrevivem muitas das suas instituições e instrumentos que não permitem que a liberdade seja completamente instaurada, e, ainda, que existe sempre o perigo de os elementos mais reaccionários se infiltrarem nos meios de comunicação e persistirem na sua sinistra tarefa, a Comissão dos Profissionais de Cinema Antifascistas dirigiu ao Movimento das Forças Armadas um comunicado que ia de encontro à proposta de alguns críticos de televisão, também difundida pela Imprensa no mesmo dia. Neste comunicado dos Profissionais de Cinema podia ler-se: "A Comissão de Profissionais de Cinema Antifascistas, que apoia inteiramente o vosso programa, reunida no dia 28-4-74, no Sindicato Nacional dos Profissionais de Cinema, manifesta a sua profunda inquietação e protesta, com a maior veemência, contra a permanência nos quadros da Radiotelevisão Portuguesa de indivíduos manifestamente ligados aos interesses e aos modos de actuação do regime fascista que o Movimento das Forças Armadas veio derrubar. Vem, por isso, esta Comissão exigir a imediata supressão da actividade de tais indivíduos, sem o que os objectivos enunciados no referido programa estarão a ser sistematicamente atraiçoados, pondo, assim, em causa o apoio e a colaboração activa que o vosso programa merece a esta Comissão e ao povo português." Por outro lado, porta-vozes do Sindicato de Cinema puseram à disposição da Junta o conhecimento específico dos elementos deste Sindicato, a fim de assegurar, caso seja necessário, a realização dos programas e o funcionamento dos vários sectores indispensáveis à produção televisiva.

UNIDADE SINDICAL

Entretanto, um numeroso grupo de actores e de outras pessoas ligadas ao teatro em Portugal tomaram iniciativas do mesmo género, apoiaram o Movimento das Forças

cinema

Armadas, manifestaram o seu legítimo regozijo pela abolição da censura aos espectáculos e ocuparam o respectivo Sindicato dos Artistas Teatrais. Rapidamente, estabeleceu-se um contacto estreito entre o Sindicato dos Artistas Teatrais e o Sindicato dos Profissionais de Cinema, a fim de que os assuntos de comum interesse passem a ser debatidos em conjunto.

A este respeito, o Sindicato de Cinema fez difundir um outro comunicado, onde estas intenções estavam explícitas: "Queremos iniciar, desde já, em amplo e profundo contacto com a massa trabalhadora, a reorganização do nosso Sindicato em bases democráticas e em fraterna colaboração com os outros sindicatos; reforçar a unidade da classe, denunciar e isolar os oportunistas e evitar as suas manobras, que só podem conduzir à desunião e ao enfraquecimento dos trabalhadores; abandonar as discussões estéreis e encetar um infatigável trabalho de estudo e resolução dos nossos verdadeiros problemas. Aguardamos a prometida definição pela Junta de Salvação Nacional de uma nova lei sindical que substitua a corrompida organização corporativa, para imediatamente propor a todos os associados o nosso futuro estatuto democrático." E assim se pedia a todos a necessária colaboração e a serenidade para resistir às possíveis provocações e manobras divisionistas. Neste sentido, seria extremamente útil contar com a colaboração dos cineclubes, dos jornalistas cinematográficos, dos escritores e, de um modo geral, de todos os organismos ou personalidades ligados aos meios de comunicação e, particularmente, ao cinema.

A propósito, é justo assinalar a presença entre nós do cineasta brasileiro exilado Glauber Rocha, que, segundo as suas próprias palavras, não se encontra entre nós a título individual mas, sim, em nome dos cineastas do Terceiro Mundo, que tanto têm lutado para impor um cinema popular nos países dominados pelo imperialismo. Presente em algumas reuniões do Sindicato Nacional dos Profissionais de Cinema, Glauber Rocha assistiu entusiasmado à camaradagem e à união entre os cineastas portugueses e propôs-se imediatamente para nos pôr ao corrente da sua prática como militante do cinema político.

O PRIMEIRO DE MAIO

No dia 30 de Abril, a agitação geral no Sindicato dos Profissionais de Cinema destinava-se sobretudo a organizar e nomear equipas especiais de filmagem que iriam, tanto quanto possível, fazer a cobertura integral das manifestações do Dia do Trabalhador e da alegria do povo português. Assim, formaram-se 10 equipas de cinema que, trabalhando simultaneamente de manhã à noite, nos pontos estratégicos da cidade, filmaram, algumas das quais com som directo, a manifestação colectiva da população de Lisboa e dos arredores que acabou na marcha triunfal em direcção ao Estádio da F. N. A. T. Enquanto uma das equipas se deslocava propositadamente à ilha da Madeira com a finalidade de recolher imagens das manifestações da população madeirense junto do Palácio de São Lourenço, residência do governador, onde se encontram Marcelo Caetano, Américo Tomás e outras figuras conhecidas do seu ex-Governo, o Sindicato solicitava aos correspondentes da RTP em vários pontos do País a sua colaboração para a recolha de material fílmico referente às manifestações do Primeiro de Maio.

O material filmado por estas equipas ou por outras que, eventualmente, venham a dar a sua colaboração (cineastas amadores, repórteres, jornalistas, etc.) destina-se à execução de um filme colectivo que se propõe mostrar a alegria do povo português, não só no Primeiro de Maio mas desde a noite gloriosa do 25 de Abril, início irreversível da queda do regime fascista.

A CENSURA E OS OPORTUNISTAS

Uma das questões que mais tem preocupado os profissionais de cinema é, sem dúvida, a abolição da censura, não que esta notícia não seja razão da maior alegria para todos nós, mas porque, conhecendo a mentalidade de alguns comerciantes do cinema, se receia que estes, aproveitando-se das circunstâncias, venham a cometer excessos que possam pôr em causa os princípios democráticos e a moral pública defendidos pelo Movimento das Forças Armadas. Consta — não sabemos com que fundamento — que alguns distribuidores da nossa praça pensam enriquecer à custa de um determinado tipo de filmes, digamos sem rodeios que se tratam de filmes pornográficos, de nula qualidade, que nenhum princípio poderá defender nesta altura. No entanto, é preciso não esquecer que o parágrafo j)-1 do programa político da Junta de Salvação Nacional, no que diz respeito às medidas imediatas a adoptar, propõe "o combate eficaz contra a corrupção e a especulação" e que o Código Civil vigente prevê sanções contra os perturbadores da moral pública: "É ilegítimo o exercício de um direito quando o titular exceda manifestamente os limites impostos pela boa-fé, pelos bons costumes ou pelo fim social ou económico desse direito" (Art. 334 do Código Civil).

"O COURAÇADO POTENKINE",

Actualmente, todos os filmes para os quais seja solicitada a classificação para maiores de 18 anos estão dispensados de serem vistos por qualquer comissão de classificação de espectáculos, podendo ser imediatamente exibidos nos cinemas sem outras formalidades que não sejam as necessárias, já anteriormente previstas na lei. Para os filmes para os quais sejam solicitadas as classificações de 6, 10 ou 14 anos, formaram-se comissões especiais e transitórias de classificação de espectáculos, obrigatoriamente constituídas por um representante do Grémio dos Espectáculos, um representante do Sindicato dos Profissionais de Cinema e um pedagogo ou professor de reconhecida competência. Todo e qualquer corte feito nos filmes será da inteira responsabilidade do respectivo distribuidor, uma vez que as comissões de classificação se destinam unicamente a recomendar a classificação etária dos espectáculos, não os cortes nos filmes. Portanto, dever-se-á entender que, uma vez os filmes classificados em qualquer dos grupos etários estabelecidos, estes serão projectados em versão integral e que a sua eventual amputação — repito, uma vez que tal prática era infelizmente frequente — é da exclusiva responsabilidade dos distribuidores ou exibidores.

Sobre esta questão, o Sindicato Nacional dos Profissionais de Cinema irá pedir a colaboração dos críticos, dos jornalistas e dos espectadores para denunciar publicamente as tentativas oportunistas que possam pôr em causa os princípios fundamentais da liberdade democrática a que todos temos direito.

À ESPERA DE UM NOVO CINEMA

Por outro lado, podemos, desde já, congratular-nos com a imediata exibição de vários filmes importantes que estavam proibidos pela censura fascista, entre os quais títulos como "O Couraçado "Potemkine" (Eisenstein), "Terra em Transe" (Glauber Rocha), "A Laranja Mecânica" (Kubrick), "O Último Tango em Paris" (Bertolucci) e, como é fácil de adivinhar, muitos outros que será desnecessário mencionar agora.

Na altura em que este artigo se publica, está já em exibição o filme português "O Mal-Amado", recentemente proibido pela censura fascista, que "percebeu" que a intenção dos seus autores (Fernando Matos Silva na realização, Álvaro Guerra, João Matos Silva e o realizador no argumento) era precisamente fazer um processo às instituições e à mentalidade que ao longo dos anos, com a ajuda da doutrina corporativista e de outros aparelhos ideológicos reaccionários, conduziram o País a um teatro de mediocridades e conformismo. Não cabe nestas notas discutir o filme nem é, para já, o momento de lhe apontar as limitações. "O Mal-Amado" é, de qualquer maneira, um filme importante e urgente. ■

EDUARDO GEADA

LIVROS

EVOCANDO, NESTA HORA, LEONARDO DA VINCI

Esse indivíduo que, no silêncio do seu gabinete de trabalho, pensa o sentido da caminhada humana, que assimila, do passado, as conquistas e, do passado, recusa a lição servil, esse indivíduo que assinala a ruptura em relação às concepções despóticas das sociedades humanas, que confia na inteligência, na reformulação da cultura, na ciência como desvendamento, na novidade como legítima aquisição, no quebrar dos cânones, na dimensão do corpo repleto de potencialidades, na razão e no equilíbrio, na liberdade e na responsabilidade — esse indivíduo, de seu nome Leonardo da Vinci, é, no sofrimento e no júbilo, um certo optimismo: a certeza de que, para além da cobardia humana, da traição, da denúncia, do oportunismo e da repressão, o homem é um produtor de cultura, um inovador quando conquista o direito à expressão, um ser capaz de assumir o seu próprio sentido, aquele sentido histórico de que os despotismos o querem privar.

Vem isto a propósito de FÁBULAS E LENDAS / **contadas e escritas por Leonardo da Vinci / no seu tempo** (Editorial Futura, Lisboa, 1974).

Retomar a lição de Esopo e de Fedro, traduzir, imitar ou adaptar a "moral" contida nos pequenos episódios que se gravam na mente dos mais díspares escalões sociais, desde o erudito ao analfabeto, foi tarefa empreendida por muitos, em diversas circunstâncias históricas. E, assim como o "povo" guardou em sua memória o triunfo

livros

de Ulisses sobre o Ciclope ou a fábula da raposa e as uvas, também o pedagogo, por vezes empenhado no esclarecimento dos alunos, outras vezes empenhado na sufocação da criatividade dos mesmos, tem julgado conveniente o recurso a essa "moral" antiga. À maleabilidade proporcionada pela fábula, ao interesse que tem suscitado entre letrados e iletrados não ficou alheio o génio de Leonardo da Vinci.

Retransmitiu fábulas e lendas e nelas deixou a sua marca. Aproveitou um legado, mas não o utilizou passivamente. O homem do Renascimento anuncia-se nestes textos, com uma insistência notável. Diríamos que, de fábula para fábula, se mantém uma constante: o amor da liberdade e da responsabilidade, num **todo** subjacente à arquitectura das fábulas. Textos alegóricos, utilizando uma linguagem aparentemente simples, podem ser entendidos por **toda a gente**, o que significa uma pluralidade de leituras. Trata-se da apresentação de estruturas narrativas extremamente simples, onde as relações entre um corvo e uma águia, ou entre um peixe e o pescador ou entre o gato e o rato condensam significações variadas , problemas de comportamento, de justiça e de injustiça, de bom senso e de orgulho desmedido, de virtude e de vício, etc. Mas tudo isto sujeito ao tempo de Leonardo da Vinci, à revolução de que foi um dos grandes impulsionadores, à transferência dos conceitos duma metafísica descarnada para um formidável plano de apropriação do **mundo natural** pela consciência. Em tal plano grandioso, a faceta dignificante do saber antigo irrompe com nova força, numa restauração (não equivalência) do conceito de homem-senhor-da-própria-vida, que a Idade Média se esforçara por destruir, salvo naquelas excepções que a História detectou e que valem, para nós, precisamente na medida em que são excepções: toda a galeria dos inconformistas, goliardos e quejandos, dispostos à reivindicação da integridade e da integralidade da pessoa.

Incorporando o **mundo natural** nas suas fábulas e lendas, Leonardo da Vinci testemunha como que dum novo olhar sobre os elementos. Se conhece por "experiência" (essa tão louvada experiência que Camões não se cansaria de cantar...) os elementos e, principalmente, as relações entre estes, não deixa de ser interessante a maneira como Leonardo se aproveita dos elementos culturais mitificados, sua dívida para com os bestiários provocados pela imaginação fechada no delírio. Esse **mundo natural**, que começa a abrir os seus "segredos", que começa a oferecer-se à taxinomia, aos rótulos duma fascinante História Natural, esse mundo ainda se mostra povoado pelo animal não observado, com um peso de monstruosidade inerente à consciência enclausurada em dados culturais não referenciáveis no real empírico.

Destaquemos, deste ponto de vista, uma **lenda**, intitulada **O Elefante** (págs. 46-48). Vejamos: Para Leonardo da Vinci, para a sistemática zoológica do seu tempo, o elefante é colocado no mesmo plano do dragão. O elefante é, todavia, o símbolo da grandeza, duma dimensão física e moral que só poderá entender-se segundo o ideal grego do bom e do belo, do forte inerente ao excelente (Aquiles) ou, latinamente traduzindo, **mens sana in corpore sano**. A natureza é, pois, um conjunto harmónico, estruturado de modo a eliminar deficiências funcionais.

Citemos: "O grande elefante, por natureza, tem o que nos homens raramente se encontra, isto é, honestidade, prudência e justiça" — é o início da **lenda**.

Mas vejamos o remate: "O dragão é o inimigo do elefante e assalta-o, deitando-se sob o seu ventre. Com a cauda enlaça-lhe as pernas e com as asas e as unhas cinge-se em torno do seu corpo e com os dentes dilacera-lhe a garganta.

"Mas o elefante, sacudindo-se, cai sobre o dragão e com o seu peso esmaga-o, e assim, morrendo, vinga-se do seu assassino" (pág. 48).

Não nos ficam dúvidas quanto ao carácter exemplar da actuação. O elefante é o **ideal natural** que o homem deveria atingir: "honestidade, prudência e justiça", nas palavras do autor. O dragão, colocado ao mesmo nível de existência, é o ataque traiçoeiro. A referência à cauda, às asas, às unhas do dragão denota, porém, a redução do monstro à escala natural. Quanto ao desfecho da luta, parece iniludível que Leonardo da Vinci apregoa a excelência moral do **natural**, quando, mesmo ferido de morte, reprimido pela monstruosidade, sucumbe para castigo do traidor — anseio de justiça, fundamental numa Itália dominada pela intriga e pela punhalada nas costas.

E assim a recuperação do saber antigo nos parece profundamente condicionada pelo espaço e pelo tempo de Leonardo da Vinci — enquadramento de grande alcance para uma motivação da liberdade. ■

JOSÉ MARTINS GARCIA

MADE IN PORTUGAL

guinde a sua empresa a uma nova dimensão

A produção nacional tem agora uma palavra a dizer e a capacidade de aquisição dos mercados estrangeiros é cada vez maior. Exportar é, pois, atitude consciente de desenvolvimento económico que obedece a uma sólida estrutura empresarial cuja estratégia não pode nem deve ser deixada ao acaso.

Daí existirmos para o esclarecer e apoiar nas iniciativas que tenham como determinante a expansão da sua economia via Exportação, através de serviços sectoriais cada vez mais especializados, mais experientes, logo, mais seguros. Atente bem nas possibilidades da sua empresa e conte com o nosso apoio. Contacte-nos.

Avenida 5 de Outubro, 101, A
Telefs. 767410/767520/767573 - Lisboa 1

Rua Gonçalo Cristóvão, 128 1.º -Esq.
Telef. 380214 - Porto

LINTAS 73-FFE-76

(Continuado da pág. 8)

Em 18 de Janeiro de 1934, foi criado o primeiro soviete português na Marinha Grande, chefiado, entre outros, por José Gregório e classificado, posteriormente, por Bento Gonçalves, como "mais uma anarqueirada", no relatório do Tarrafal. Entretanto, em 1934, o "Avante" é proibido e passa à clandestinidade.

A partir de 1936, e como já se disse, o Partido Comunista começa a ganhar o favor da classe operária, batendo ao mesmo tempo o anarquismo e o socialismo. Tinha começado a guerra de Espanha e foi em 1936 que se deu a Revolta da Armada, dirigida pela O. R. A. (Organização Revolucionária da Armada), cujo jornal, "O Marinheiro Vermelho", orientou a insurreição.

Dois anos depois do termo da guerra de Espanha (em 1941, portanto), os dirigentes do Partido, com especial relevo para Álvaro Cunhal, tiveram de proceder à sua reorganização, uma vez que o aparelho clandestino havia sido destruído pela P. V. D. E. (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado), uma antecessora da P.I.D.E.-D.G.S., treinada pelo alemão Kramer, da Gestapo. Em 1944, porém, o Partido Comunista organizava já grandes greves no Ribatejo, e, em 1945, participava no M. U. D. (Movimento de Unidade Democrática), que foi dissolvido oficialmente em 1948 e deu azo a forte intensificação da actividade repressiva do Governo de Salazar.

Em 1949, o P. C. P. apoiou a candidatura de Norton de Matos à Presidência da República, depois de ter controlado a cisão do Movimento Nacional Democrático, presidido pelo prof. Ruy Luís Gomes. Passados dois anos, em 1951, apoia a candidatura de Ruy Luís Gomes e adere às teses de Estaline sobre política e organização.

Entretanto, Álvaro Cunhal fora preso, em 1949, no Luso, em consequência de uma denúncia, ao que se diz. Só viu a liberdade em 1961, quando, com outros dirigentes, conseguiu fugir do forte de Peniche, em circunstâncias ainda não esclarecidas.

Antes, em 1956, realizou-se o XX Congresso do P. C. da U. R. S. S. e, no mesmo ano, membros do P. C. P. (Júlio Fogaça e Pedro Soares, entre outros) propõem uma "resolução pacífica" do problema português, através da "jornada nacional pacífica" pela demissão de Salazar, proposta posteriormente chamada de "desvio de direita".

A crítica do "desvio de direita" prosseguiu nos anos seguintes, e, em 1961, Álvaro Cunhal foi eleito secretário-geral do Partido, enquanto se prepara uma reconstituição da Juventude Comunista, anteriormente dissolvida nos momentos unitários, em que avultou o M.U.D. juvenil. Também em 1961, o P. C. participa nas eleições para deputados à Assembleia Nacional e começa a guerra colonial em Angola.

"RUMO À VITÓRIA"

Momento importante na vida do Partido Comunista Português: em Agosto de 1963, o Comité Central aprovou o "Rumo à Vitória" de Álvaro Cunhal, relatório que refere a unidade como "tarefa central do Partido" e o "esquerdismo e o sectarismo" como "perigos principais".

No ano seguinte, uma cisão no interior do Comité Central entre os partidários da linha defendida por Álvaro Cunhal e a posição revolucionária dita "pro-chinesa" levou à criação do C. M. L. P. (Comité Marxista-Leninista Português) e da F. A. P. (Frente de Acção Popular), lideradas por Martins Rodrigues, recentemente libertado do forte de Peniche. O jornal "Avante" denunciou a existência destas organizações no interior do País num artigo intitulado "Cuidado com Eles", referindo-se aos dirigentes do C. M. L. P.

Em 1969, o Partido Comunista voltou a estar presente nas eleições para deputados à Assembleia Nacional, as primeiras realizadas no Governo de Marcelo Caetano, cuja "demagogia liberalizante" era acusada nas páginas do "Avante", que afirmou, desde o início, que a política marcelista traduzia apenas a política salazarista, noutro estilo.

Em 1973, e depois de uma aliança com o recém-formado Partido Socialista, o Partido Comunista apoiou as listas do Movimento Democrático nas eleições legislativas de Outubro do ano passado, as primeiras e as últimas que levaram à Assembleia Nacional deputados da ex-A. N. P.

Não se pretende, evidentemente, fazer a história do Partido Comunista. Mas é urgente que essa história seja feita, agora que terminou a sua luta de muitos anos pela legalização. Será, no fundo, a história da mais intransigente luta contra o fascismo em Portugal. ■

A. P.

PARTIDO SOCIALISTA: UM ANO DE EXISTÊNCIA

"No dia ...(tantos de tal) de 1973, o Congresso da Acção Socialista Portuguesa, reunido, por motivos de segurança, na República Federal Alemã e constituído por representantes vindos expressamente de Portugal e dos núcleos militantes da República Federal da Alemanha, Bélgica, França, Inglaterra, Itália, Suécia e Suíça, ponderando:

— os superiores interesses da Pátria

— a actual estrutura e dimensão do movimento

— as exigências concretas do presente

— e a necessidade de dinamizar os militantes para as grandes tarefas do futuro,

deliberou transformar a A. S. P. em Partido Socialista.

Esta decisão foi tomada por maioria, tendo-se manifestado sete votos contra, estes com a declaração de que, embora de acordo com o princípio, apenas discordavam da oportunidade da data.

Finda a votação, todos os congressistas aplaudiram, de pé, esta decisão histórica e deliberaram que dela se lavrasse a presente acta, que vai ser assinada por todos os presentes. Eram 18 horas."

Divulgada no volume "Construir Uma Nova Vida Destruir o Sistema", de Mário Soares, editado em Roma Agosto de 1973, a acta de constituição do Partido Socialista é extremamente reservada quanto ao local e à data, indicando apenas o ano de 1973 nas referências que antecedem as assinaturas, de resto não mencionadas: "algures, na República Federal Alemã, aos ... de 1973".

Hoje, pode já dizer-se que o Congresso da Acção Socialista Portuguesa se realizou em Bad-Munstereiffel, perto de Bona, em Abril de 1973: a constituição do Partido Socialista foi decidida no dia 19. O partido tem um conselho directivo constituído por 27 elementos, 8 dos quais se encontravam no exílio até ao Movimento Militar que, em 25 de Abril, derrubou o regime fascista. O secretário-geral é Mário Soares (exilado em Paris há quase quatro anos) e o presidente, o advogado António Macedo, do Porto. Entre os elementos do conselho directivo, contam-se alguns nomes conhecidos da vida política portuguesa. Entre eles, Sottomayor Cardia, José Magalhães Godinho, Alberto Arons de Carvalho, Salgado Zenha e Tito de Morais.

A par do P. S., existe o G.A.P.S. — Grupo Autónomo do Partido Socialista, que procura congregar jovens. Embora ligado ao conselho directivo, o G.A.P.S. tem vida autónoma. Segundo palavras de um dirigente, "o Partido Socialista pretende ser um partido sem uma estrutura burocratizada e centralizada tendo como objectivo

promover a espontaneidade e a iniciativa da base e dos militantes".

No relatório lido, discutido e aprovado no referido congresso, Mário Soares assinalava: "Nós, socialistas, temos que manter um diálogo aberto com os movimentos esquerdistas. Trata-se de criar uma tensão dialéctica que nos poderá ser utilíssima. Diferentemente de outros partidos (que vêem nesse esquerdismo um concorrente perigoso, senão mesmo um inimigo que escapa em absoluto aos seus esquemas) temos que nos saber aproximar da extrema-esquerda contestatária e encontrar um terreno de entendimento, cooperando em acções concretas de interesse comum. A experiência francesa (CERES) e alemã (JUSOS) mostra que esse é o caminho a seguir."

E acrescentava a seguir Mário Soares: "Este ponto conduz-nos, naturalmente, a pôr o problema do que somos como força política ou, melhor, do que aspiramos ser. Para entrar directamente no assunto, direi, numa palavra, que somos (ou queremos ser) o Partido Socialista, um grande partido de esquerda em Portugal. Mas, atenção, temos muito caminho a percorrer para atingir tal desideratum — havemos de reconhecer sem complexos de inferioridade (que não temos razão para ter!), mas também sem qualquer espécie de **triunfalismo.**"

PORTUGAL SOCIALISTA

Ano VIII
MAIO 1974
N.º 4

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO SOCIALISTA · Responsável pela publicação: TITO DE MORAIS

SAUDAÇÃO

Pela primeira vez o "PORTUGAL SOCIALISTA" sai da clandestinidade aparecendo à luz do dia livremente

É um acontecimento que transcende os socialistas e que constitui um verdadeiro símbolo. Pela primeira vez, ao fim de oito anos, de colaboração intermitente — assegurada mesmo de S. Tomé — posso eu próprio também dispensar os nomes de empréstimo que sempre utilizei — ou o anonimato — e subscrever esta curta saudação com o meu pró-

28 de Abril de 1974 — O regresso de Mário Soares

...s será vencido!...

ALGUMAS ETAPAS

Após o movimento de 25 de Abril, o Partido Socialista "apareceu em público" e instalou-se, provisoriamente, na sede da Cooperativa de Estudos e Documentação, na Avenida Duque de Ávila, em Lisboa. Para trás, ficam a Resistência Republicana e Socialista, constituída em 1953-54 e mais recentemente a Acção Socialista Portuguesa (1964), para não falarmos de partidos e movimentos socialistas do século XIX e primeiras décadas do século XX. De qualquer modo, assinala-se, para já — como, de resto, Mário Soares o faz — que o socialismo não tem grande tradição em Portugal.

Para o actual secretário-geral do Partido Socialista, "Henriques Nogueira, republicano federalista, Sousa Brandão e Lopes de Mendonça foram precursores. Mas a grande figura tutelar do socialismo português foi — e é — Antero de Quental". De acordo com as palavras do mesmo secretário-geral do P. S., "as origens do Partido Socialista encontramo-las na actividade militante de Antero de Quental e de José Fontana — os quais, com homens como Batalha Reis, Azedo Gneco, Nobre França e Eduardo Maia, redigiram o primeiro programa socialista, formaram núcleos operários, associações de classe e cooperativas. Ao mesmo tempo, estabeleceram contactos com delegados da I Internacional. Formalmente, o Partido Socialista veio a constituir-se em 10 de Janeiro de 1875".

Não interessará, por agora, pormenorizar a história do pensamento socialista em Portugal, nitidamente "batido", junto das massas populares, pelo republicanismo, entre 1880 e 1910, vivendo uma existência apagada durante a Primeira República, até à sua renovação intentada pelo grupo da "Seara Nova" a partir de 1921. Durante os primeiros anos da ditadura militar (1926-1933) e do Estado Novo (1933-36), o Partido Socialista continuou a perder a influência, acabando por se desagregar. Segundo Mário Soares, "não soube adaptar-se à clandestinidade nem resistiu à repressão".

Novas tentativas para criar um Partido Socialista surgiram por volta de 1941/42. Em consequência, foram sendo criados, sucessivamente, o Grupo de Acção e Doutrinação Socialista, a União Socialista, o Partido Trabalhista e a Frente Socialista, mas todas as tentativas acabaram por fracassar, "em virtude da repressão e, sobretudo, da "guerra fria", que obrigou os socialistas a tomarem posições centristas (atlantistas), como por toda a parte na Europa Ocidental, cortando-se verdadeiramente da esquerda e das classes trabalhadoras".

Durante esse período, e embora situado fora dos quadros partidários, avulta António Sérgio, que foi o grande doutrinador de um socialismo humanista, baseado na propagação universal do cooperativismo.

Até que, em 1953/54, se constituiu a Resistência Republicana e Socialista, agrupando "elementos vindos do Partido Comunista e de clara afirmação marxista" e "elementos vindos da então já extinta União Socialista (partidários do Socialismo dito reformista)". Segundo Mário Soares, "a Resistência Republicana e Socialista nunca se viu como um partido, mas antes como um **grupo político de pressão** destinado a fazer evoluir para a esquerda a política portuguesa, a quebrar o isolamento em que então se encontrava o Partido Comunista (forçando-o a evoluir) e, por conseguinte, a desbloquear a situação nacional, imobilizada pela **guerra fria**".

A Resistência Republicana Socialista esteve na origem de algumas iniciativas políticas importantes, entre as quais a campanha do general Humberto Delgado (1958), a criação das Juntas Patrióticas de Libertação Nacional (1959) e a elaboração do Programa para a Democratização da República (1961), e acabou por desembocar na Acção Socialista Portuguesa, que foi fundada em Genebra, em 1964, e ratificada por uma convenção nacional realizada em Lisboa, no mesmo ano. Ingressaram na A. S. P. todos os membros da R. R. S., com excepção de Fernando Piteira Santos, então em Argel, mas já afastado da organização.

nacional

O primeiro manifesto da Acção Socialista Portuguesa foi uma carta dirigida por 118 personalidades oposicionistas ao Presidente da República, pedindo a demissão imediata de Salazar e o restabelecimento das liberdades fundamentais.

Como escreve Mário Soares no relatório apresentado no congresso de 1973, "no caminho da A. S. P. podem descortinar-se fases bem marcadas. Assim: a) a fase de confusão inicial com o Directório Democrato-Social (até à morte do prof. Azevedo Gomes, ocorrida em Dezembro de 1965). Essa fase foi nociva para a nossa **imagem de marca**, mas garantiu-nos: 1 — sobreviver numa situação de semilegalidade num período de grande repressão; 2 — instituirmo-nos como os **herdeiros legítimos** da chamada oposição clássica e do seu espírito "indomado e indomável" de resistência ao fascismo (aproveitando algumas das suas velhas estruturas, que tentamos rejuvenescer); b)fase de afirmação como força política autónoma, o que implicou duas rupturas: 1 — com a Frente Patriótica de Libertação Nacional, em consequência das divergências surgidas na Junta Revolucionária em Argel, depois da saída dos católicos e do general Humberto Delgado; 2 — com o Directório Democrato-Social, quando o eng. Cunha Leal ascendeu à presidência por morte do prof. Azevedo Gomes".

Ainda segundo Mário Soares, entre 1964 e 1968, "a A. S. P. foi, incontestavelmente, a grande animadora da luta legal" e cita, como exemplos, a campanha eleitoral de 1965, o processo derivado do assassinato do general Humberto Delgado, o caso escandaloso dos "balets roses", o documento colectivo de análise aos 40 anos de regime, etc.

Posteriormente, a A. S. P. participou nas campanhas eleitorais de 1969 e de 1973, tendo entrado, como partido membro, na Internacional Socialista, votada por aclamação no Congresso de Viena, em Junho de 1972.

Entretanto, a A. S. P. passou a manter relações oficiais com partidos e organizações socialistas, assim como com vários movimentos progressistas mundiais, com certos Estados socialistas como a Jugoslávia, Cuba e o Chile (de Allende), organizações e confederações sindicais, movimentos nacionalistas das colónias portuguesas e do resto da África Austral.

Para estes contactos internacionais, muito contribuiu, sem dúvida, a posição de Mário Soares, forçado a exilar-se em 1970, pelo Governo de Marcelo Caetano.

Nesta nova era que agora começa em Portugal, e já com a A. S. P. a pertencer à História, o Partido Socialista procura organizar-se com vista a participar activamente na vida política portuguesa. Poucos dias depois da chegada a Lisboa de Mário Soares e de outros dirigentes que se encontravam no exílio, foi publicado, legalmente, o primeiro número (número 4 da segunda série) de "Portugal Socialista", orgão central do Partido, de que é director Tito de Morais. ■

A. P.

O SINDICATO DOS JORNALISTAS E O CONTROLO DEMOCRÁTICO DAS REDACÇÕES

Logo após o derrube do Governo de Marcelo Caetano, os profissionais dos órgãos da Informação, conscientes não só da importância destes para a consolidação da vitória sobre o fascismo como da necessidade de se integrarem no vasto movimento das classes trabalhadoras portuguesas, que começava a a manifestar-se na actuação dos sindicatos, iniciaram um processo que, embora ainda incipiente, logrou, mesmo assim, transformar em poucos dias a feição dos "mass media", bem como as respectivas condições de trabalho.

O sinal de arranque foi dado, por assim dizer, pelo Rádio Renascença (Emissora Católica Portuguesa). Os jornalistas e outros profissionais desta empresa, na sequência dos acontecimentos, começaram a ser pressionados pela administração, que estava a funcionar como censura. Perante esses acontecimentos, os trabalhadores daquela emissora resolveram entrar em greve até que lhes fossem dadas garantias de não interferência da administração na elaboração dos seus programas e noticiários. Ao fim de poucas horas, estes objectivos foram plenamente conseguidos, passando os trabalhadores da Rádio Renascença a exercer não ainda a autogestão mas um controlo democrático sobre as suas condições de trabalho.

Quase simultaneamente, processos idênticos, acarretando por vezes a demissão de directores, chefias de redacção e administradores, se registavam noutras unidades da "indústria da Informação". Sem omissões acintosas, não queremos deixar de referir, pela sua importância, os casos do "Diário Popular", "Diário de Lisboa", "A Capital", "Comércio do Porto", "Rádio Clube Português e "Diário de Notícias". O caso da "Época", tristemente espectacularizado, não merece de facto grandes comentários. Neste momento, o Sindicato Nacional dos Jornalistas procurará, apoiado na Intersindical, obter da Junta de Salvação Nacional que as instalações e infra-estruturas técnicas do referido periódico sejam postas ao serviço da imediata criação de um jornal dos sindicatos. O problema não parece difícil de resolver, pois é do conhecimento dos jornalistas que, embora nominalmente aquele diário fosse propriedade de uma empresa privada, ele era na verdade financiado pelos dinheiros públicos, arrancados aos trabalhadores e nomeadamente à Previdência, e destinado a "enquadrar" ideologicamente a exploração e o Estado policial.

Enquanto estes acontecimentos decorriam, realizavam-se duas assembleias gerais do Sindicato Nacional dos Jornalistas, que, ora seguindo o movimento na base ora antecipando-se-lhe e elaborando em propostas de âmbito geral as premissas de acções locais e parcelares, votariam algumas deliberações da maior importância.

Assim, acompanhando e estimulando a movimentação desencadeada nas redacções e estúdios, destinada a salvaguardar e a obter reconhecimento da independência destas perante as administrações proprietárias, o S.N.J. decidiu a criação imediata de conselhos de redacção, "com poderes deliberativos e autónomos perante as administrações e direcções dos jornais". Estes conselhos, com poderes de "reunião permanente" nas instalações laborais, deverão exercer, sempre que necessário, o direito à greve, reivindicativa ou de

solidariedade, e todas as outras formas de luta eficazes.

Noutra proposta, os jornalistas decidiram não tolerar "doravante qualquer censura interna, exigindo nesse sentido uma declaração formal e pública das respectivas empresas". Reclamando uma acção sindical "independente de qualquer estrutura partidária ou burocrática de Estado", os jornalistas declararam-se integrados na classe trabalhadora e, como tal, empenhados na sua luta tendente "à edificação final de uma sociedade sem classes". Analisando a situação presente, o S.N.J. votou também uma deliberação reivindicando da Junta de Salvação Nacional o "cessar-fogo imediato" nas colónias e a luta preventiva, de uma eventual reacção, contra "os fundamentos económicos, do regime derrubado", considerando o grande capitalismo "co-responsável, ao mesmo título que o Governo deposto", pelos anos da "ditadura fascista" e considerando também que o derrube do Governo representa "apenas a primeira etapa da luta das classes trabalhadoras contra todas as formas de exploração capitalista e de classe".

Ao longo desta semana, prevê-se a concretização das resoluções adoptadas sobre o controlo democrático pelos trabalhadores sobre as suas condições de trabalho, bem como o ataque de outros problemas essenciais até aqui deixados na sombra: o problema de uma gestão, democraticamente designada, da Caixa de Previdência e o problema da criação de um jornal dos sindicatos, independente de qualquer estrutura partidária ou do Estado, a partir da devolução das instalações de "A Época", financiadas e pagas com os descontos arrancados aos trabalhadores pela organização corporativa do regime deposto, a quem de direito deve dispor delas.

M. S. P.

A SITUAÇÃO DE "O SECULO"

Em consequência de várias reuniões efectuadas, os nossos camaradas da redacção de "O Seculo" aprovaram o seguinte documento:

A Redacção de "O Seculo", no intuito de assegurar com carácter definitivo uma informação livre, isenta, objectiva e verdadeira, de acordo com o esforço de democratização do País, decide:

1. Constituir um Conselho da Redacção de cinco elementos eleitos por sufrágio directo e secreto pela Redacção, com as seguintes funções:

a) Representar a Redacção junto da Direcção e da Administração do jornal e das comissões de todas as secções da empresa, já criadas ou a criar, velando por que as decisões agora tomadas sejam integralmente cumpridas;

b) Dar parecer com carácter deliberativo sobre medidas de constituição da Redacção, incluindo a Direcção; admissão, despedimento, suspensão, promoção de elementos do quadro redactorial. Estas medidas deverão sempre ser comunicadas obrigatoriamente pela Direcção ao Conselho da Redacção.

Parágrafo Único — A fim de assegurar a inteira isenção dos membros do Conselho da Redacção, não podem estes, individual ou colectivamente, apresentar quaisquer propostas relativas às medidas previstas na alínea anterior.

c) Zelar pelo cumprimento integral e pronto das decisões tomadas a nível sindical que obriguem a Administração.

d) Promover o cumprimento das disposições decididas pela Redacção e integradas no ponto 2.

e) Convocar, por iniciativa própria ou a pedido de camaradas, reuniões gerais da Redacção.

f) Das decisões do Conselho da Redacção apenas cabe recurso para a reunião geral da Redacção.

2. A orientação do jornal, no que respeita aos aspectos informativos, confecção gráfica, opinião e posições políticas, é da exclusiva responsabilidade da Direcção e da Redacção, através das estruturas constituídas e aceites pelo Conselho da Redacção com exclusão de interferências da Administração. Neste espírito, o director do jornal é tomado como intérprete da Redacção e não como representante da Administração.

a) A orientação do jornal, nas suas linhas gerais, é a que está definida no preâmbulo deste documento.

b) A informação deverá ser independente, fornecendo às várias correntes partidárias ou de opinião garantia de tratamento idêntico, com o único fim do esclarecimento amplo dos leitores.

c) O noticiário deve ser redigido de maneira escrupulosa, com referenciação das respectivas fontes e sem traduzir as posições pessoais dos redactores.

d) A independência informativa do jornal não obsta a que sejam publicados artigos de opinião, desde que estes sejam obrigatoriamente assinados.

e) Colaboração assinada de elementos exteriores à Redacção e destinada a publicação deverá obrigatoriamente ser aprovada pelo Concelho da Redacção.

Parágrafo Único — Neste espírito, o Conselho da Redacção decidirá sobre a permanência dos colaboradores antigos do jornal. A título de exemplo, indicam-se alguns nomes que não poderão continuar a publicar os seus artigos em "O Seculo", por não estarem os seus textos em conformidade com as linhas gerais definidas no preâmbulo: Costa André, J. Matias, Guilherme de Aragão e António Mouteira.

f) Os editoriais publicados sem assinatura devem ser obrigatoriamente aprovados pelo Conselho da Redacção. Os editoriais não presentes ao Conselho da Redacção devem ser firmados pelo seu autor.

g) Toda a publicidade redigida só será publicada com a indicação "Publicidade".

3. O Conselho da Redacção eleito funcionará durante um ano, só podendo ser destituído pela Reunião Geral da Redacção. O Conselho da Redacção foi eleito em 3 de Maio de 1974, pelos votos de 47 jornalistas. O Conselho é constituído pelos seguintes elementos: Roby Amorim, João Carreira Bom, Joaquim Benite, Jorge Feio e Adelino Tavares da Silva.

No final da reunião de ontem, foi ainda aprovada por unanimidade uma saudação a todas as restantes secções da empresa, com o desejo de que também estas se movimentem, elegendo os delegados que hão-de dar expressão aos seus anseios e justas reivindicações.

Posteriormente, o Conselho de Administração da Sociedade Nacional de Tipografia emitiria o seguinte documento.

O Conselho de Administração da Sociedade Nacional de Tipografia tomou conhecimento do documento publicado na edição de hoje, aprovado pela Redacção de "O Seculo", em consequência de várias reuniões efectuadas.

O Conselho de Administração afirma de modo expresso e sem quaisquer reservas a sua adesão ao Programa do Movimento das Forças Armadas, cujos princípios perfilha e pelos quais orienta a sua gestão.

Desse Programa consta especificamente, na alínea d) do número 5, a promulgação de uma nova Lei de Imprensa, que passará a reger a actividade das empresas jornalísticas e definirá o modo como deverão comportar-se e responsabilizar-se os vários elementos que integram o complexo de serviços destas actividades.

Entretanto, o Conselho de Administração considera o documento emanado da Redacção de "O Seculo" como a expressão dos pontos de vista dos seus componentes. No ambiente de cordiais relações de trabalho e de recíproca consideração que sempre manteve com os redactores do jornal, o Conselho de Administração está pronto a reunir imediatamente com os representantes da Redacção e a ajustar com eles pontos de vista e linhas de orientação harmónicos com o Programa do Movimento das Forças Armadas, que por todos possam ser aceites.

Lisboa, 5 de Maio de 1974

O CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO

A reunião proposta, entre o Conselho de Administração da empresa proprietária de "O Seculo" e o Conselho da Redacção anteontem eleito realiza-se hoje, às 16 e 30.

BRASIL -PORTUGAL: LIMITES DE UMA NOVA SITUAÇÃO

Se é verdade que há uma relação de fundo irreversível entre Brasil e Portugal é também inegável que toda essa potencialidade de raiz nunca foi realmente aproveitada.

Falseadas, sustentadas pela grandiloquência de expressões vazias, as relações entre Brasil e Portugal tiveram desde sempre para o regime agora deposto o significado de uma força moral e psicológica de cunho paternalista, onde se via apenas mais uma fórmula através da qual se engrandecia o "peso" do passado à vista de um presente estático e inconsequente, em cujo núcleo se procurava inserir um traço de amizade que os brasileiros receberam sempre com a simpatia das surpresas, pouco mais...

Excessivamente mal informados sobre Portugal, mesmo desinteressados, os brasileiros reflectiam nesse processo todo o isolamento a que o salazarismo se autocondenou. As raízes que unem os dois povos (elevados ao máximo da adjectivação gratuita, substitutiva de uma política concreta de realizações) não foram suficientemente fortalecidas para que os brasileiros encontrassem, na Europa, não a França, mas Portugal como o seu ponto primeiro de ligação. Se há um povo que pouco ou quase nada tem que ver com o Brasil, este é o francês. E, no entanto, foi a sua cultura que, no Brasil, tomou o lugar da portuguesa, por ter sido esta amordaçada e condicionada aos limites do antigo regime, tornada inacessível, portanto.

Cai agora esse cerco... e está tudo por fazer. Toda uma história por reinterpretar, toda uma cultura por difundir, meio século de valores totalmente desconhecidos no Brasil, valores de um povo cuja imagem foi sempre para os brasileiros a da personificação do atraso, da mediocridade e da inaptidão. É urgente que se elimine todo esse arraigado preconceito. Geralmente visto no Brasil como um "fugitivo" da miséria do seu país, como aquele que, na Europa, é um povo menor, inexpressivo, o português (o Portugal) que se conhece no Brasil é através do imigrante, imagem por si só carregada de limites, mas, no final de contas, a que preconceitua o conhecimento e as opiniões de quase todos os brasileiros...

Se houve, nos últimos cinco anos (com a instituição formal de uma comunidade), a intensificação das relações luso-brasileiras, estas limitaram-se aos padrões normais de entendimento e cooperação nos planos político e económico mantidos pelos dois países com outras nações. Bem verificadas, não foram os laços da cultura, língua e história comuns que predeterminaram a ampliação das relações comerciais entre Brasília e Lisboa. Foram sim, e como em outros casos, as aberturas económicas de interesse para as duas partes. Para o Brasil, coincidindo com toda uma política de novas penetrações de mercado, a África portuguesa surgiu como uma porta aberta sem empecilhos. "Salvo pela solidariedade prestada no âmbito das Nações Unidas, nas votações dos projectos de resolução que visam impor sanções a Portugal em face da sua política em África, a rigor o Brasil nada concedeu aos portugueses de especial nas últimas décadas" — escreve o "Jornal do Brasil". Acordos culturais, sim, alguns: imprecisos, mal orientados, delineados a partir de uma superstrutura reflexo do seu próprio nível. Recorde-se que o almirante Henrique Tenreiro era o "ministro" português para os assuntos da Comunidade Luso-Brasileira... Acordos comerciais e de cooperação técnica seguiram os mesmos padrões de instrumentos formalizados com outros países, assim como o acordo para evitar a bitributação sobre rendimentos, que o Brasil estendeu à França, ao Japão e outros. A aplicação recíproca dos benefícios da previdência social aos portugueses radicados no Brasil e aos brasileiros que trabalham em Portugal, embora representando, à época (1969), o prenúncio do estabelecimento da igualdade de direitos entre os nacionais dos dois países (o que, três anos depois, se efectivou, e com um carácter de inegável excepcionalidade, dando aos cidadãos dos dois lados inclusive o direito de voto e o acesso a cargos públicos e electivos), não constituiu, contudo, uma inovação na matéria, pois, desde muito antes, o mesmo tipo de acordo vinha sendo aplicado em benefício dos portugueses, espanhóis e italianos que trabalhavam em França, Alemanha e noutros países da Europa.

Brasil e Portugal assentam em estruturas que as alinham como nações em posição de uma aliança natural. Primeiro governo a reconhecer a Junta de Salvação Nacional, embora com relutâncias nas horas iniciais, o Brasil, cuja política externa "será a de consolidar as suas relações continentais e a de abrir novas perspectivas em África", como assinalou, em 1973, o ex-presidente Médici, embora tenha acentuado fortemente o seu relacionamento com Portugal e o Ultramar durante o Governo de Marcelo Caetano, em cujo consulado fomentou investimentos de vária ordem, poderá surgir como elemento preponderante da nova política portuguesa, quer no continente africano, quer no quadro europeu, quer na América Latina.

O Brasil sempre marginalizou o problema das colónias africanas do quadro geral das suas relações com Portugal. Pelo menos a nível público. No âmbito das Nações Unidas este comportamento tem-se mantido uniforme desde o Governo de Jânio Quadros, há 14 anos, muito embora por várias vezes tenha reafirmado o seu apoio à autodeterminação dos povos e o seu direito à independência. A abstenção marcou a sua posição de voto, mas por algumas vezes expressou o seu "não" às sanções contra os portugueses. Negou apoio às denúncias de "supressão do povo de Angola", às referências a "trabalho forçado" e à menção de "sanções", em 1962; combateu a proposta de ajuda moral e material aos movimentos de libertação, a ideia de um rompimento geral de relações diplomáticas, a interrupção de comunicações marítimas e aéreas e o boicote do comércio com Portugal, em 1965; e opôs-se, em 1970, ao projecto de apelo a todos os países para que se abstivessem de qualquer assistência ao Governo de Lisboa que se relacionasse com o prosseguimento da guerra em África.

E, no entanto, são melhores as suas relações com os africanos do que com os povos do seu continente, onde, nos últimos tempos, tem sido apontado como "um dominador económico em ascensão".

"A África é a nossa única fronteira do Leste" — dizia o ex-ministro brasileiro dos Negócios Estrangeiros, Gibson Barbosa. Em 72-73, dirigiu missões diplomáticas em viagens pelo Gana, Costa do Marfim, Daomé, Togo, Zaire, Gabão, Quénia, Camarões, Nigéria e Senegal, enfrentando em cada um deles o problema das províncias ultramarinas, mas em nenhum instante firmou qualquer posição antiportuguesa, declarando-se favorável à necessidade de que a independência dos territórios sob a dominação europeia se fizesse pela via pacífica da negociação, na linha do conteúdo das resoluções 14 e 15 da Assembleia-Geral das Nações Unidas.

A intensificação das relações entre Brasília e Lisboa, fortalecidas pelas viagens oficiais de Marcelo Caetano e Américo Tomás ao Brasil e a do general Médici a Portugal, fomentaram a hipótese de que os brasileiros estivessem a desenvolver uma política de bastidores nas colónias africanas, inclusive com a provável participação de forças militares em Moçambique, mas a verdade é que, se alguns observadores das Forças Armadas do Brasil estiveram em contacto com o Governo Português, não se poderá afirmar que os brasileiros tenham pegado em armas contra os nacionalistas no Ultramar.

Já no plano político não é improvável

que o Governo brasileiro tenha procurado auscultar a possibilidade de uma acção diplomática como medianeiro na questão da guerra, até porque era do seu maior interesse (como ainda o é) que se consolidasse em África um amplo mercado importador dos seus produtos. (Moçambique, Angola e Guiné formam uma comunidade de 3,7 biliões de dólares de Produto Interno Bruto, com uma taxa de crescimento conjunto de 7,5 por cento, em 1971, sendo Angola o território de maior expansão económica, com um índice de 9 por cento naquele ano.)

Intensificaram-se as prospecções de mercado, as trocas de missões comerciais, firmaram-se "joint-ventures" entre industriais portugueses e brasileiros, nasceram associações de grupos financeiros de um e outro lado (caso do Banco Português do Atlântico com a União de Bancos Brasileiros) e o Brasil passou a oferecer apoio à industrialização de Moçambique ("queremos exportar para aqui fábricas completas e estamos dispostos a financiar essas transacções até 100 por cento, a médio e a longo prazo" — anunciou uma missão do Banco do Brasil, em Lourenço Marques), traçaram-se planos para uma política de petróleo entre os dois países, tendo em vista o potencial de Angola, estabeleceram-se linhas gerais para a instalação de entrepostos nas colónias, em Lisboa e em São Paulo, etc., muito embora estivessem à vista difíceis problemas como o das tarifas brasileiras, o dos elevados preços dos fretes e o dos transportes — este, a surgir em primeiro plano.

Para o Brasil, o que interessava (o que interessa) era, portanto, o comércio. Com Portugal ou sem ele, com ou sem Marcelo. O seu envolvimento económico em África parece, neste instante, irreversível. E é natural que procure acompanhar — agora mais claramente — as linhas gerais a serem traçadas pela política do novo Governo em relação ao problema ultramarino. Um certo prestígio que tem cimentado de há dois anos para cá entre as mais diferentes nações do continente poderá em muito contribuir para os próximos passos da política portuguesa nas províncias. "A mediação não se oferece, é solicitada" — foi a resposta mais ou menos oficial de Brasília, quando, há alguns meses, se falou de negociações diplomáticas que Gibson Barbosa estaria a desenvolver à volta da guerra no Ultramar. (Registe-se que as exportações angolanas para o Brasil passaram de 3,9 mil contos em 1970 para 21 mil contos em 1971; em 1972 foram de cerca de 40 mil contos.)

Desde há muito interessado na frente europeia, já tendo conseguido aprovar parte do seu plano de estreitamento de relações com o Mercado Comum, o Brasil, mais do que nunca, tem agora interesse numa ampla política de aproximação com Portugal, abertas que estão todas as possibilidades para o reestudo da presença portuguesa na C. E. E., o que, de muito perto, diz respeito a Brasília. ("Uma maior união entre Brasil e Portugal, para se intensificar o intercâmbio comercial dos dois países, poderá fazer com que os produtores brasileiros penetrem, de futuro, no Mercado Comum, através de Portugal, e com que as mercadorias portuguesas entrem na Associação latino-Americana de Livre Comércio, através do Brasil" — dizia, há alguns meses, o economista Garrido Torres, do Centro Empresarial Luso-Brasileiro.)

O Brasil é o país da América Latina que maior intercâmbio comercial mantém com a C. E. E. Um terço das suas exportações são enviadas para a Europa. (Em 1973, o volume total das exportações brasileiras foi de cerca de 5000 milhões de dólares. Os europeus tomaram o lugar dos norte-americanos, tradicionalmente os maiores importadores.) Portugal compra ao Brasil três vezes mais do que aquilo que exporta: a balança cambial tem sido, no entanto, equilibrada por força das remessas de emigrantes e do surto turístico brasileiro em Portugal. Metade do intercâmbio comercial português com a América Latina é feito através do Brasil. A efectivação de uma aliança luso-brasileira na estratégia de mercados mundiais de produtos dos dois países não parece, pois, longe de uma realidade desde já palpável, incluindo-se este factor no mapa de uma acção política conjunta, onde a diplomacia, as linhas sociais e culturais das duas partes (e entre elas) viessem a ampliar as bases da sua força no âmbito da vida internacional. Contudo, não devemos esquecer que as bases ideológicas dos governos que dirigem as nações brasileira e portuguesa — já hoje em muitos aspectos distanciadas — poderão inverter todos os valores positivos dessa comunidade, se se considerar que os novos ventos da política portuguesa não cheguem a alterar a linha de pensamento das correntes militares que desde 1964 pondera no Brasil. Embora não sendo este ponto (a bipolaridade ideológica) absolutamente delimitador das futuras relações entre os dois países, não há dúvida que ele será o núcleo propagador das linhas que as regerão. ■

FERNANDO DIL

INTERNACIONAL

Médio Oriente

MAIS UMA SOLUÇÃO DE COMPROMISSO?

Lentamente, Israel e a Síria caminham para um entendimento quanto à separação de forças. A visita de Henry Kissinger ao Médio Oriente — na busca da "Paz ersatz", como em Moscovo chamam aos arranjos conseguidos pelo secretário de Estado norte-americano — contribuirá por certo para uma melhoria da situação e importa notar que, antes de partir, Kissinger conferenciou longamente em Genebra com André Gromyko. Os dirigentes soviéticos, que receberam recentemente a visita do presidente sírio, El Assad, podem, na verdade, desempenhar na Síria um papel mais significativo, dada a importância do seu auxílio militar e económico. Mas a colaboração norte-americana é imprescindível, uma vez que só os Estados Unidos podem exercer pressões directas sobre Israel.

Não obstante, os factores que mais contribuem para um possível entendimento dizem respeito às próprias dificuldades de Israel, no plano militar e no plano político.

SADAT — Um aviso a considerar

O desenvolvimento da luta na frente síria não tem sido aquele que os dirigentes israelitas esperavam. A reacção das forças de Damasco à ocupação do monte Hebron tem-se traduzido em perdas que os limitados efectivos das tropas israelitas não poderão suportar por longo tempo, perdas essas que

aumentam através de acidentes, como o ocorrido com um helicóptero de reabastecimento. Dir-se-ia que nem todos os dias ocorrem acidentes desta natureza, mas as condições em que o mesmo se deu indicam que as operações de apoio às guarnições instaladas nos cumes do Hebron são extraordinariamente difíceis e perigosas. O que corresponde a dizer que, mesmo sem um esforço intenso dos sírios, a manutenção dessas posições não poderá ser muito longa.

No plano interno, Israel está longe de ver as dissensões políticas e pessoais terminadas com a designação de Yitzhak Rabin para primeiro-ministro. A escolha do ex-general suscitou a cólera de Pinhas Sapir, que se atribuía a si próprio o direito de "fazer ministros" e exigia que o chefe do Governo pertencesse ao seu parido — o Mapai. É certo que Sapir acabou por apoiar Rabin — quando se tornou óbvio que seria este o designado. Mas a verdade é que, enquanto Sapir se mantém preso à ideia de um Partido Trabalhista forte e eterno, Rabin e os seus adeptos sabem que o partido está demasiado envelhecido e é preciso proceder a reformas rápidas — a principal das quais é a passagem dos postos de comando para as mãos dos "sabras" (ou seja dos israelitas já nascidos em Israel, como o próprio Rabin). Essa será também uma operação estratégica muito conveniente em relação à oposição, uma vez que Menachem Begin, o chefe do Likud — a coligação das direitas — conta já 60 anos e não possui a flexibilidade e o ardor da nova geração. Não obstante, Rabin terá por certo sérias dificuldades em formar um Governo forte — visto não ser considerada desejável a continuidade da presença nesse Governo, de personalidades controversas ou há longo tempo instaladas em postos ministeriais, como Moshe Dayan, Yigal Allon e Abba Eban. E, sendo assim, considerando que há todo o interesse em poupar Rabin e os seus futuros colaboradores à dificuldades que poderiam conduzir a uma crise interna muito profunda, é ao actual Governo de transição que competirá resolver o problema do armistício na frente síria. E isso corresponde a dizer que se terá de chegar a acordo tão depressa quanto possível.

De resto, os problemas ora existentes dizem respeito a questões de pormenor. O Governo de Damasco estaria disposto a aceitar a criação de uma zona-tampão em troca da cidade de Kuneitra — ocupada em 1967 pelos israelitas. Além disso, desejariam ver os camponeses sírios regressarem aos campos do planalto de Golan. Os israelitas, por sua vez, pretendem que essa seria uma maneira de limitar qualquer reacção da sua parte, no caso de um ataque de surpresa das tropas de Damasco. Mas a verdade é que foram eles próprios que insistiram, no Suez, pela reconstrução das cidades do Canal, de modo a colocar sobre os ombros dos egípcios a responsabilidade inerente à presença das populações civis numa zona tão crítica. Deste modo, a única divergência aparente é a que diz respeito à futura presença das forças da O. N. U. na área de separação. Enquanto Israel considera essa presença indispensável, os sírios mostram-se pouco dispostos a aceitá-la, alegando que não possuem a prática de relações com os "capacetes azuis" já adquirida pelos egípcios. Crê-se que, no entanto, Kissinger, como sempre, defende uma solução de compromisso, a qual limitaria a intervenção da O. N. U. à presença de observadores.

Entretanto os americanos — prontos a tornarem-se nos verdadeiros vencedores da guerra do Kippur — voltam ao Egipto. Pela primeira vez, desde há perto de 20 anos, quando Washington cortou abruptamente o auxílio económico prometido ao coronel Nasser, com vista à construção da barragem de Assuão, o Governo de Washington propôs ao Congresso a concessão de um empréstimo ao Governo egípcio. Dos 250 milhões de dólares previstos, 25 serão usados para limpar o canal de Suez e 80 para comprar trigo (americano, evidentemente). Os restantes 145 milhões serão aplicados na reconstrução das cidades do canal — uma tarefa que, segundo se crê, deve exigir mais de 500 milhões. Israel (ou melhor: os potentados judaicos, dominadores da economia americana) não fez qualquer oposição à proposta, porque, como se disse, a reconstrução das cidades serve os seus interesses — tal como acontece com a remodelação do Governo egípcio, denominado oficialmente de "gabinete de desenvolvimento" e composto por "homens de negócios e não burocratas". Mas a intenção do Presidente Sadat de "diversificar" as origens do armamento egípcio — abandonando a União Soviética e procurando obter, nos Estados Unidos, armas iguais às de Israel — não parece muito simpática a Washington. O secretário da Defesa dos Estados Unidos, James Schlesinger, deu já a entender que seria muito forte a oposição dos políticos americanos a este pedido, que "teria de ser cuidadosamente considerado".

Por outro lado, se os Estados Unidos nada fizerem pelo Egipto no plano militar, a posição de Sadat tornar-se-á insegura. O ataque à Academia Técnica Militar — que deveria ter sido seguido por outro, ao edifício da União Socialista Árabe, onde Sadat discursava, e que estaria assim na base de um golpe de Estado conducente à proclamação de uma república árabe fundamentalista — segundo o modelo líbio — pode ter resultado de uma atitude irreflectida e romântica. Mas pode também ter sido um aviso a considerar. ■

África do Sul

ELEIÇÕES "PARA O QUE PODE VIR"

Entre os 31 milhões de pessoas que constituem a população da República da África do Sul, 14,8 milhões são negras — e só podem votar nas assembleias tribais. Cerca de 2 milhões são mestiças — e têm um Parlamento próprio. Há ainda um pouco mais de 600 mil asiáticos — que têm também um corpo legislativo próprio. Mas o Parlamento de Pretória — o que detém o verdadeiro Poder — é eleito apenas por 2 milhões de votantes, entre os 3,7 milhões de brancos. Compreende-se, pois, que o Partido Nacionalista, que defende a mais estrita observação do "apartheid", se mantenha no Poder desde 1948 e houvesse obtido em 1970 nada menos de 118 dos 166 lugares da Assembleia, exercendo um domínio semelhante no Senado.

Não obstante, o primeiro-ministro, Jon Vorster, resolveu antecipar de um ano as eleições gerais — "para manter a África do Sul segura nos perigosos anos que se aproximam" e para "ter as mãos livres para o que pode vir".

A estratégia de Vorster compreendia-se pelas divisões surgidas no seu rival mais directo, ainda que distante: o Partido Unido, que há meses sofria os efeitos de cisão surgida entre os Jovens Turcos e a Velha Guarda. Enquanto os componentes desta última facção se mantinham apegados às tradições — mostrando-se ainda mais

intolerantes que os nacionalistas —, os elementos mais jovens inclinavam-se para uma política reformista. "Sir" de Villiers Graaff, chefe do partido há dezoito anos, sentira profundamente, no ano passado, a deserção de Marais Steyn, um dos mais importantes membros da Velha Guarda, que resolvera aderir ao Partido Nacionalista. Consequentemente, um certo número de jornais de língua inglesa, usualmente defensores do Partido Unido, declarara que, se surgissem eleições, apoiariam os candidatos pelo seu mérito próprio e não pela sua filiação política. Vorster resolveu tirar partido da situação — mas os resultados não foram exactamente os que esperava, ainda que houvesse conquistado mais três lugares e possa agora empenhar-se na política chamada do "apartheid" positivo, com a independência progressiva dos Estados negros — desaconselhada pelo Partido Unido.

Supunha-se que o pequeno Partido Progressivo — que advoga a igualdade entre brancos e negros e que desde 1958 contava apenas um lugar no Parlamento, ocupado por Helen Suzman — desapareceria, envolvido na divisão do Partido Unido e absorvido pelos dissidentes liberais. Haveria assim, talvez, uma oposição mais forte, mas menos exigente. Mas não foi o que aconteceu. Os progressistas obtiveram nas eleições gerais um sucesso ainda muito relativo, mas significativo: longe de perderem o seu lugar solitário no Parlamento, obtiveram cinco.

Assim, e em vez da criação de um novo partido das esquerdas, previsto por Vorster, é de crer que os Jovens Turcos — ou mais precisamente os jovens sul-africanos, como eles se designam a si próprios — venham a reforçar o Partido Progressista. Que as camadas juvenis sul-africanas sigam um caminho inteiramente diferente do dos seus pais e avós é, já de si, um forte embaraço para Vorster. Mas o que mais importa é o facto de essa tendência surgir no momento exacto em que ao Governo de Pretória se impõe a necessidade de um abrandamento da política segregacionista, não apenas porque os chefes zulus consideram as suas instituições actuais como sendo "subordinadas" e possuidoras de "poderes limitados" mas também porque a economia sul-africana não se pode desenvolver sem recorrer ao trabalho da população de cor, não apenas nos campos não diferenciados mas também (e até principalmente) nos especializados, o que importará simultaneamente no melhoramento da educação dessa mesma população e no alívio das disposições do "apartheid" — caminho esse aliás já seguido em alguns casos.

Acrescente-se ainda que, em qualquer caso, e tendo em conta o facto de a economia sul-africana ser actualmente muito fechada em si própria, se tornou também indispensável o aumento do poder de compra da população de cor (para a integrar numa sociedade de consumo) — o que importa o aumento dos salários ou uma promoção profissional.

Para Vorster — segundo as suas próprias confissões na campanha eleitoral —, o futuro está na constituição de um "bloco potente", baseado na cooperação de todos os Estados ao sul da fronteira do Zaire e da Tanzânia, com a exclusão da Zâmbia, mas com a inclusão dos países negros vizinhos ou situados em enclaves na própria República da África do Sul. Esse projecto terá sofrido agora um forte contratempo — aliás não é o único — com a notícia de que a "secção militar" da União Nacional Africana Zimbabwe (Z. A. N. U.) conseguiu abater no espaço de duas semanas três aviões da Força Aérea rodesiana, incluindo um bombardeiro Camberra, que teria sido destruído em 5 de Abril, com oito tripulantes. Um avião de reconhecimento, que procurava obter informações sobre a sorte do bombardeiro teria sido abatido em 14 de Abril, com a perda de todos os seus tripulantes, e o mesmo teria acontecido a outro, em 21 de Abril. A eficiência da defesa antiaérea do Z. A. N. U. — que está a operar em áreas onde a actuação dos seus guerrilheiros tem sido notada — só se explica pela posse de mísseis Strelka, contra os quais não há resposta fácil, mesmo com engodos de infravermelhos. Parece, pois, que a Força Aérea rodesiana — apesar do apoio sul-africano — será obrigada a reduzir a sua actividade nas áreas críticas, o que permitirá o reforço e a consolidação dos órgãos do Z. A. N. U. E o mesmo será dizer que o "bloco potente" previsto por Vorster se apresentará algo menos poderoso. Se foi essa a razão por que o primeiro-ministro sul-africano se dispôs a criar as condições indispensáveis para "ter as mãos livres para o que pode vir", é algo em que importa meditar. ■

Alemanha Federal

A DEMISSÃO DE WILLY BRANDT

Os ventos não sopraram de feição para o chanceler Willy Brandt. A sua visita à Argélia não trouxe nada de significativo. A sua permanência no Egipto conduziu à troca de muitas amabilidades — mas apenas a isso. O acordo cultural e económico negociado poderá trazer alguns benefícios ao Governo do Cairo, mas para a República Federal da Alemanha apenas representará um pálido (e bilateral) substituto do tratado que se esperava viesse a ser estabelecido entre os membros da Comunidade Económica Europeia e os países árabes. Estes, até agora, mostraram pouco ou nenhum interesse por tal iniciativa, que, em contrapartida, desagradou profundamente ao Governo de Washington. É certo que aquela proposta foi devida ao ministro dos Negócios Estrangeiros da França — Michel Jobert —, mas os seus associados concordaram plenamente com ela. E Walter Scheel, ministro dos Estrangeiros da Alemanha Federal, não foi excepção. Mas há que não esquecer que, dos países árabes, só o Iraque e a Síria não estão directamente enfeudados às companhias petroleiras norte-americanas. Nestas condições, se a negociação de acordos bilaterais, envolvendo apenas o "petróleo governamental" — aquele que fica em poder dos Governos árabes por cedência das companhias, que assim pagam os direitos de exploração e os impostos —, é algo de "tolerável" para os E.U.A., ainda que não torne Washington muito "feliz", a assinatura de acordos mais amplos, envolvendo dois blocos económicos, parece demasiado perigosa às grandes companhias norte-americanas. E o Governo dos Estados Unidos, ardente e fiel defensor dos interesses das mesmas, nunca poderia ficar agradado por tal iniciativa. Como também os próprios Governos árabes, demasiadamente dependentes das companhias e preocupando-se com os seus lucros, que são proporcionais aos daquelas, "sabem" que há um limite para a amplitude dos tratados.

Ao que parece, o chanceler alemão não teve suficientemente em conta estes dados — e se o acordo por ele assinado no Cairo não tem especial significado (nem traz grande proveito), a pretensão, afirmada por Willy Brandt, de tornar esse acordo extensivo a mais nações da Comunidade Europeia, por um lado, e a mais países árabes, por outro, afigura-se também pouco realista. Até porque o próprio chanceler afirmou, nos princípios de Abril, a sua desilusão perante a falta de união existente no seio da C. E. E., declarando duvidar do interesse que haveria em reunir os seus membros em Maio corrente, tendo em conta as muitas afirmações de confiança feitas na reunião de Copenhaga, em Dezembro, e que os factos desmentiram quase imediatamente.

No plano da política interna, a situação de Willy Brandt não era mais risonha. A sua decisão de convidar os jovens socialistas ("jusos") da ala esquerda a separarem-se do partido não foi escutada — e se isso se diria de momento conveniente, perante a aproximação das eleições presidenciais (marcadas para 15 de Maio), significava por outro lado os "jusos" que sentiam dentro da razão e confiavam em que, dentro em pouco, o chaceler — e não eles — teria de mudar a sua política. Isso porque ao conceito reformista de co-gestão social-democrata, apresentado não há muito, opuseram os cristãos-democratas uma solução que muitos consideram mais prática. Para mais, o plano cuidadosamente arquitectado por Brandt para que o liberal Walter Scheel fosse o único candidato às eleições presidenciais de 15 de Maio falhou. Os cristãos-democratas, que a princípio tinham decidido apoiar essa candidatura — na esperança de que os liberais aceitassem, em contrapartida, o compromisso de se coligarem com eles em 1976, tal como se ligaram aos sociais-democratas em 1968 —, resolveram agora dar o dito por não dito perante a decisão dos liberais de manterem o seu apoio aos sociais-democratas e apresentaram, consequentemente, o seu próprio candidato presidencial: Richard von Weizsacker.

Não é de crer que a candidatura de Von Weizsacker possa prejudicar a de Walter Scheel. Ainda que um certo número de sociais-democratas não tenha aceite de bom grado o facto de o candidato governamental não pertencer ao seu partido, mas sim ao liberal, é de crer que a candidatura cristã-democrata, longe de acentuar essa divergência, a elimine. Mas outra pode surgir — a dos "jusos" — e um acontecimento recente pode alienar ainda mais votos a Scheel, tornado, mal-grado seu, no reflexo do desagrado geral perante o

WILLY BRANDT na sua recente viagem à Argélia

comportamento de Brandt relativamente ao escândalo Guillaume.

Que se tenha descoberto que Guenter Guillaume, um dos três adjuntos especiais do chanceler, encarregado de estabelecer a ligação entre ele e o Partido Social-Democrata, era na verdade um capitão do Exército da República Democrática Alemã, membro do respectivo serviço secreto, foi, já de si, bastante embaraçoso, ainda que se creia que muitos refugiados do Leste prestem informações de natureza política, militar ou económica à República Democrática. Mas o mais importante é que Guillaume acompanhou Brandt em viagens oficiais e particulares — incluindo uma que ambos realizaram à Noruega, com a única companhia das suas famílias. Ora os próprios serviços de segurança da Alemanha Federal afirmam que tinham avisado há longo tempo o chanceler de que o seu colaborador íntimo se encontrava sob suspeita. Como explicar a atitude de Brandt? Ainda não foi dada uma explicação e o próprio chanceler, numa sessão dramática, perante o Bundestag, limitou-se a dizer que "há momentos em que tudo parece desabar sobre um homem". De qualquer maneira, a troca de credenciais entre os representantes das duas Repúblicas alemãs foi subitamente adiada. Facto que pode pesar fortemente na eleição de Scheel e afectar seriamente a posição dos sociais-democratas nas eleições da Baixa Saxónia, em Junho.

Entretanto, Willy Brandt, declarando-se culpado de negligência, decidiu apresentar a sua demissão ao presidente da República Gustav Heinmann, solicitando-lhe que o libertasse imediatamente das suas funções e propondo para o substituir o ministro dos Negócios Estrangeiros, Walter Scheel, do Partido Liberal, até que o Bundestag elegesse o seu sucessor. O Partido Social Democrático nomeou, no entanto, para suceder a Brandt como novo chanceler, o ministro das Finanças e vice-presidente do S. P. D., Helmut Schmidt.

França

A LIÇÃO DA PRIMEIRA VOLTA

A derrota de Chaban-Delmas (15,15 por cento dos votos) nas eleições de domingo significou uma quebra de força do gaullismo, mas não a queda do gaullismo do Poder, caso Mitterrand não seja o vencedor no pleito do dia 19.

Para chegar à presidência, Giscard d'Estaing terá de contar, inevitavelmente, com os votos dirigidos na primeira volta a Chaban. Não estaremos aí face a um "enlace" político do qual os gaullistas buscarão tirar o maior proveito? É claro

que para eles não resta outra saída senão o apoio total a Giscard (alternativa difícil para alguns), tanto ainda mais que Mitterrand virar-se-á em força para o eleitorado gaullista de onde terá forçosamente de "arrancar" mais de 3 por cento dos seus votos, isto se se mantiver a mesma percentagem no quadro de votantes (84,19 por cento. Para o embate de domingo passado inscreveram-se mais de 30,5 milhões de eleitores e foram expressos cerca de 25,5 milhões de votos).

Dos resultados da primeira volta uma conclusão pode ser reafirmada: a da bipolarização da política francesa, com um ponto a acentuar: um milhão de votos a mais obtidos pela esquerda desde as eleições parlamentares do ano passado, "facto que comprova o desejo dos franceses de uma verdadeira mudança", como assinalou Georges Marchais, secretário-geral do Partido Comunista Francês. Bipolarização da qual Giscard considera ter nascido "uma nova maioria: a que engloba os eleitores da U. D. R., os republicanos independentes (agrupamento de que é o líder), os centristas, os reformadores e os que, nas esquerdas, recusam o programa comum dos comunistas-socialistas".

Admite-se que Giscard centrará a sua campanha para o segundo "round" no plano das questões sociais, na linha de uma abertura à "esquerda moderada", como aliás aconselha Jean Lecanuet, líder de uma das facções do centro.

Entre a "mudança sem risco", "uma mudança segura" de que fala Giscard e "as reformas necessárias" defendidas por Mitterrand, a França encontra-se bastante dividida e será ao nível desta divisão que dará a sua resposta no dia 19. Calcula-se que a diferença para o vencedor não será acima dos 3 por cento da votação total. A barreira contra Miterrand virá de todas as frentes das direitas. "É preciso barrar o caminho ao marxismo e ao seu candidato" — disse o primeiro-ministro Messmer, ao anunciar a posição da U. D. R. (gaullista), após os resultados da primeira volta.

O candidato socialista, que considera "estarem reunidas agora todas as condições" para a sua vitória, contará com a mais ampla unidade das esquerdas já vista em França. Para uma maior segurança de Mitterrrand na segunda volta, contava-se que ele obtivesse 45 por cento dos votos na primeira. Os 43,37 por cento alcançados coloca a sua posição um pouco abaixo das possibilidades de Giscard (32,70 por cento), muito embora, no centro, nos "gaullistas liberais" ("há muitos franceses historicamente alinhados ao gaullismo, mas não à direita retrógarada; para estes, o regresso à era das direitas está fora de dúvida" — Mitterrand, domingo à noite através da Rádio Luxemburgo) e nos "flutuantes" possa encontrar a diferença de que necessita para ultrapassar as precisões de Giscard, que,

GISCARD D'ESTAING

FRANÇOIS MITTERRAND

como Pompidou, nas últimas eleições legislativas, centrará no mito do "perigo comunista" a sua campanha contra Mitterrand, já que as alternativas que apresenta para uma "nova França" em pouco diferem das que o ex-presidente pôde oferecer.

Embora sendo um brilhante especialista em finanças, Giscard chegaria ao Eliseu rodeado dos compromissos inatos ao sistema político e ideológico que com ele se identifica e o apoia, assente nos interesses das direitas.

As opções de Mitterrand voltam-se para o estudo, a partir das bases, das transformações das estruturas sociais e económicas da nação francesa, hoje mais do que nunca — e está patente na rejeição de Chaban-Delmas (15,15 por cento dos votos) — decidida a pôr fim ao ciclo do gaullismo, há 16 anos no Poder.

De qualquer modo, há que contar com a usual fórmula das direitas sobre a questão do domínio comunista, caso Mitterrand venha a ser o vigésimo presidente francês, o mesmo espantalho que de Gaulle e Pompidou empregaram e de que Giscard e Chaban são os legítimos herdeiros. Por outro lado, há que considerar que, se já hoje a França não tem um presidente socialista, foi sem dúvida por falta de uma total unidade das esquerdas (inclusive não ortodoxas) na primeira volta. ■

FERNANDO DIL

Itália

DIVÓRCIO: PROBLEMA ARTIFICIAL

A 15 de Maio, o povo italiano será chamado a pronunciar-se sobre a revogação da lei sobre o divórcio. Um problema puramente artificial, que, sejam quais forem os resultados do referendo, se contínuará a manter, uma vez que qualquer das duas correntes de opinião não tem possibilidades de conseguir largas vantagens sobre a outra.

Se os promotores do referendo conseguirem uma vitória, ela será oca e bem amarga. Pretende-se que a lei sobre o divórcio "ofende a moral dos italianos", a sua longa associação com a Igreja Católica. O "progressivismo" do Vaticano encontrou aí o seu limite. O púlpito é usado como tribuna, a favor da revogação da lei e os católicos que apoiam o divórcio são — como na Idade Média — ameaçados com o fogo do Inferno. Atitude que levou, há dias, o presidente da Associação dos Trabalhadores Cristãos a protestar contra uma homilia — e

a ser consequentemente expulso da Igreja, ainda que, como recordou aquele dirigente, a Igreja fosse dos crentes e não do padre...

Mas há pior: é evidente que o partido democrata-cristão, usando da sua supremacia, está a tirar proveito de todos os estratagemas para deturpar o significado do referendo. A redacção da pergunta feita ao eleitorado é, na verdade, extremamente capciosa. Consiste precisamente em saber se os italianos "são a favor da ab-rogação da lei do divórcio".

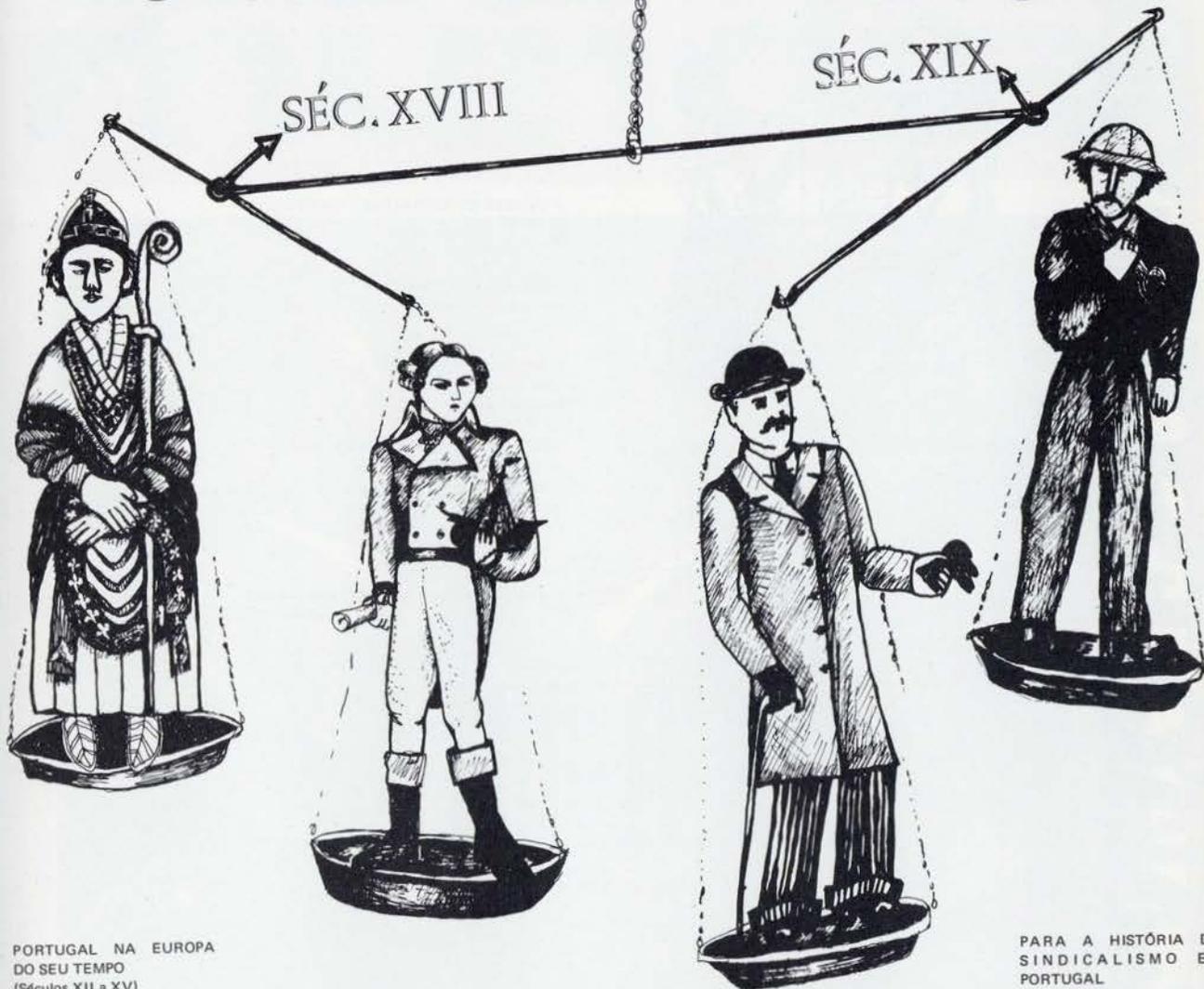
Para começar, acontece que uma grande parte dos eleitores não sabe que "ab-rogação" significa o mesmo que "abolição", "anulação". Segundo uma sondagem realizada pelo Instituto Demoscopea, de Milão, 19,2 por cento dos interrogados disseram desconhecer o significado de tal palavra; 4,6 por cento afirmaram que se tratava da "confirmação da lei já aprovada"; 3,7 por cento pensavam que "iam propor uma lei"; e 3,1 por cento pensavam que "o Parlamento ia aprovar uma nova lei".

Depois, tem-se que a resposta a ser dada por aqueles que aprovam a lei deverá ser "não" — isto é: que não concordam com a sua ab-rogação. Ora, lógica e instintivamente, deveriam dizer "sim". Portanto, a confusão é grande — e funciona mais uma vez a favor da anulação da lei.

Como é natural, esses artifícios, por demasiado óbvios e até desonestos, estão a suscitar viva discussão, aquecendo uma atmosfera já de si desnecessariamente tensa. Com a agravante de que o referendo irá realizar-se num período particularmente grave, dada a crise económica e social que está a sofrer a Itália, um dos países europeus mais abalados pelos problemas energéticos.

E a verdade é que, se a lei for anulada, a "moral cristã" de modo algum ficará beneficiada. Apenas a hipocrisia ficará reforçada. Centenas de milhar — há quem fale em milhões — de italianos continuarão a viver em comum com a companhia que tiveram de escolher, por razões suficientemente importantes para os levarem a esquecer obrigações e convenções. A supressão do divórcio não levará nenhuma dessas pessoas a desfazer a sua vida actual e a regressar ao passado, nem por certo irá impedir que muitas outras, no futuro, se resolvam a dissolver de facto os seus matrimónios. A revogação da lei não trará proveito algum a qualquer pessoa, conceito ou princípio. E constituirá uma violência, no sentido da sua imposição às pessoas que se tiverem casado civilmente, e, implicitamente, tiverem ignorado, rejeitado ou ignorado, os conceitos e princípios que, supostamente, se pretende defender. ■

LIVROS

HISTÓRIA DE PORTUGAL

PORTUGAL NA EUROPA DO SEU TEMPO
(Séculos XII a XV)
Armando Castro
Preço: 64$00
Seara Nova

PORTUGAL NA ESPANHA ÁRABE (2 vols.)
Selecção, tradução, prefácio e notas de António Borges Coelho.
Preço: 60$00
Seara Nova

ITINERÁRIO EM QUE SE CONTÉM COMO DA ÍNDIA VEIO POR TERRA A ESTES REINOS DE PORTUGAL
António Tenreiro
Preço: 30$00
Estampa

O PROCESSO DE DAMIÃO DE GOES NA INQUISIÇÃO
Introdução, actualização ortográfica pontuação e notas de Raul Rego
Preço: 90$00
Edição do Autor

O ÚLTIMO REGIMENTO DA INQUISIÇÃO PORTUGUESA
Introdução e actualização de Raul Rêgo
Preço: 60$00
Edição do Autor

CRONICA DE D. JOÃO I
Preço: 25$00
Seara Nova

TRATADO DA CIÊNCIA CABALA
D. Francisco Manuel de Melo
Preço: 30$00
Estampa

NOTÍCIAS LITERÁRIAS DE PORTUGAL/1780
José Anastácio da Cunha
Prefácio e notas de Joel Serrão
Preço: 36$00
Seara Nova

CRISE DO LIBERALISMO E AS PRIMEIRAS MANIFESTAÇÕES DAS IDEIAS SOCIALISTAS EM PORTUGAL (1820-1852)
Vítor de Sá
Preço: 64$00
Seara Nova

AS IDEIAS POLÍTICAS E SOCIAIS DE ALEXANDRE HERCULANO
J. Barradas Carvalho
Preço: 64$00
Seara Nova

OS CRIMES DA MONARQUIA
Alexandre Cabral
Preço: 40$00
Seara Nova

PARA A HISTÓRIA DO SINDICALISMO EM PORTUGAL
Alexandre Vieira
Preço: 60$00
Seara Nova

PORTUGAL E A COMUNA DE PARIS
Ana Maria Alves
Preço: 50$00
Estampa

a venda nas livrarias

distribuidora **O SECULO** Rua do "O SECULO", 41 a 63 LISBOA-2

06.03

LIVROS A NÃO ESQUECER!

novamente à venda

distribuidora O SECULO Rua de "O SECULO", 41 a 63 LISBOA-2

REFORMA OU REVOLUÇÃO?
Rosa Luxemburgo — (2a. edição)
Preço: 30$00 — Estampa

A GÉNESE DO SOCIALISMO CIENTÍFICO
Emile Bottigelli — (2a. edição)
Preço: 60$00 — Estampa

UM SOCIALISMO DO POSSÍVEL
François Mitterrand — (relançamento)
Preço: 55$00 — Moraes

O ARRANCA CORAÇÕES
Boris Vian — (2a. edição)
Preço: 40$00 — Estampa

CURSO PRÁTICO DE CONTABILIDADE
Mário do Carmo Peres — (2a. edição)
Valdemar Monteiro de Oliveira
Preço: 205$00 — Editorial O Século